

ATA DA 59ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONAMA

Data: 14 de setembro de 2000

Local: Brasília – DF

I - MEMBROS PRESENTES:

Dr. Bertoldo da Silva Costa, Conselheiro Suplente, representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental - ABES; **Dr^a Miriam Prochnow**, Conselheira Suplente, representante das Entidades Cíveis da Região Sul; **Dr. Francisco Rodrigues Soares**, Conselheiro Titular, representante das Entidades Cíveis da Região Nordeste; **Dr. Paulo Finotti**, Conselheiro Titular, representante das Entidades Cíveis da Região Sudeste; **Dr. César Victor do Espírito Santo**, Conselheiro Suplente, representante das Entidades Cíveis da Região Centro-Oeste; **Dr Miguel Scarcelo**, Conselheiro Titular, representante das Entidades Cíveis da Região Norte; **Dr. Ibsen de Gusmão Câmara**, Conselheiro Suplente, representante da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza – FBCN; **Dr. Jarbas Ribeiro de Assis Júnior**, Conselheiro Suplente, representante da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente - ANAMMA; **Dr. Assuero Doca Veronez**, Conselheiro Titular, representante da Confederação Nacional da Agricultura – CNA; **Dr. Leopoldo Garcia Brandão**, Conselheiro Suplente, representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC; **Dr. Shelley de Souza Carneiro**, Conselheiro Titular, representante da Confederação Nacional da Indústria - CNI; **Dr. Jasset de Abreu do Nascimento**, Conselheiro Suplente, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria – CNTI; **Dr^a Maria Cristina Yuan**, Conselheira Suplente, representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia – IBS; **Dr. Antônio C. da Silva Farias**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado do Amapá; **Dr. Estevão Vicente C. M. de Paula**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado do Amazonas; **Dr. Durval Olivieri**, Representando o Conselheiro Titular representante do Governo do Estado da Bahia; **Dr. Paulo Souza Neto**, Conselheiro Titular, representante do Governo do Estado de Goiás; **Dr. Almir Bressan Júnior**, Conselheiro Titular, representante do Governo do Estado do Espírito Santo; **Dr. Dailor Romio**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado do Mato Grosso; **Dr. Valmir Gabriel Ortega**, Representando o Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul; **Dr. Paulino Cícero de Vasconcelos e Ivon Borges Martins**, Conselheiros Titular e Suplente, Representantes do Governo do Estado de Minas Gerais; **Dr. Erasmo Rocha Lucena**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado da Paraíba; **Dr. José Antônio Andreguetto**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado do Paraná; **Dr^a Alexandrina S. S. de Moura**, Conselheira Titular, representante do Governo do Estado de Pernambuco; **Dr. Luiz Martins Heckmaier**, representando o Conselheiro Suplente do Governo do Estado do Rio de Janeiro; **Dr. Geraldo Magela Cabral de Souza**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte; **Dr. Cláudio Langone**, Conselheiro Titular, representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; **Dr. José Ribamar C. Oliveira**, Conselheiro Titular, representante do Governo do Estado de Rondônia; **Dr. Paulo Ferreira**, Conselheiro Suplente, representante do Governo do Estado de São Paulo; **Dr. Luiz Carlos Joels**, Conselheiro Titular, representante do Ministério da Ciência e Tecnologia; **Dr. Carlos F. de Moura Delphim**, Conselheiro Titular, representante do Ministério da Cultura; **Cel. Art. Qema Marco Antônio Sarkis e Capitão de Fragata José Luiz Jaborandy Rodrigues**, Conselheiros Titular e Suplente, representando o Ministério da Defesa; **Dr^a Vitória Regina Bezerra**, Conselheira Suplente, representando o Ministério do Desenvolvimento Agrário; **Dr. Benjamin Benzaquen Sicsu e Dr. Drault Ernani**, Conselheiros Titular e Suplente, representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; **Dr^a Lúcilá Pinsard Vianna**, Conselheira Titular, representante do Ministério da Educação; **Dr. Suzana Dieckmann Jeolás**, Conselheira

54 Suplente, representante do Ministério do Esporte e Turismo; **Dr. Flávio Tavares de Lyra,**
55 **Conselheiro Titular,** representante do Ministério da Integração Nacional; **Dr. Clifford Luiz de A**
56 **Guimarães,** **Conselheiro Titular,** representante do Ministério da Justiça; **Dr. José Pedro de O.**
57 **Costa e Mary Helena Allegretti,** **Conselheiros Titular e Suplente** representando o Ministério do
58 Meio Ambiente; **Dr. Célio Francisco França,** **Conselheiro Titular** representando o Ministério de
59 Minas e Energia; **Dr. Benedicto Fonseca Filho,** **Conselheiro Suplente** representando o
60 Ministério das Relações Exteriores; **Dr. Albertino A. Maciel Filho,** **Conselheiro Titular**
61 **representando o Ministério da Saúde;** **Dr. Pedro Paulo Vacanni dos S. Filho,** **Conselheiro**
62 **Suplente** representando o Gabinete de Segurança Institucional; **Dr. Ronaldo Peixoto**
63 **Alexandre,** **Conselheiro Suplente** representando a Secretária Geral da Presidência da República;
64 **Dr. Rômulo F. J. B. Melo,** **Conselheiro Suplente** representando o Instituto Brasileiro do Meio
65 Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; **Ten. Cel. Alberico Ramos de**
66 **Oliveira,** **Conselheiro Suplente** representando o Comando do Exército; **Cap. Fragata João**
67 **Carlos A. Feijó,** **Conselheiro Suplente** representando o Comando da Marinha; **Ten. Cel.**
68 **Lidercio Januzzi,** **Conselheiro Suplente** representando o Comando da Aeronáutica.

69

70 II – ABERTURA

71

72 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)

73

74 Nós havíamos colocado no convite que a reunião começaria impreterivelmente às 9:30
75 horas, até porque a nossa agenda de hoje será uma agenda pesada. Os nossos convidados, que
76 são quase tão numerosos ou mais do que os conselheiros, a essa altura da reunião, talvez tenham
77 que ter um pouco de paciência, porque a ordem do dia, que parece se constituir os temas de
78 maior interesse dos convidados, muito provavelmente, será desenvolvido apenas no período
79 posterior ao meio dia, já que nós temos um bom numero de apresentações, conforme consta da
80 agenda de trabalhos.

81 Bem, eu gostaria, antes da chegada o conselheiro Titular, representante do Ministério do
82 Meio Ambiente, Dr. José Pedro Costa, que está a caminho daqui para a presidência dos
83 trabalhos, eu gostaria de chamar uma conhecida dos senhores, a Dr^a Mary Allegretti, e pedir a ela
84 que faça a abertura da reunião formalmente. Dr^a Mary Allegretti que é Secretária de
85 Coordenação dos Assuntos da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente.

86 Está na mesa já o nosso primeiro palestrante, o Dr. Sérgio Braga, que é também
87 Secretário do Ministério, Secretário de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e que
88 apresentará, conforme os Senhores observam na tela, um importante, um dos importantes
89 programas do PPA, do Plano Plurianual do Governo, e programa também incluído no Plano
90 Avança Brasil do Governo, que é o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico. Os
91 Senhores podem observar na Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, de Políticas de
92 Desenvolvimento Sustentável, aparece o Programa Zoneamento Ecológico-Econômico.

93 Estão aí na tela os vinte grandes programas que constituem a estrutura programática
94 básica do Ministério do Meio Ambiente. O nosso propósito nas reuniões do CONAMA,
95 doravante, vamos ter hoje ainda a apresentação de um programa da Secretaria de Coordenação
96 de Assuntos da Amazônia, portanto um dos programas da Secretaria da Dra. Mary Alegretti, que
97 será o Pró Ecotur apresentado logo a seguir pelo coordenador do programa que é o Dr. Ricardo
98 Soavinsk.

99 Mas, para formalizar, portanto, a abertura dessa reunião, a Dra. Mary Alegretti.

100

101 **Conselheira Mary Helena Allegretti,** (*representando o Ministério do Meio Ambiente*)

102

103 Bom dia a todos. Eu queria dar as boas vindas aos membros do Conselho Nacional do
104 Meio Ambiente e dar por aberta a 59^a Reunião Ordinária do CONAMA que, como falou o
105 Secretário Executivo Adjunto, tem uma enorme pauta hoje. Eu imagino que os Conselheiros
106 ainda não estão todos aqui porque alguns foram ao prédio do IBAMA e devem, então, estar

107 retornando, mas, mesmo assim, conforme a determinação de iniciar a reunião no horário
108 previsto, nós vamos então dar início aos trabalhos e eu vou pedir ao Secretário Executivo
109 Adjunto que conduza o primeiro item da pauta.

110

111 **Dr. Jair Sarmiento da Silva (Diretor do CONAMA)**

112

113 Muito Obrigado, Dra. Mary. Nós gostaríamos de assinalar que não estamos
114 rigorosamente cumprindo o que havíamos combinado, de começar no horário. Começamos um
115 pouco à Européia, os trens europeus chegam no horário e saem no horário, mas no horário de
116 saída, vocês lembram, sempre tem aqueles cinco minutos que eles dão antes de, efetivamente, o
117 trem partir. Então, isto para justificar junto aos colegas Conselheiros mais rigorosos e que num
118 grande número de oportunidades tem propugnado o início efetivo da reunião no horário.

119 Bem, eu queria assinalar que, conforme eu tinha dito, o Dr. José Pedro, o representante
120 do Dr. José Carlos Carvalho, que é o Secretário Executivo do Conselho e que se encontra
121 enfermo, se encontra febril, com um resfriado muito forte e que, por isso, não vai estar conosco
122 no dia de hoje. O Dr. José Carlos Carvalho será substituído, ao longo de praticamente toda esta
123 reunião na Presidência dos trabalhos, pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério
124 que, conforme eu falei, estava a caminho, e é o Conselheiro Representante do Ministério,
125 Conselheiro Titular.

126 Eu queria assinalar também que muitos Conselheiros, infelizmente, não se deram conta
127 de que o auditório do IBAMA estando em reformas, como está, e dada a nossa prática habitual
128 de realizar as reuniões no auditório número um do IBAMA, a maior parte, quer dizer, um bom
129 número de Conselheiros se dirigiu ao IBAMA. Pelos últimos cálculos, em torno de vinte
130 Conselheiros estavam no IBAMA há uns cinco ou dez minutos atrás. Então, devem agora estar
131 se dirigindo para este local e isso, naturalmente, transtornou um pouquinho as presenças no
132 início desta reunião.

133 Eu gostaria de ir iniciando, portanto, conforme falou a Dra. Mary Alegretti, a pauta da
134 reunião. Eu gostaria de assinalar que, ao contrário de outras reuniões, poucos Conselheiros hoje
135 estão tomando posse. A Dra. Gleidineides Teles dos Santos, da equipe da ADEMA de Sergipe,
136 Órgão Estadual de Controle Ambiental de Sergipe, já era Conselheira Suplente e passa a
137 condição de Conselheira Titular. Não sei se a Dra. Gleidineides já está na sala? Bem,
138 provavelmente é uma das colegas que se dirigiu ao IBAMA. Houve, portanto, uma pequena
139 mudança na representação do Governo do Estado de Sergipe, a Dra. Lucilene Ione Takarashi,
140 Coordenadora de Projetos Especiais do mesmo Órgão de Meio Ambiente de Sergipe, passa a ser
141 a Conselheira Suplente.

142 Está conosco o representante suplente do Ministério da Defesa, o Tenente Coronel de
143 Infantaria, José Luiz Jaborandi Rodrigues. Está se apresentando inclusive pessoalmente para que
144 todos conheçam.

145 Bem, eu queria assinalar que não está publicado ainda no Diário Oficial, mas que estão
146 sendo indicados como representantes do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio
147 Exterior, cujo Conselheiro Titular é o Secretário Executivo daquele Ministério, Dr. Benjamim
148 Sicsu, está sendo indicado como Conselheiro Suplente o Dr. Drault Ernani de Oliveira, que eu
149 pediria que se apresentasse também. Obrigado, Dr. Drault. Aliás, eu gostaria de assinalar neste
150 início de reunião, e para que conste de maneira muito clara em ata, o enorme apoio que o
151 CONAMA vem recebendo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, sob vários
152 aspectos. Do ponto de vista técnico, resoluções importantes como a Resolução de amianto, que
153 está sendo discutida no âmbito do Conselho; a Resolução sobre ozônio, que inclusive consta da
154 pauta de hoje, isto do ponto de vista da contribuição técnica, mas do ponto de vista da
155 contribuição administrativa, nós temos realizado um grande número reuniões nas instalações do
156 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e temos tido diferentes Grupos de
157 Trabalho do CONAMA sendo recebidos de maneira esplendida. Transmita, por favor, ao
158 Ministro Tápias e ao Dr. Benjamim, o nosso agradecimento formal.

159 Eu queria assinalar também, antes do início da pauta propriamente técnica da reunião,
160 que o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, também, está se fazendo
161 representar a partir de agora, se eu não estou enganado, pelo Dr. Pedro Paulo Vaccani que está
162 presente. Era o Conselheiro Suplente, não é isso? e passa a ser o Conselheiro Titular. O Dr.
163 Nilson Fernandes da Cruz passa a ser o Conselheiro Suplente. Finalmente, não seria o caso de
164 assinalar, até porque não está ainda aqui na sala, o nosso colega, companheiro de muitos anos,
165 Dr. Durval Freire de Carvalho Olivieri, que foi por muitos anos Diretor do Centro de Recursos
166 Ambientais da Bahia. Dr. Durval ainda não está conosco. Ele, na reunião de hoje, está sendo
167 indicado como representante do Governo do Estado da Bahia e, certamente, estará conosco em
168 pouco tempo.

169 Bom, pergunto se está tudo OK para o início?

170 Bem, eu, em nome da Secretária Executiva, vou tomar a liberdade de reportar para
171 depois das duas apresentações iniciais estes itens dois a quatro da reunião, com vistas a não
172 prejudicar a participação de Conselheiros que já se encontram em Brasília e que, certamente,
173 devem participar do processo de votação e aprovação da Ata, assim como dos elementos
174 contidos nos itens 3 e 4. Então, eu convidaria os senhores para que nós ouvíssemos, no âmbito
175 dessa nova etapa de apresentação dos Programas Ambientais do PPA e dos Programas
176 Ambientais de Governo, dois grandes Programas que serão, portanto, os primeiros em termos de
177 apresentação neste Plenário, apresentação essa destinada não apenas ao conhecimento dos
178 senhores, mas atendendo, sobretudo, a uma demanda de longa data no CONAMA, que foi
179 contemplada, inclusive, no processo de organização do Conselho, para que fossem trazidos de
180 maneira sistemática para esse Plenário os conteúdos de grandes Programas de atuação do
181 Ministério, com vistas não apenas ao conhecimento e a informação dos Conselheiros, mas para
182 que eles pudessem participar, efetivamente, do acompanhamento, da formulação ou da
183 reformulação, da atualização destes programas com vistas, sobre tudo, a transformação destes
184 programas em programas não do Governo Federal, mas em, efetivamente, programas nacionais
185 da área do meio ambiente. Esse processo passa, naturalmente, por um interação do ponto de vista
186 da implementação desses programas, de uma interação seja com a esfera de Governo Estadual,
187 seja com a esfera de Governo Municipal e, sobretudo, com entidades empresariais, entidades da
188 sociedade civil, o que dará um caráter nacional a esses programas.

189 Bom, já está conosco o Dr. José Pedro Costa, que eu já havia apresentado antes, que
190 deve presidir os trabalhos. Agradecimentos a Dr^a Mary Allegretti que nos acompanhou na
191 abertura do programa e, antes de passar a palavra ao Dr. Sérgio Braga para que inicie sua
192 apresentação a respeito do Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico, eu peço ao Dr. José
193 Pedro que materialize a sua chegada.

194

195 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

196

197 Obrigado, Dr. Jair. Eu pediria desculpas. Eu, como vários outros, tivemos uma confusão
198 e fomos para a reunião lá no IBAMA e já pedimos que deixassem lá uma placa nesse sentido.
199 Algumas pessoas já estão chegando e eu queria agradecer a Mary, agradecer ao Jair por terem
200 dado início e agradecer a presença de todos. Eu acredito que já foram apresentadas as escusas do
201 Senhor Ministro por não poder estar presente, porque foi convocado para acompanhar o
202 Presidente da República a uma visita ao Rio de Janeiro. Deve estar voando nesse momento para
203 o Rio de Janeiro, mas me pediu que saudasse a todos os senhores em nome do Ministério. E o
204 Dr. José Carlos, por problemas de saúde, teve que voltar a Belo Horizonte, mas nós estamos
205 bravamente aqui, tocando esta reunião, sem mais delongas, acho que depois com quorum mais
206 completo, com a chegada após este mal entendido. Eu vou pedir então ao Dr. Sérgio Braga,
207 Secretário de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, que faça a
208 apresentação prevista. Por gentileza, Dr. Sérgio Braga.

209

210 **Dr. Sérgio Braga** (*Secretário de Desenvolvimento Sustentável do MMA*)

211

212 Bom dia, senhores. Eu queria agradecer ao CONAMA o convite para que
213 apresentássemos o Programa do Zoneamento Ecológico-Econômico. Nós estamos tendo grandes
214 dificuldades. O Programa, durante 10 anos, foi gerido pela Secretária de Assuntos Estratégicos
215 da Presidência da República, depois, com a extinção da SAE, que teve uma existência efêmera,
216 assumiu o Programa. O nosso Ministro reivindicou que o Zoneamento Ecológico-Econômico
217 fosse transferido para a Coordenação do Ministério do Meio Ambiente e assim foi feito, no
218 entanto, a maneira como o programa foi transferido para o Ministério foi feita de uma forma
219 muito atabalhoada. A equipe técnica do Zoneamento, na época da SAE, que já era reduzida,
220 exígua, era composta por treze pessoas. O que nos transferiram foram apenas quatro cargos em
221 comissão para que montássemos a equipe técnica. O orçamento foi transferido, como nós vamos
222 ver na apresentação, de uma forma também estranha. Os arquivos, os acervos do programa, são
223 difíceis de recuperar, porque está todo em meio analógico, em papel, e os dados são, eu diria,
224 difíceis de serem remontados. Nós fizemos, logo ao assumir o programa, nós tentamos fazer um
225 balanço geral do Zoneamento nos últimos 10 anos e ainda estamos fazendo esse esforço de
226 levantamento de situação e um esforço ainda não concluído. Mas tivemos um evento agora no
227 mês de julho, ao qual compareceram praticamente 17 estados, onde se acumulavam experiências
228 em Zoneamento Ecológico-Econômico, e as instituições federais que direta e indiretamente
229 tiveram relacionamento com o programa, e as pessoas até achavam que era muito difícil a gente
230 conseguir fazer este evento, na medida em que ninguém está disposto a mostrar os seus erros, os
231 seus fracassos, as suas dificuldades. Mas, diferentemente desse diagnóstico inicial as pessoas
232 compareceram em números até surpreendendo as nossas expectativas. Quase 250 pessoas
233 participaram desse Seminário de Avaliação e apresentaram, não tiveram o menor receio de
234 apresentar as suas fraquezas e os seus sucessos também havidos, e isso permitiu a nós recolher
235 mais de trinta horas de fita gravada e um vasto material gráfico trazido pelos estados, trazido por
236 aqueles que gerenciavam os Programas localizados.

237 Bom, dito isto, nós partimos de um pressuposto que o Zoneamento Ecológico-
238 Econômico ou é inserido no Sistema e na Política de Planejamento do País e é uma peça
239 importante compondo a Política Ambiental ou o Zoneamento Ecológico-Econômico será sempre
240 um programa periférico, difuso, sem foco e sem função. Então, nós, remontando o histórico do
241 Zoneamento Ecológico-Econômico, a Lei que define a nossa Política Ambiental, a 6938, ela
242 coloca o Zoneamento Ambiental e, na época, o conceito era esse. O conceito de desenvolvimento
243 sustentável não existia e, portanto, o Zoneamento Ambiental era um e o Zoneamento Ecológico
244 era outro. O Zoneamento Ambiental aparecia como um instrumento da Política Nacional de
245 Meio Ambiente de uma forma clara. O ZEE, inclusive, ainda no Zoneamento Ambiental,
246 desempenhava no contexto da Lei um princípio aglutinador dos demais princípios e também
247 aparecia como um instrumento básico na Política Ambiental. Ele articulava os princípios da
248 Política Ambiental e, em seguida, ele apresentava-se como instrumento básico da Política
249 Ambiental. Ele era integrador dos demais instrumentos e os demais instrumentos eram:
250 Avaliação de Impacto Ambiental, criação de Unidades de Conservação, Sistema Nacional de
251 Informação sobre Meio Ambiente, Relatório de Qualidade Ambiental, Garantia de Informações
252 Ambientais ao Público. Nela era um instrumento integrador, na concepção do legislador, de
253 todos esses outros instrumentos básicos da Política Ambiental. E de lá para cá, 20 anos passados,
254 os esforços de Zoneamento são irrisórios e deixou, portanto, os demais instrumentos da Política
255 Ambiental sem aquele pólo aglutinador. No nosso ponto de vista, a Política Ambiental sem o
256 Zoneamento Ecológico-Econômico é um voo cego. Ontem, no Ministério da Integração, numa
257 discussão que tínhamos sobre o assunto, eu levantava a questão: assim como o Zoneamento
258 Agropedoclimático do Ministério da Agricultura foi um instrumento básico para lastrear e
259 garantir a criação do seguro agrícola, o Zoneamento Ecológico-Econômico é básico para a
260 criação no futuro do seguro ambiental, é básico para reduzir os riscos contidos no EIA-RIMA.

261 Esses são os marcos históricos do Programa: em 81, como vimos na definição da Lei
262 6938, aparece como instrumento básico da Política Ambiental; em 88, com o Programa Nossa
263 Natureza, já aparece o termo Zoneamento Ecológico-Econômico e ele é considerado uma peça
264 importante do Nossa Natureza; em 90 cria-se o Grupo de Trabalho para orientar a execução do

265 ZEE e cria-se, também, a Comissão de Coordenação do Zoneamento Ecológico-Econômico; em
266 91 cria-se o Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia, considerada área
267 prioritária do Programa; em 92 consolida-se a metodologia do GERCO - Gerenciamento
268 Costeiro; em 94, o início do Zoneamento da Bacia do Alto Paraguai e do Mato Grosso e
269 Rondônia; em 96, a SAE consegue com o Ministério do Meio Ambiente formular um esqueleto
270 básico de uma metodologia de zoneamento para a Amazônia; em 98 iniciam-se os projetos de
271 zoneamento com financiamento do PPG7; em 99, a SAE é extinta e o zoneamento é transferido
272 para o Ministério do Meio Ambiente e no Ano 2000 o zoneamento é incluído no PPA.

273 Quais são os objetivos estratégicos do Zoneamento? Primeiro, fazer do zoneamento um
274 instrumento efetivo da Política Ambiental e, em segundo, inserir o zoneamento no cerne do
275 Sistema de Planejamento, tanto a nível Nacional, como Regional, Estadual e Municipal. Por que?
276 Porque o ZEE é um instrumento concreto para implementação da sustentabilidade espacialmente
277 orientada. Ai há uma fonte, eu diria, de dificuldade de interpretação. Na ocasião em que ele é
278 formulado na Política Ambiental, definido como instrumento básico da Política Ambiental, a
279 idéia de contradição intransponível entre econômico e ecológico era a opinião comum média.
280 Passados os 20 anos e com a evolução e consolidação do conceito de desenvolvimento
281 sustentável, nós trabalhamos na perspectiva de que as contradições entre o Meio Ambiente e a
282 Economia são superáveis, são administráveis, portanto, o econômico-ecológico aparece como
283 uma forma de, tecnicamente, o zoneamento seria o instrumento técnico, administrar e resolver os
284 conflitos entre, basicamente, o conceito de vulnerabilidade ecológica e potencialidade
285 econômica. Nesse período há, portanto, um grande esforço conceitual e teórico no sentido de
286 compatibilizar essas duas coisas, no entanto, na prática, nós ainda, aqui em Brasília e dentro do
287 Governo, encontramos uma enorme dificuldade em fazer com que as pessoas compreendam a
288 possibilidade da administração desse conflito.

289 O ZEE, na nossa compreensão, é um *cluster* das políticas públicas localizadas no
290 território, ou seja, o ZEE permite a integração das políticas com o melhor resultado final e é
291 possível você localizar no território. Eu brinco sempre com o seguinte: o ZEE é a forma de você
292 gerar o planejamento com CEP, você localiza as políticas públicas no espaço territorial. O
293 Zoneamento é um instrumento técnico e político para solução de contradições e conflitos entre
294 atividade econômica e uso dos recursos ambientais. No nosso ponto de vista, é um conceito
295 básico e fundamental com o qual nós trabalhamos diariamente. Nos extremos, nós esperamos
296 que esses extremos sejam cada vez mais coisa do passado, você tem do lado ecológico a falsa
297 idéia de que o zoneamento é a forma de legitimar a devastação e, do lado oposto, dos não
298 ambientalistas, aqueles que ainda trabalham com essa contradição de forma intransponível, o
299 ZEE é a forma de impedir ou dificultar as atividades econômicas.

300 Numa nova concepção, nós partiríamos de um instrumento clássico, auxiliando os
301 mecanismos de comando e controle, para usar o Zoneamento Ecológico-Econômico como
302 instrumento auxiliar de comando e controle que fundamenta a implementação dos instrumentos
303 econômicos e de mercado para execução de Política Ambiental. Evidentemente, para que isso
304 ocorra existe um longo caminho a ser percorrido. O ZEE, portanto, é um instrumento para
305 construção da sustentabilidade, ou seja, a manutenção do estoque de capital natural gerando
306 valor econômico com justiça social. Por feliz coincidência, nós achamos que o Avança Brasil, o
307 PPA, cria condições para que a gente possa executar aquela primeira vontade estratégica de fazer
308 com que o zoneamento seja parte integrante e fundamental do Sistema de Planejamento. Porque
309 as bases e a concepção do PPA, em primeiro lugar, são georreferenciadas e isso ai,
310 materialmente, facilita muito a nossa vida; ele também tem o desenvolvimento sustentável como
311 pressuposto; ele advoga a gestão empreendedora na gestão do programa; ele incentiva parcerias;
312 ele se baseia nos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento e ele trabalha com as peças
313 de integração dos planos, dos orçamentos e dos programas. A orientação do Avança Brasil é
314 matricial, permitindo que os programas interajam horizontalmente.

315 O caráter multidisciplinar contido na base técnica, bem como o caráter multistitucional
316 contido nas bases de implantação negociada, leva que o ZEE pode ser um instrumento para o
317 planejamento de ações integradas. No nosso ponto de vista, o ZEE passa a ser, além de

318 importante base para a construção do programa, também, um instrumento de gestão.
319 Lamentavelmente, o programa foi definido. O carro foi colocado diante dos bois e o programa
320 foi definido sem o zoneamento. Mas consideramos que, apesar do custo que isso representa, é
321 possível reparar erros contidos no PPA pela falta da existência do zoneamento. O ZEE é uma
322 fonte de informações georreferenciadas, de propostas e diretrizes espacializadas para o PPA e, ao
323 mesmo tempo, o PPA pode alavancar e consolidar o ZEE do Brasil. Dessa forma, o ZEE pode
324 ser, concomitantemente, usuário privilegiado e viabilizador do ZEE efetivamente integrado ao
325 PPA.

326 O que é o Zoneamento? Muitas pessoas falam, poucas pessoas pararam para estudar
327 metodologia, ler como se faz, como se procede e, principalmente, eu acho que um dos grandes
328 motivos pelos quais há uma enorme confusão de conceito é que o ZEE foi sempre vinculado de
329 forma biunívoca ao ordenamento territorial. O ZEE é para fazer o ordenamento territorial e o
330 ZEE é muito mais amplo do que o simples ordenamento territorial. Nós vamos ver em seguida,
331 nós tentamos identificar quem seriam os usuários do zoneamento, portanto, o ordenamento
332 territorial não seria o único usuário do zoneamento. Mas, essa visão estreita contribuiu muito
333 para prejudicar a compreensão do que era o Zoneamento Ecológico-Econômico. Ele é um
334 instrumento, como eu já falei antes, já está dito de outra forma, um instrumento de
335 racionalização da ocupação dos espaços e de redirecionamento das atividades. Ele é um subsídio
336 a estratégia e ações para elaboração e execução de planos regionais em busca do
337 desenvolvimento sustentável. E nós não entendemos o ZEE como sendo uma coisa normativa, o
338 ZEE pode ser normativo em determinadas situações e indicativo na maioria das vezes.

339 Quais os objetivos do zoneamento? Diagnosticar vulnerabilidades e potencialidades
340 naturais e socioeconômicas, bem como o arranjo jurídico institucional; prognosticar o uso do
341 território...Fim da Fita ...visando a organização do território, não somente a organização do
342 território, a ordenação do território como expressão das políticas econômica, social, cultural e
343 ecológica, tendo como premissa fundamental o bem estar do homem e, por isso mesmo, em
344 harmonia com a qualidade ambiental. Isso foi retirado *Ipsis Literes* dos documentos da antiga
345 SAE e conceito com o qual a SAE trabalhou durante algum tempo.

346 Quais são as vantagens de se fazer o Zoneamento Ecológico-Econômico? Primeiro,
347 como já dissemos, ele é um instrumento técnico de informação integrada sobre o território em
348 base geográfica, classificando segundo suas potencialidades e vulnerabilidades. Ai está o
349 conceito fundamental entre a possibilidade de cruzamento entre o ecológico e o econômico. É
350 um instrumento político de regulação do uso do território, com possibilidade de integrar as
351 políticas públicas, aumentar a eficácia de intervenção pública na gestão do território e constituir
352 as parcerias, que é uma base, um pressuposto do PPA. Instrumento de planejamento e gestão
353 territorial, não apenas corretivo, mas estimulador do desenvolvimento sustentável. Esse gráfico
354 em bloco mostra de uma forma simplificada a metodologia usada ou sugerida, não usada, mas
355 sugerida, porque, na verdade, ela foi mais sugerida do que usada pela antiga SAE. Na parte
356 superior, parte branca, você tem a parte, o segundo é a parte ecológica que você tem o banco de
357 dados e informações sobre clima, geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso da terra,
358 isso tudo, ancorado em tecnologia baseada em sensoriamento remoto, permite constituir a
359 paisagem natural e trabalhar com conceito teórico de unidade territorial básica. Então, esses
360 dados são oriundos de diferentes bases de dados, são cruzados e permitem constituir unidades
361 territoriais básicas. A partir da unidade territorial básica se constroem as cartas de
362 vulnerabilidade, vulnerabilidade ecológica. Na parte inferior você tem o segundo “E”, o
363 econômico social, socioeconômico, em que você tem as informações básicas sobre a infra-
364 estrutura, lá em cima, vias de circulação, cidades, povoados, a divisão territorial em Municípios e
365 o banco de dados socioeconômicos dividido em potencialidades naturais, potencial produtivo,
366 potencial institucional, potencial humano. Os dados econômicos sociais constituem, contribuem
367 para formação da Carta de Potencialidade Social e Econômica, isso é cruzado com a carta de
368 vulnerabilidade e permite construir as terceiras cartas que são as Cartas de Sustentabilidade do
369 Território que, devidamente analisadas pelos aspectos legais e de ordenamento de uso do
370 território e mais as Cartas de Uso Restrito, as áreas restritas, permitem uma Carta Síntese de

371 Subsídios a Gestão do Território. No final de contas, na linha final, a Carta Síntese de Subsidio
372 permite analisar os territórios com base no cruzamento daquelas duas variáveis, as
373 potencialidades econômicas e as vulnerabilidades ambientais, ecológicas, e permite, portanto,
374 classificar os territórios em áreas para expansão, áreas para conservação e áreas de consolidação
375 ou áreas de recuperação. Então, na primeira situação, em que você tem alta potencialidade
376 econômica e baixa vulnerabilidade trata-se, portanto, de uma área de expansão. Numa área em
377 que você tem baixa potencialidade e baixa vulnerabilidade, você tem uma área de consolidação.
378 Numa área em alta vulnerabilidade e baixa potencialidade recomenda-se que essa área seja uma
379 área destinada a recuperação. E, finalmente, quando você tem alta potencialidade e alta
380 vulnerabilidade seriam áreas para conservação. Então, esse é o modelo teórico, altamente,
381 portanto, indicativo que permite hierarquizar, selecionar e orientar o uso do território de acordo
382 com essas duas variáveis. Isso aqui é, profundamente, o resultado do conceito de
383 desenvolvimento sustentável aplicado a administração do território.

384 Nós identificamos em uma das críticas que fazemos ao trabalho, nesses últimos 10 anos,
385 é exatamente a enorme dificuldade de identificar quem são os usuários do zoneamento e quais
386 são os produtos que o zoneamento poderá disponibilizar para esses usuários. Na verdade, o único
387 produto e o único usuário, numa concepção antiga, era o ordenamento do território. Então nós
388 identificamos como usuários do ZEE, hoje: o Sistema de Planejamento Federal; o Sistema de
389 Defesa Nacional; o Sistema Nacional de Meio Ambiente; o SNUC; o Sistema Nacional de
390 Recursos Hídricos, temos experiências interessantíssimas lá, o zoneamento de recursos hídricos
391 iniciando, Agencias Reguladoras; o Ministério Público Federal; o ordenamento territorial e os
392 grandes empreendedores públicos e privados, isso a nível federal. A nível regional você repete
393 aqueles clientes usuários: Sistema Estadual de Planejamento; Sistema Estadual de Gestão
394 Ambiental; as Agencias Reguladoras Estaduais; o Ministério Público nos Estados; as Agencias
395 de fomento e os empreendedores estaduais e, a nível local, as Prefeituras, os pequenos
396 empreendedores e o Sistema Habitacional e Urbano.

397 Quais os produtos que identificamos, inclusive, a partir desse Seminário do qual eu já
398 me referi? Primeiro: os produtos de natureza técnica, produtos síntese de orientação e ocupação,
399 os produtos temáticos, as bases cartográficas e os bancos de dados georreferenciados. Quanto aos
400 produtos destinados a orientar as políticas públicas: Indicações de diretrizes físico-territoriais
401 relativas ao ordenamento, indicação para ser usada em planos, programas e projetos e indicação
402 para legislação suplementar.

403 O que foi realizado nesses 10 anos pela SAE ou pela orientação da SAE ou, até mesmo,
404 paralelo, à revelia da SAE? Foram realizados trabalhos considerados concluídos e que podem ser
405 classificados como Zoneamento Ecológico-Econômico. Aqui não está incluído, por exemplo, o
406 macro zoneamento ambiental realizado pelo IBGE para a Amazônia. Nós consideramos aquele
407 trabalho como trabalho de diagnostico ambiental para a Amazônia, alguma coisa que precederia
408 o Zoneamento Ecológico-Econômico para a região como um todo que terminou não sendo feito.
409 Então, foram realizados trabalhos concluídos em 11%, que cobrem 11% do Território Nacional,
410 10 anos, 11%. Como estes 11% estão distribuídos por executante ou fonte? A SAE realizou com
411 os Estados, em geral a SAE trabalhava em convênio com os Estados, estabelecia convênios, os
412 Estados eram os executantes, foram realizados 18% do que foi realizado. 8% foi realizado pela
413 SAE, 11% foi realizado pelo GERCO e pelos Estados, GERCO é Gerenciamento Costeiro, 25%
414 pelo PLANAFLOOR, 38% pelo PNMA Pantanal, 3,6% pelo PRODEAM que é um Programa de
415 fronteiras, que são trabalhos realizados pela CPRM nas regiões de fronteira e foi um trabalho
416 feito em conjunto com a Colômbia, Venezuela, Bolívia e Peru, três dos quais concluídos e um
417 em fase de conclusão e, finalmente, 2,7% realizado pelo PPG7.

418 Como é que o zoneamento foi distribuído por região? Esse dado é um dado interessante,
419 porque toda a orientação do Governo era no sentido de priorizar a Amazônia. No entanto, fica
420 demonstrado por esse gráfico ai que a região que foi mais contemplada foi a Centro-oeste, a
421 Amazônia teve quase 8%, o Centro-oeste 24%, arredondando, o Nordeste 12%, Sul e Sudeste
422 4% e o Brasil como um todo, como falamos na primeira transparência, 11%.

423 A distribuição geográfica destes trabalhos que foram realizados é esta ai, em escalas.
424 Vejam bem, nós estamos falando em escalas de 1:250 mil e mais, a parte mais escura é o
425 zoneamento concluído e a parte mais clara é o zoneamento não concluído.

426 Quais os problemas que nós detectamos, em conjunto, coletivamente, nesse Seminário
427 de avaliação? Primeiro, é que havia uma enorme desarticulação com o Sistema de Planejamento.
428 Na verdade, o ZEE sempre foi uma coisa bem distante do Sistema de Planejamento, no Governo
429 Collor foi transferido para a SAE e o Sistema de Planejamento não teve sequer conhecimento da
430 existência dele. Os trabalhos eram realizados em áreas escolhidas por critérios dos mais variados
431 e sem uniformização, ou seja, os Estados não tinham um Programa de Zoneamento Ecológico-
432 Econômico completo para os Estados e os Estados escolhiam áreas consideradas críticas por
433 critérios que, nem sempre, ou quase sempre, não eram explicitados. Há uma descontinuidade e
434 sobreposição de áreas zoneadas, há áreas zoneadas duas vezes e essas áreas, as únicas áreas
435 contínuas são do Alto Paraguai, com 361 mil km², e Rondônia, com 238 mil km². Localizamos
436 varias metodologias usadas nestes trabalhos, metodologia da SAE, a SAE/MMA, do
437 PRODEAGRO, do IBGE, do PANTANAL, da EMBRAPA, e tem mais uma meia dúzia de
438 metodologias circulando por ai. Os estudos realizados foram feitos em diferentes épocas, ao
439 longo de dez anos, com impossibilidade de compara-los. Então, se alguém tiver o interesse de
440 comparar esses diferentes trabalhos, além de ter muita dificuldade, incorrerá em gravíssimo erro,
441 provavelmente incorrerá em gravíssimo erro. É impossível comparar trabalhos que foram
442 realizados no começo da década com trabalhos que foram realizados no final da década. Os
443 dados acumulados ao longo desses anos, muito deles estão perdidos por caducidade, por
444 extravio, há uma grande dificuldade de recuperar estes dados porque eles não estão digitalizados,
445 o outro é até uma decorrência do anterior, e há uma desarticulação também entre as fontes
446 executoras e as fontes de financiamento. E, finalmente, detectamos uma alta relação custo
447 benefício, relação esta que varia se considerarmos o indicador numa escala de 1:250 mil, você
448 vai encontrar trabalhos realizados por 18 reais por km² e trabalhos, no extremo, realizados por
449 120 reais por km².

450 Qual o cenário que nós construímos para o Zoneamento Ecológico-Econômico?
451 Primeiro, nós identificamos cinco vetores que constroem um novo cenário positivo do
452 Zoneamento: primeiro deles é um novo enfoque conceitual, desde o começo dessa apresentação
453 eu tenho insistido, porque isso tem sido uma enorme dificuldade que nós temos com os
454 interlocutores, mostrar que o Zoneamento Ecológico-Econômico é a forma de compatibilizar o
455 Ecológico e o Econômico. Nessa nova concepção, o zoneamento se enquadra como um
456 instrumento para o desenvolvimento sustentável, então, nesse aspecto, a evolução do conceito de
457 desenvolvimento sustentável facilita e produz um vetor positivo para o zoneamento.

458 As novas tecnologias, nos últimos dez anos houve enormes avanços, principalmente, em
459 tecnologias da informação e nas tecnologias aeroespaciais, então, isso permite maior agilidade,
460 maior recuperação das informações, facilidades no tratamento das informações e,
461 principalmente, redução de custos. No entanto, essa redução de custo ainda não esta espelhada
462 nos nossos orçamentos. Novos meios de difusão, quer dizer, no passado os trabalhos tinham dois
463 destinos, gaveta e estante, hoje, com as tecnologias de rede, você permite que os trabalhos sejam
464 disponibilizados para o grande público através da WEB e, portanto, um acesso democratizado, o
465 que antes era impossível. Então, na nossa concepção, zoneamento que não esta disponibilizado
466 na WEB não existe.

467 Uma nova concepção da ação e do papel do Estado, quer dizer, houve épocas em que o
468 Brasil, há dez anos atrás, cerca de quase 70% da inversão bruta de capital era realizada pelo
469 Estado, com o avanço da globalização e a revisão do papel do Estado, a revisão do tamanho das
470 funções do Estado, isso levou que nós passássemos de um Estado investidor, executor e
471 empreendedor, para um Estado indutor de investimentos e articulador das ações públicas e
472 privadas, isso também é um conceito base do PPA. E, ora, se o Estado pretende partir de uma
473 posição em que ele era proprietário das grandes empresas do Sistema Elétrico, do Sistema de
474 Transporte, do Sistema de Telecomunicações, ele era um investidor de 2/3 da economia, era
475 muito fácil para ele decidir onde ia aplicar o dinheiro dele. Agora, em que ele é um articulador

476 das ações públicas e privadas, ele precisa ter instrumentos de gestão com informações
477 fundamentadas e geograficamente referenciadas para que ele possa atuar nessa condição. Então,
478 nesse aspecto, pelo Estado precisar desse instrumento, é que o ZEE passa a ser um instrumento
479 muito importante para isso.

480 Finalmente, uma nova concepção de planejamento. O PPA permite na sua concepção
481 matricial e institucional e com sistema de monitoramento para avaliação permanente, com
482 gerente responsável por custo e resultados, isso integra o ZEE como parte fundamental dele, nós
483 já falamos disso.

484 Quais são as nossas propostas para o ZEE hoje? O que a Secretaria do Ministério do
485 Meio Ambiente está propondo ao Governo? Primeiro, do ponto vista de concepção, integrar o
486 ZEE ao novo Sistema de Planejamento. Então, nós estamos tendo um trabalho de discussão
487 permanente com a equipe do Dr. Silveira, do Ministério do Planejamento, no sentido de fazer
488 com que o ZEE seja realmente incorporado de forma efetiva no Sistema de Planejamento.
489 Aproximar o Ecológico e o Econômico com vistas a sustentabilidade, isso é um trabalho de
490 missionário. Incorporar as novas tecnologias de coleta e tratamento de informação e incorporar o
491 programa para o uso interativo com as novas mídias, hoje, até o escolar teria acesso aos dados do
492 ZEE. Do ponto de vista institucional, coordenar o ZEE, sob a liderança da SDS, com a
493 participação de todas as Secretarias do Ministério do Meio Ambiente para que, dentro do
494 Ministério, falássemos a mesma linguagem, quando a gente trata do ZEE sabe-se exatamente do
495 que estamos tratando. Recompilar a CCZEE com atribuições de decidir sobre a orientação do
496 Programa e a aplicação dos recursos; formar redes ZEE com a participação de todos os pontos
497 focais de cada Estado; formar o consórcio ZEE Brasil e criar os instrumentos de
498 acompanhamento pelo CONAMA. Nós gostaríamos que o CONAMA tivesse conhecimento
499 permanente dos trabalhos que estamos realizando. Do ponto de vista metodológico: realizar uma
500 revisão crítica da metodologia da SAE para a Amazônia; definir com clareza um conjunto de
501 produtos a serem gerados; buscar melhoria da relação custo benefício; orientar metodologia para
502 atender ao usuário. Do ponto de vista da execução: elaborar o Zoneamento Ecológico-
503 Econômico para o Brasil como um todo; elaborar o Zoneamento dos Estados; elaborar o
504 Zoneamento nas áreas críticas de interesse federal e estadual e rever o relacionamento do
505 Programa ZEE com os Estados. Do ponto de vista orçamentário: rever a distribuição do ZEE no
506 orçamento. A nossa posição é: se permanecer o que está no PPA, nós vamos passar mais 10 anos
507 e daqui a 10 anos alguém vira aqui nesse CONAMA repetir que se passaram mais 10 anos e não
508 realizamos o Zoneamento Ecológico-Econômico que o Brasil precisa.

509 Esse quadro mostra a síntese do Programa, inclusive com dados que está no PPA: 11%
510 realizado, 16 % em andamento, 71% o que está proposto no PPA, no total nos teríamos 105% do
511 território zoneado. Se realizarmos o que está no PPA, esta será a distribuição por região, ou seja,
512 algo em torno de 45% da Região Norte será levantada, 20% da Região Centro-Oeste, 189% do
513 Nordeste será zoneado, e aí reside um problema, e 43% Sul-Sudeste. Esse aqui é apenas um dos
514 erros que está no PPA, essa superposição no Nordeste. Têm vários outros. A nossa proposta é
515 que sejam redefinidas ações e projetos. Nós precisamos passar uma revisão geral do ZEE no
516 PPA. Essa é a distribuição orçamentária. Eu não vou entrar em detalhe. De uma forma resumida,
517 o que está no PPA para o ZEE está descrito nesta pizza. Você tem o Ministério gestor do
518 Programa, o Ministério do Meio Ambiente, tem 0,36% do orçamento, o resto, praticamente todo
519 o restante do orçamento, está no Ministério da Integração ou diretamente no Ministério da
520 Integração, 69.7% seria o Ministério da Integração com os Estados e SUDENE, CODEVASF,
521 SUDAM e DNOCS. Então, isso aqui não se sustenta. Em qualquer atividade humana, o
522 gerenciamento na atividade é, no mínimo, 10%, é o *Overhead* de qualquer projeto, taxa de
523 administração em qualquer projeto. Isso aí, ou a gente modifica esse quadro ou vai ser difícil
524 trabalhar dessa forma.

525 Consórcio ZEE Brasil, eu acho um negócio muito importante colocar isso para os
526 senhores. Um dos grandes problemas que a SAE não conseguiu resolver, e, por isso, o Programa
527 não avançou o que deveria avançar, foi no que tange as dificuldades institucionais. Na hora que o
528 Programa saiu do IBGE, o IBGE se sentiu descompromissado com o Programa e a SAE teve que

529 assumir com todas as dificuldades. A SAE não conseguiu reunir internamente os esforços
530 institucionais para viabilizar a execução do ZEE. O que nós estamos propondo é que nós, em
531 primeiro lugar, consigamos organizar o setor público, as instituições públicas que direta ou
532 indiretamente teriam maior responsabilidade com a execução desse Programa. E, aí, nós
533 identificamos o INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que nos conhece de cima; a
534 EMBRAPA, que conhece muito bem os nossos solos; a CPRM, que conhece muito bem o nosso
535 subsolo; o IBGE, que tem as melhores informações socioeconômicas, alguém pode até dizer que
536 o Brasil tem grandes problemas nessa área, mas é quem entende disso no Brasil; e o IPEA, que é
537 o Instituto de Pesquisa Econômica, com experiência no País para gerar os indicadores e os dados
538 e análises territoriais que nós precisamos para integrar ao Zoneamento. Então, propusemos a
539 esses órgãos que eu acabei de falar, a criação de um Consórcio Público para que, em conjunto,
540 definíssemos as metodologias, formas de acompanhamento, treinamento, todas elas realizadas
541 através desse Consórcio, até porque temos certeza que o sucesso e a redução de custos para a
542 realização dos trabalhos, em grande parte, dependerão do sucesso desse Consórcio. Se nós
543 obtivermos sucesso na constituição do Consórcio, o restante do trabalho será muito mais
544 facilitado e isso permitirá, também, uma ação coordenada do Governo Federal com relação aos
545 Governos Estaduais.

546 Propomos, também, um novo modelo de relacionamento com os Estados. A SAE teve
547 época que teve dinheiro, teve épocas que não teve dinheiro. No início do Programa havia
548 recurso, depois a SAE foi incapaz de sensibilizar aqueles que eram responsáveis pela geração do
549 orçamento para que gerassem recursos para aquela atividade, e ela perdeu muito o controle sobre
550 as atividades que estavam sendo feitas nos Estados. Então, nós propomos que haja uma
551 integração efetiva, a nível estadual, no processo de planejamento; que os estados apresentem um
552 ZEE, um Programa com abrangência estadual; que haja uma articulação institucional dentro do
553 Estado, Secretaria de Planejamento, Secretaria de Meio Ambiente de cada Estado, com relação
554 ao Programa; que a metodologia usada seja consistente e compatível com o estado de arte da
555 matéria. Nós não queremos impor uma camisa de força aos Estados, uma camisa de força
556 metodológica, mas nós gostaríamos que as metodologias seguidas pelos Estados fossem
557 compatíveis; que a eleição das áreas críticas prioritárias também fossem escolhidas de uma
558 forma, eu diria, transparente; que os Estados implantassem um sistema de acompanhamento
559 junto com o Governo Federal e que o Programa de Treinamento e Capacitação das equipes locais
560 fosse um programa permanente. Em muitos e muitos Estados o Programa sofreu
561 descontinuidade, porque as equipes eram dissolvidas e, tanto a nível federal, quanto a nível local,
562 nunca se conseguia formar equipes técnicas que dessem continuidade ao programa.

563 Bom, em resumo, o que nós estamos tentando fazer? Nós achamos que os 350 milhões
564 de reais que estão consignados no PPA são suficientes para que nós consigamos realizar o
565 zoneamento econômico, a nível federal, com escala 1:500 mil. Isso não é que nós vamos fazer o
566 zoneamento para os eixos, mas nós vamos fazer o Zoneamento Ecológico-Econômico levando
567 em conta os macro-eixos no PPA, num trabalho estreito com o Ministério do Planejamento. Em
568 segundo lugar, realizar o Zoneamento Ecológico-Econômico em todos os Estados, e eu diria que
569 a diferença entre os Estados é muito grande: São Paulo realizou um pedacinho dentro do Pontal
570 do Paranapanema; Santa Catarina tem um embrião de Projeto; Ceara realizou a metade; os dois
571 únicos estados que, Rondônia completou o dever de casa e transformou em Lei e Tocantins fez
572 um zoneamento chamado por alguns de Zoneamento Agro-ecológico e esta fazendo, agora, no
573 Bico do Papagaio; as regiões do Pantanal, conforme descrito aqui, foram feitas; mas nos demais
574 Estados, o Acre esta fazendo parcial, o Amapá fez o Sul do Estado, mas, completo, temos apenas
575 dois Estados. E, além disso, esses recursos nos permitiriam a realização do zoneamento nas áreas
576 críticas, de escolha tanto do Governo Federal, como do Governo Estadual e, talvez, dependendo
577 do nosso desempenho com relação ao Consórcio, talvez seja possível fazer até o zoneamento nas
578 regiões metropolitanas, pelo menos nas duas mais críticas. Então, o nosso grande desafio é
579 conseguir dar uma nova arrumação orçamentária a esse Programa para que a gente possa realizar
580 isso. Eu acho que era isso e eu me coloco a disposição dos senhores para dúvidas e perguntas.

581

582 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
583

584 Muito obrigado ao Secretário Sérgio Braga, muito obrigado. Eu queria agradecer a
585 exposição, reiterar, também, em nome do Ministério, em nome do Ministro, que esse é um
586 Programa considerado prioritário pelo Ministério do Meio Ambiente, de forma que é uma
587 questão de empenho não apenas da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável, mas de todo o
588 Ministério. A Secretária Mary Allegretti da Amazônia tem se empenhado neste assunto, eu tenho
589 me colocado à inteira disposição. Nós temos uma integração para fazer este trabalho com o
590 trabalho da eridificação de áreas prioritárias para a conservação que está sendo feita dentro da
591 minha Secretária, que os senhores já conhecem, parte dele já foi apresentado ao CONAMA e,
592 também, já com as implantadas ou em implantação Reservas da Biosfera. Já temos a Reserva da
593 Biosfera da Mata Atlântica; a Reserva da Biosfera do Pantanal foi encaminhada à UNESCO,
594 esperamos resultado dentro de um ou dois meses; a fase dois da Reserva da Biosfera do Cerrado,
595 no Estado de Goiás, também já está encaminhada à UNESCO; tudo isso é um quebra-cabeças
596 muito apetitoso que o Dr. Sérgio Braga está empenhado em decifrar. Nós temos sempre no
597 CONAMA um problema de tempo, então, o limite máximo que nós temos de perguntas é de 15
598 minutos, que já transborda o nosso horário, e eu gostaria, então, de saber se aqueles que
599 quisessem fazer uma pergunta que, por gentileza, fizessem e, se forem muitas, a gente pode até
600 acumular duas ou três perguntas que o Dr. Sérgio faria, então, a gentileza de responder. Dr. Jair,
601 quer fazer uma observação?

602
603 **Dr. Jair Sarmiento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
604

605 Bem, eu só queria lembrar que na reestruturação do CONAMA, que deve ser efetivada,
606 pelo menos, até o final deste ano, quem sabe já para a próxima reunião, há uma Câmara Técnica
607 especificamente de Políticas Sustentáveis. Talvez seja essa Câmara Técnica de Políticas
608 Sustentáveis a Câmara Técnica ideal para corresponder a essa.....Fim da Fita..... Bem, acho que
609 nós temos, antes, que alguém se manifeste para eventual pergunta, não temos inscritos.

610
611 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
612

613 Se alguém mais quiser fazer, também, alguma pergunta, se quiser ir dirigindo-se ao
614 microfone, como o tempo é curto, a gente agradece e, por gentileza, antes da fala, que tenha a
615 bondade de declinar nome e instituição.

616
617 **Conselheiro Antônio Carlos Farias** (*Representante do Governo do Estado do Amapá*)
618

619 Antônio Carlos Farias, Conselheiro do Estado do Amapá. Dr. Sérgio, eu queria
620 perguntar ao senhor, o senhor apresentou um leque de propostas a serem implementadas para o
621 zoneamento, eu queria saber: Se existe um cronograma já pré-estabelecido para que essas
622 propostas comecem a ser realmente implementadas? E faço essa pergunta porque o Amapá, por
623 exemplo, encerrou o zoneamento da área 1, da área prioritária que foi a Região Sul do Estado do
624 Amapá, em escala de 1:250 mil, em escalas menores para algumas áreas críticas, e na terça feira
625 a Comissão Estadual do Zoneamento reuniu e definiu as novas prioridades do zoneamento para
626 todo o Estado, e um dos itens que o senhor citou ali em sua programação foi a revisão da
627 metodologia e o Estado vai começar a trabalhar com a mesma metodologia que vem utilizando
628 até hoje. Então, eu queria saber se isso vai ser implementado de imediato? Se a gente vai poder
629 continuar trabalhando com a mesma metodologia sem nenhum prejuízo para o Estado? E quando
630 isso vai ocorrer? Obrigado.

631
632 **Dr. Sérgio Braga** (*Secretario de Desenvolvimento Sustentável do MMA*)
633

634 As duas maiores críticas que se faz à metodologia da SAE é de que ela não leva em
635 conta, de uma forma explicita, a biodiversidade, essa é a critica formulada pelo INPA e por

636 alguns outros, a segunda, é que a metodologia não considera os serviços prestados pela natureza,
637 os serviços ambientais, a valoração da natureza. É o que nós vamos fazer agora com a Secretaria
638 da Amazônia, em conjunto, a nossa Secretária e a Secretaria da Amazônia, estamos realizando
639 agora em Manaus, nos dias 3, 4 e 5, numa tentativa de fazer uma ampla discussão da
640 metodologia da Amazônia. O que nós queremos com isto? Queremos que todos os interessados
641 se manifestem: os Governos Estaduais; as Universidades; os Centro de Pesquisas da Amazônia,
642 principalmente o INPA e o Instituto Emílio Goeldi e as ONGs que atuam na região; a SUDAM;
643 o Setor Empresarial, que todos eles se manifestem e, a partir disso, nós consolidaríamos todas
644 essas contribuições levantadas nesse Seminário e estamos contratando uma equipe de
645 Consultores que fariam a revisão disso até ao final deste ano. Mas eu acredito que isso não deva
646 ser o motivo para impedir que, por exemplo, o Amapá e o Acre, que são Estados que tem uma
647 definição de Governo muito clara com relação ao ZEE e que já estão bastante avançados, fazem
648 um trabalho que merece elogio, acho que ninguém deverá esperar que a gente faça essa revisão
649 para retomar os seus trabalhos. Eu acho que as coisas podem, vão me permitir uma brincadeira,
650 “vamos ajeitar as melancias com o caminhão em movimento”. Eu acho que não haverá nenhum
651 prejuízo, depois a gente, num segundo momento, adequa uma coisa a outra. Eu acho que não
652 deve haver esse tipo de preocupação, com certeza serão perfeitamente compatíveis no futuro.
653 Mas nós pretendemos, eu tenho dito o seguinte: o que nós queremos com essa revisão
654 metodológica é que nós promovamos uma trégua, a gente consiga um trégua nessa discussão
655 metodológica, pelo menos, por três anos. Metodologia não é uma coisa, a ciência avança, os
656 procedimentos avançam, então não vamos criar uma metodologia rígida, fixa, nem colocar uma
657 camisa de força na realidade. Mas, para que a gente consiga alavancar o projeto é necessário que
658 a gente consiga o mínimo de consenso sobre esses aspectos metodológicos e de uma forma
659 bastante clara, transparente, e que permita que todos os interessados façam as suas contribuições.

660

661 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

662

663 Obrigado, Dr. Sérgio. Alguém mais? Por gentileza, sempre pedindo ao nobre
664 conselheiro a gentileza de declinar a instituição e o nome, por questão de registro de Ata.

665

666 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio -CNC*)

667

668 Leopoldo Brandão, CNC. Eu queria fazer uma indagação ao Dr. Sérgio Braga, com todo
669 respeito e até com todo o entusiasmo pela vibração com que ele apresentou a tarefa que ele vai
670 enfrentar, que é um desafio dos maiores que eu já conheci. A pergunta é muito simples, quem
671 tem alguma experiência administrativa sabe que, sobre tudo, quando os problemas são
672 complexos e são herdados de situações criadas anteriores, com preconceitos e com dificuldades
673 de entrosamento, a eficácia da ação depende fundamentalmente das pessoas que tenham
674 competência, que saibam trabalhar em equipe e que se constituam em uma massa crítica, para
675 abandonar o que não é importante, selecionar as prioridades e concentrar as energias nessas
676 prioridades, e eu perguntaria: Qual é assim, em termos muito sumários, qual é a disponibilidade
677 que a sua Secretaria tem de recursos humanos preparados para enfrentar esse desafio? E desde já
678 nos declaramos inteiramente solidários com seu esforço e na expectativa que consiga vence-lo. É
679 uma informação para fortalecer a nossa expectativa otimista.

680

681 **Dr. Sérgio Braga** (*Secretario de Desenvolvimento Sustentável do MMA*)

682

683 Esse aí, você colocou o dedo na ferida. Tem dois problemas aí, primeiro, a equipe
684 técnica, a nossa equipe técnica realmente é muito reduzida, nós temos cinco técnicos, enquanto a
685 antiga SAE contava com treze. Eu falei isso no início, mas a formação do Consórcio, isso nos
686 anima muito porque, com a formação do Consórcio, nós conseguimos eliminar barreiras
687 técnicas, no passado consideradas intransponíveis, que permitem a conjugação das capacidades
688 técnicas existente em diferentes Órgãos do Governo Federal, como é o caso dos cinco Órgãos

689 que compõe o Consórcio. Inicialmente havia um desânimo muito grande. As pessoas não
690 acreditam que nós sejamos capazes de reunir essas cinco entidades num Consórcio para trabalhar
691 juntos. Mas eu tenho, cada dia, uma surpresa agradável, nova, com relação a isso. Os Órgãos que
692 eu já citei, o INPE, a EMBRAPA, o CPRM, IPEA, IBGE, Ministério da Integração e nós
693 estamos conseguindo avanços, há uma afinidade muito grande na formação do Consórcio, há um
694 ânimo que se instalou no Consórcio, um ânimo de que é possível retomar o Programa. Porque o
695 Programa estava muito desgastado, havia uma descrença muito grande que pudéssemos retomar
696 o Programa, o desconhecimento era o nosso maior adversário. Por exemplo, o pessoal da,
697 aconteceu, eu vou citar só um episódio: Havia uma reação muito grande com relação ao
698 Zoneamento Agropedoclimático que é feito pela EMBRAPA e orientado pelo Ministério da
699 Agricultura e Abastecimento e que foi, basicamente, feito para viabilizar o Seguro Agrícola, para
700 reduzir os riscos e permitir que as seguradoras encampassem o Seguro Agrícola, e é um trabalho
701 belíssimo, é um trabalho digno de ser conhecido, é o Brasil que dá certo, mas havia um
702 preconceito enorme da área ambiental com relação àquele zoneamento, não queriam nem ver, é
703 aquela história “não li e não gostei” e, do outro lado, o pessoal da Agricultura achava que o
704 Zoneamento Ecológico-Econômico era um competidor do Zoneamento Agropedoclimático.
705 Convidamos o Coordenador desse Programa no Ministério da Agricultura para fazer uma
706 exposição no nosso Seminário de Avaliação e se desfez os preconceitos da área ambiental e o
707 pessoal do Ministério da Agricultura entendeu qual era o espírito, pelo menos alguns, não todos,
708 mas aqueles que estavam lá, que eram os responsáveis pelo Zoneamento Agropedoclimático,
709 entenderam qual era o espírito. Então, eu estou animado com relação à possibilidade de
710 constituir, através do Consórcio, os instrumentos para superar essas dificuldades técnicas. Por
711 outro lado, temos diariamente tratado essa questão com o Ministério do Planejamento, que é
712 responsável pela geração dos cargos que nós precisamos. Nós queremos apenas recuperar o que a
713 SAE tinha, não queremos nenhum a mais do que a SAE tinha, era lá os treze, podemos fazer até
714 um abatimento e trabalhar com dez. E, ao lado disso, o Consórcio trabalharia no treinamento das
715 equipes técnicas dos Estados, que é o elo fraco da corrente, pelo motivo que eu já falei, as
716 equipes se dissolviam com muita facilidade.

717

718 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

719

720 Obrigado, Dr. Sérgio. Nós temos possibilidade de mais uma pergunta. Dr. Shelley tinha
721 se candidatado, então, por favor. Secretário Almir Bressan também. Então vamos fazer as
722 perguntas agora em bloco. Alguém mais gostaria de perguntar? Dr. Paulino Cícero, por
723 gentileza. Então, vou pedir que o Dr. Shelley pergunte, o Dr. Paulino e o também Secretário do
724 Meio Ambiente, Almir Bressan, façam as perguntas e que sejam respondidas em bloco, como a
725 gente combinou anteriormente. Por favor.

726

727 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

728

729 Shelley, Confederação Nacional da Indústria. Dr. Sérgio Braga, eu queria parabenizar,
730 eu acho que o Zoneamento Ecológico-Econômico passa a ser um instrumento fundamental.
731 Quem acompanhou o Código Florestal e vê como o Código Florestal está amarrado no
732 Zoneamento Ecológico-Econômico e a necessidade de a gente ter uma definição clara do
733 Zoneamento Ecológico-Econômico, não só a nível de Governo, de Políticas do Governo Federal,
734 que é fundamental para o setor produtivo, na realidade, conseguir alcançar aquilo que está
735 esperando e dar a sua contribuição para o desenvolvimento do País, mas também aos Estados,
736 muitos dos Estados. Eu conheço bem o projeto do Zoneamento Ecológico-Econômico de
737 Rondônia, tive a oportunidade de estar lá, de acompanhar com todo o setor madeireiro da região,
738 e que foi aprovado e hoje é Lei em Rondônia. E existem vários Estados do Brasil, como já foram
739 citados aqui, e já existe o seu projeto. Mas eu gostaria de colocar duas perguntas aqui que me
740 preocupa um pouco. Primeiro, recursos, meu grande medo é a gente estar amarrando todo esse
741 projeto, principalmente do Código Florestal. e outra coisa que é importante dizer é que tanto a

742 Medida Provisória do Dep. Miqueleto que entrou, quanto à proposta do CONAMA, existe uma
743 convergência no problema do Zoneamento Ecológico-Econômico quanto a este aspecto e é
744 importante que a gente diga o seguinte: Nós vamos precisar de recursos. Foi dito aqui que esses
745 recursos existem, mas eles vão ter que ser bem distribuídos, bem analisados, inclusive, para os
746 Estados, porque eu não vejo que isso seja só uma Política do Governo Federal, isso tem que ser
747 uma política bem negociada com todos os Estados, tem interfaces aí, de desenvolvimento do
748 País, muito grandes, e é um trabalho longo e complexo. O meu grande medo aí é o tempo, eu
749 acho que a coisa já devia ter começado há muito tempo. O mal no nosso País é que a gente, às
750 vezes, amarra as nossas Leis, não dá recursos e a coisa fica no papel e esse é meu medo, quer
751 dizer, se a gente não tiver recursos bem definidos, a gente não vai conseguir alcançar o que o
752 setor esta esperando, principalmente setores da Amazônia que eu estou dizendo, principalmente
753 setores da área Florestal estão apreensivos com uma serie de normas, regras e tal, que estão
754 sendo colocadas. Não estou dizendo que esse não é um projeto prioritário, essa é uma das coisas
755 mais importantes, hoje, e que todo o setor produtivo esta esperando ativamente que ele se
756 regulamente. E, o segundo, é apenas dizer como é que o Governo Federal pretende fazer todo
757 esse trabalho de interface com os Estados, já que nós temos vários projetos já em andamento e
758 alguns Zoneamentos Ecológico-Econômico já definidos e em pratica em alguns Estados.

759
760 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
761

762 Obrigado, Dr. Shelley. Por gentileza, Secretário Almir Bressan, Secretário do Meio
763 Ambiente do Estado do Espírito Santo e, também, Presidente da ABEMA.

764
765 **Conselheiro Almir Bressan Júnior** (*representante do Governo do Estado do Espírito Santo*)
766

767 Gostaria de cumprimentar a Direção do CONAMA e todos os Conselheiros. Esse
768 assunto merece um comentário, por ser de grande relevância e atuar na área do planejamento
769 ambiental. Como foi colocado aqui, a Lei que institui a Política Nacional do Meio Ambiente, de
770 81, vai fazer 20 anos agora, estabelecia o Zoneamento como um dos seus importantes
771 instrumentos de planejamento ambiental, só que as atividades do dia a dia nos Órgãos
772 Ambientais, nos Estados, no Ministério, no IBAMA, nos Municípios, tem sido muito em cima do
773 licenciamento, da fiscalização, ou seja, apagando incêndios ou criações isoladas de Unidades de
774 Conservação, etc. Então, isso nos obriga a ressaltar, mais uma vez, a importância desse
775 instrumento como um instrumento de elaboração de uma Política Nacional de Meio Ambiente.
776 Eu queria só invocar um outro aspecto que a Lei 6.938, de 81, também fala, e que nós não
777 podemos perder de vista, o Sistema Nacional do Meio Ambiente. Então, quando se fala de
778 recursos, que o Shelley colocou muito bem aqui, não tiro nada do que ele colocou, eu gostaria de
779 invocar, por um outro lado, a integração e a gestão. Eu acho que nós temos um Sistema Nacional
780 em que temos os Estado com varias iniciativas no campo do zoneamento: tem o zoneamento do
781 Gerenciamento Costeiro; tem os zoneamentos estaduais; tem os zoneamentos de algumas regiões
782 dos Estados; existe alguma matéria prima a ser trabalhada; existe um exército maior do que essas
783 cinco pessoas do Ministério e nós queremos somar a esse esforço que vem sendo feito
784 novamente pelo Ministério, agora com essa nova proposição que o Dr. Sérgio Braga traz aqui a
785 esse Conselho. O que eu gostaria de enfatizar é que o nosso maior problema é gestão e que nós
786 temos recursos sim. Talvez essa pizza aí que colocou, da composição do recurso federal, esteja
787 inadequada, realmente, para quem é o gestor. Ter 0,36% do orçamento, isso não é compatível
788 com a função que é dada de gerenciamento, então se dá uma função e não se dá habilitação e
789 recursos financeiros para isso. Mas eu diria o seguinte: existem recursos, também, do Sistema;
790 que o Sistema, apesar de sua fragilidade, tem uma série de iniciativas que não podem ser
791 relevadas, assim como em outras áreas. A gente percebe que existem recursos, como na área de
792 saneamento, que eu gostaria depois de enfatizar aqui, que é uma das prioridades nacionais que
793 Órgãos Estaduais de Meio Ambiente traçaram, a questão da integração do saneamento e do meio
794 ambiente, o enfoque dos problemas da contaminação das águas a partir de um problema

795 ambiental, o maior problema ambiental. Então, venho aqui colocar o Estado do Espírito Santo a
796 disposição, porque já se desenvolveram os laboratórios de geoprocessamento e, hoje, nós temos
797 um centro de geomatica bastante capacitado com algumas necessidades de complementação. Eu
798 acho que envolveria também um trabalho de treinamento, capacitação, e que deveria atender a
799 cada Estado individualmente, eu diria, um diagnostico individual de cada unidade da Federação.
800 E nós entendemos o papel importante da União em fazer os zoneamentos dos grandes biomas, as
801 propostas para planejamento dos nossos grandes ecossistemas.

802

803 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

804

805 Obrigado, Dr. Almir. Por gentileza, Ministro Paulino Cícero. Eu gostaria de registrar,
806 com alegria, a presença do Ministro que assumiu recentemente a Secretaria de Meio Ambiente e
807 Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais. Também esta aqui presente o Dr. Ivon Borges
808 Martins, Presidente da FEAM. É uma felicidade para o Sistema Ambiental, uma alegria tê-lo
809 como Secretário e tê-lo entre nós no CONAMA.

810

811 **Conselheiro Paulino Cícero de Vasconcelos** (*Secretaria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de*
812 *Minas Gerais*)

813

814 Obrigado, Dr. José Pedro. Agradeço pela saudação, essa saudação carinhosa. Sou
815 Paulino Cícero de Vasconcelos, Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de
816 Minas Gerais. A minha pergunta ao Dr. Sérgio versa uma apreciação sobre a seguinte questão: lá
817 em Minas Gerais, o nosso mapa mostrou praticamente zero de Zoneamento Ecológico-
818 Econômico. O mapa está branquinho, branquinho, fico até com inveja da Bahia, do Nordeste e
819 de outros Estados que estão assim com aquela mancha forte de quem já penetrou o território no
820 Zoneamento Ecológico-Econômico. Mas, em contra partida, o Estado de Minas Gerais fez um
821 grande esforço para o seu mapeamento geológico, quer dizer, concluímos agora, com a CPRM,
822 todo o mapeamento geológico do Leste do Estado de Minas Gerais. Estamos desenvolvendo,
823 também, com a Companhia de Pesquisa dos Recursos Minerais, o mapeamento geológico de
824 toda região, com 220 mil km², dentro da Bacia do São Francisco e, com a Universidade Federal
825 Fluminense, estamos estudando um convênio que deverá ser assinado brevemente, no valor de
826 950 mil reais, para o mapeamento geológico da Região Sul e invadindo a região da Mata
827 Mineira, aquela região fronteira do Rio de Janeiro. Bom, esse mapeamento geológico leva em
828 conta a cobertura vegetal; faz o georreferenciamento de todos os córregos e fontes de água, todos
829 os poços artesianos, todas as ocorrências minerais metálicas e não metálicas. É tudo
830 georreferenciado. É o mapa completo de realidades minerárias que podem ocorrer dentro do
831 Estado, na região definida. E vou mais longe, esse mapeamento, que tem um grande significado
832 para o desenvolvimento da economia mineral, poderia, eventualmente, servir de base também
833 para o Estado ingressar nessa área do Zoneamento Ecológico-Econômico. Então, a minha
834 indagação é a seguinte: É possível fazer-se a complementação de recursos com a própria CPRM
835 ou com a Universidade Federal Fluminense para que elas promovam essa Carta de Zoneamento?
836 Quer dizer, sobre esta base que nós já temos desenvolvida, é possível, com algum adicional de
837 capital, fazer-se zoneamento? Essa é a indagação. Muito obrigado pela atenção.

838

839 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

840

841 Muito obrigado, Ministro. Um instantinho só, Dr. Sérgio. Eu vou pedir a compreensão
842 dos demais Conselheiros que levantaram a mão, já que nós estamos passados dez minutos do
843 tempo do debate e a resposta nem começou. Então, eu pedir àqueles que tenham, de fato,
844 necessidade que, depois da apresentação, façam a pergunta diretamente ou pessoalmente ao Dr.
845 Sérgio ou que façam depois por escrito, por gentileza. A não ser que seja extremamente urgente,
846 pois nós estamos com uma pauta que não vamos conseguir cumprir e isto é absolutamente
847 fundamental, que o tempo seja considerado.

848

849 **Dr. Sérgio Braga (Secretário de Desenvolvimento Sustentável do MMA)**

850

851 Presidente, eu vou responder primeiro ao Ministro Paulino Cícero. Eu acho que ela
852 atende a uma série de dúvidas de todos os Estados. Recentemente, recebemos a visita do
853 Secretário de Meio Ambiente de Santa Catarina que nos trazia um programa de 30 milhões para
854 o Atlas - Levantamento Cartográfico de Santa Catarina e, no mês anterior, recebemos aqui o
855 Delegado, o representante de Santa Catarina, que tratava do Zoneamento Ecológico-Econômico
856 do Estado que foi feito em algumas regiões, e aí descobrimos que, dentro da mesma Secretaria,
857 tinha projetos que não se convergiam. O que nós fizemos? Estamos trabalhando com o Estado de
858 Santa Catarina a convergência desse projeto. Eles têm vários trabalhos que contribuíram muito
859 para formar o projeto deles. Então, o que nós estamos fazendo? Nós estamos querendo, com os
860 Estados, rapidamente, até pelo problema que o Shelley levantou, tempo, rapidamente montar o
861 projeto de zoneamento de cada Estado. Então, é perfeitamente possível. Inclusive, tem um
862 negócio muito interessante, Minas Gerais não veio a nossa reunião. Foi um dos poucos, foi um
863 dos poucos não, porque dezessete compareceram, os outros não. Mas, Minas era um Estado que
864 a gente queria que comparecesse, pela importância, pelo tamanho. Mas tem um negócio muito
865 interessante, porque a experiência mineira em uso do zoneamento para gestão de recursos
866 hídricos é uma coisa que nós queríamos incorporar na metodologia que vamos discutir lá em
867 Manaus. Então, é perfeitamente compatível. Nós vamos percorrer todos os Estados. Já temos
868 inclusive o compromisso com o Bressan, porque o Estado definiu que o zoneamento é peça
869 fundamental do Planejamento e da Política Ambiental do Estado. O Espírito Santo se
870 compromete, inclusive, a ser um Estado modelo. Então, é perfeitamente possível e nós vamos ter
871 que correr muito contra o tempo. Eu digo que nós já perdemos, Shelley, um ano, com essa
872 brincadeira, porque, desses 350 milhões aqui, 55% terão que ser negociados com o Banco
873 Mundial e o resto são recursos ordinários da União. Mas, nós já deveríamos estar negociando
874 isso com o Banco Mundial e, dado às essas indefinições orçamentárias, não tivemos condições
875 ainda de desencadear o processo. Combinei, inclusive, com o Secretário José Carlos Carvalho
876 que, semana que vem, independente da decisão que seja tomada de redistribuição de orçamento,
877 nós vamos tomar a iniciativa de começar a trabalhar com o Banco Mundial esse negócio.

878 Concordo com o Bressan, que tem uma legião maior de técnicos, e foi exatamente por
879 isso que a gente tentou, tentou não, estamos formando a rede de pontos focais de cada Estado,
880 exatamente para localizar onde estão as capacidades nos estados para que a gente possa suprir
881 essas dificuldades com a junção dos nossos esforços. Os recursos, que nós dizemos serem
882 suficientes, eles precisam, realmente, só de redistribuição, definição clara das responsabilidades
883 de cada um, tarefas, também com definição, e principalmente, eu diria, a incorporação na
884 metodologia de instrumentos que vão baratear a realização. Nós achamos que, com o Consórcio,
885 é possível reduzir em 40% os custos totais e é por isso que nós dizemos que aquele valor que está
886 no PPA é capaz de atender a todas as nossas demandas. Mas o tempo é crítico, Shelley, o tempo
887 é crítico.

888

889 **III - LEITURA E DISCUSSÃO PRELIMINAR DA ATA DA 58ª REUNIÃO ORDINÁRIA** 890 **E VOTAÇÃO DAS ATAS DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA E DA 26ª REUNIÃO** 891 **EXTRAORDINÁRIA DO CONAMA:**

892

893 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

894

895

896

897

898

899

900

901

902

903

904

905

906

907

908

909

910

911

912

913

914

915

916

917

918

919

920

921

922

923

924

925

926

927

928

929

930

931

932

933

934

935

936

937

938

939

940

941

942

943

944

945

946

947

948

Muito obrigado, Dr. Sérgio. Agradeço, então, e eu gostaria de retomar a Ordem do Dia, que foi já apresentada inicialmente, lembrando que a posse dos novos Conselheiros já foi formalizada. Nós estamos, então, entrando no item II, que é a apresentação e discussão preliminar da Ata da 58ª Reunião Ordinária realizada no dia 27.07. Essa é a Ata que os senhores estão recebendo hoje. A idéia é de que haja o prazo até a próxima Reunião do CONAMA para que ela seja formalmente aprovada, mas se alguém, de imediato, tiver alguma observação, nós gostaríamos que fizesse uso da palavra. Não havendo nenhum inscrito. Pois não, por gentileza, tenha a bondade de usar o microfone.

Conselheiro Francisco Rodrigues Soares, (representante das Entidades Cívicas da Região Nordeste)

Conselheiro representante da Região Nordeste. Ai, aonde trata sobre uma fala que eu falei sobre Decreto da Mata Atlântica, eu falei também sobre ecossistema associado, botaram ecossistema social, então trocar essa palavra social por associado.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

Obrigado, está registrado. Alguém mais gostaria de fazer uso da palavra. Por favor, tenha a bondade de vir até ao microfone, por favor.

Drª Silvana do IBAMA

Senhores Conselheiros, o conserto que nós tínhamos que fazer já fizemos com o Marcelo. É que saiu impresso duas palavras erradas quanto a Resolução dos novos limites de ruídos para veículos automotores: “que ficou faltando o anexo A”, que, no caso, está escrito anexo A e não é anexo A, é anexo. Esse anexo ficou faltando, que é a Declaração de Atendimento, que o IBAMA fornece a todos os empresários que cumprem com a Resolução do CONAMA nº 01. Ele está providenciando todas as cópias, fizemos ali no *Laptop*. E, no texto, esse modelo está escrito “configuração mestre representada”, é só configuração mestre e modelo. Então, esse é só o adendo que eu tinha que fazer.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

Muito obrigado, Drª Silvana. Continua aberta a palavra. Não havendo mais ninguém inscrito, então fica apresentada, com essas observações que já recebemos, a Ata da 58ª Reunião Ordinária e eu passo, então, ao item III, que é a votação das Atas da 57ª Reunião Ordinária e da 26ª Reunião Extraordinária do CONAMA, sobre o Código Florestal, realizadas respectivamente nos dias 29 de março e 30 de março deste ano. Estas Atas já foram distribuídas anteriormente. A Secretaria do CONAMA já recebeu uma série de sugestões e uma série de correções que foram incorporadas. Eu pediria ao Dr. Jair que fizesse alguma observação ainda mais sobre este tema, por favor.

Dr. Jair Sarmiento da Silva (Diretor do CONAMA)

Nós recebemos contribuições da ANAMMA, particularmente, sobre a intervenção da Drª Silvana do Monte Lima e já procedemos à correção. Apenas não havia sido identificado o nome da Conselheira interveniente, daí a importância, para registro da gravação, que mantenhemos esse hábito, embora muitos conselheiros sejam sobejamente conhecidos dos colegas, que se repitam o nome e a instituição correspondente. Também registramos algumas observações da Secretaria de Biodiversidade e Florestas que foram devidamente incorporadas ao texto, de natureza formal. Fora isso,Fim da fitaela se encontrava quando distribuída.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

949 Com as observações?

950

951 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**

952

953 Com as observações, naturalmente.

954

955 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

956

957 Bem, o tema continua em discussão. Não havendo nenhum inscrito, confirmado que não
958 há nenhum inscrito, vamos então a votação. Vou fazer isso em separado. Coloco em votação a
959 Ata da 57ª Reunião Ordinária. Aqueles que estiverem de acordo, por favor, permaneçam como
960 estão. **Aprovado.**

961 E coloco, agora, em votação a Ata da 26ª Reunião Extraordinária do CONAMA, que
962 versou sobre o Código Florestal. Aqueles que estiverem de acordo, por favor, permaneçam,
963 como estão. Não havendo nenhuma contestação, então está também **aprovado.**

964

965 **IV - ASSUNTOS EM REGIME DE URGÊNCIA, PEDIDOS DE INVERSÃO DE PAUTA** 966 **E EMENDAS ÀS MATÉRIAS:**

967

968 Passamos, então, ao 4º item da Ordem do Dia, que é a apresentação das matérias com
969 pedidos de regime de urgência, pedidos de inversão de pautas e encaminhamento de emendas às
970 matérias da ordem do dia. Obrigado. Continua aberta a sessão ao recebimento de matérias. São
971 sete assinaturas, colhe as assinaturas, fica registrado a entrega e a gente espera. No momento que
972 tiver as sete assinaturas, elas ficam consolidadas como proposta. Não há mais nenhum
973 Conselheiro interessado em apresentar matérias com pedido de regime de urgência? Bem,
974 conforme o nosso Regimento, essas matérias serão apreciadas na próxima reunião do
975 CONAMA, certo. Bem, então, se nenhum outro conselheiro tem outro pedido de regime de
976 urgência, de inversão de pauta ou de emendas, nós damos por encerrado o item 4.

977 Antes de dar prosseguimento à apresentação dos programas, eu gostaria de fazer o
978 anúncio de que. Por gentileza, mais uma emenda aqui, por favor. Nós recebemos, o Ministério
979 recebeu, ontem, da rede de ONGs de Mata Atlântica, um fax enviado ao Ministro solicitando o
980 adiamento da Reunião Extraordinária prevista para amanhã, que trataria sobre a questão da Mata
981 Atlântica. Na verdade, a justificativa é que, na pauta divulgada, não se encontram matérias do
982 interesse da Rede de ONGs. Eu até, pessoalmente, falei com o Dr. Renato Cunha, que está aqui.
983 Esclareci a ele que não concordávamos com esse argumento, porque a pauta cobria, pelo menos,
984 todos os itens que estavam mencionados na carta. Mas; ele ponderou que a Rede de ONGs,
985 mesmo assim, prefere que esta reunião seja adiada, em função, inclusive, da discussão num
986 estágio mais adiantado do Programa do PPG7 para a Mata Atlântica. O assunto foi levado a
987 consideração do Ministro que acatou a sugestão da Rede de ONGs de Mata Atlântica,
988 principalmente porque a própria Reunião Extraordinária foi agendada em função do pedido da
989 Rede de ONGs de Mata Atlântica. Então, assim colocado, nós estamos apresentando aos
990 senhores. Não houve tempo hábil de fazer essa informação eletronicamente, mesmo que fosse,
991 porque isso foi uma deliberação tomada no fim da tarde de ontem. A oficialização só nos chegou
992 depois do almoço. E, nessas condições, então, nós queríamos dizer aos senhores que a Reunião
993 Extraordinária, prevista para amanhã, está adiada, por decisão do Senhor Ministro e nós, então,
994 informaremos aos senhores, depois de discutir mais em detalhe com a rede de ONGs e todos os
995 interessados, certo, sobre assuntos relativos a questão da Mata Atlântica, quais outros temas
996 poderiam vir a ser discutidos, no futuro, quando esta reunião fosse agendada.

997 Então, esta é a informação. O Dr. Paulo Finotti pede a palavra. Antes eu vou perguntar
998 ao Conselheiro Jair se ele tem mais alguma consideração a fazer. Não. Então, por gentileza, Dr,
999 Paulo Finotti, Presidente da Câmara Técnica de Mata Atlântica.

1000

1001 **Conselheiro Paulo Finotti, (representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste e Presidente**
1002 **Câmara Técnica de Mata Atlântica)**

1003

1004

1005

1006

1007

1008

1009

1010

1011

1012

Senhor Presidente, senhores Conselheiros, bom dia. Eu gostaria de apresentar uma exposição a respeito desse assunto relevante porque, na ultima reunião da Câmara Técnica Temporária de Mata Atlântica deste Conselho, realizada em Campo Grande no final do ultimo semestre, e essa reunião teve, inclusive, a participação de diversos membros da Rede Mata Atlântica, ONGs que teriam um encontro no Município, e lá nós desenvolvemos uma série de propostas, propostas estas que, posteriormente, o Dr. Renato Cunha elaborou uma minuta e esta minuta foi analisada, reformulada no que achamos conveniente e discutida na ultima reunião da Câmara Técnica de Mata Atlântica, passando a seguir para a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos e colocada em pauta na reunião que não houve.

1013

1014

1015

1016

1017

1018

1019

1020

1021

1022

1023

1024

Isto posto, e tendo em vista que não é a primeira vez que a Rede de Organizações Não Governamentais da Mata Atlântica apresenta de maneira, acredito eu, considerada intempestiva, certas propostas, sem, inclusive, mandar ao menos, de forma elegante, uma copia à Câmara Técnica, que e o fórum para que os assuntos sejam discutidos, e considerando o esvaziamento da própria Mesa Diretora da Câmara Técnica Temporária para Assuntos de Mata Atlântica, principalmente com esta suspensão que ocorre, eu quero participar aos senhores Conselheiros, ao Senhor Presidente, que neste momento eu renuncio a Presidência da Câmara Técnica Temporária de Mata Atlântica, lembrando aos senhores que, nas próximas reuniões, eu não renuncio a presença e sim a Presidência. Eu enviarei representante para participar e, ao mesmo tempo, eu quero manifestar para que o próximo Presidente tome muito cuidado, porque um radicalismo poderá causar um incêndio no que resta da nossa mata. Muito Obrigado.

1025

1026

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1027

1028

1029

1030

1031

1032

1033

1034

1035

1036

1037

1038

Muito obrigado, Dr. Paulo. Sinto pela decisão, mas esta registrado. Eu gostaria de dar prosseguimento à reunião sem que esta questão fosse elemento de debate longo, porque nós não temos nada a fazer. A Reunião foi suspensa pelo Presidente, conforme a solicitação que foi feita e é impossível reconvo-la. Se houver necessidade de algum Conselheiro que tenha imperiosa necessidade de fazer uso da palavra, a gente daria este tempo de três minutos. Quem quer fazer uso da palavra? Dr. Renato Cunha não é Conselheiro, no caso. Está pedindo a palavra? Pois não. Dr^a Miriam e Dr. Renato, os dois gostariam de falar? Só um instantinho, e Cristina está pedindo aqui, por ordem de levantamento de mão. Os dois gostariam de fazer uso da palavra por três minutos? Não, primeiro foi lá. Então, por ordem, Renato e, depois, Miriam e Cristina, três minutos para cada um. Pretendo encerrar com a Dr^a Cristina sendo a ultima palestrante relativa a este assunto.

1039

1040

Dr. Renato Cunha (Grupo Ambiental da Bahia – GAMBA)

1041

1042

1043

Bom dia a todos. Nós não somos Conselheiros mais, mas estamos aqui, como a gente falou na ultima reunião, tentando trabalhar ativamente no CONAMA, participando de vários eventos, reuniões e tudo.

1044

1045

1046

1047

1048

1049

1050

1051

1052

1053

1054

1055

1056

Eu gostaria de colocar, rapidamente, para não entrar em debates, a gente espera que essa Reunião Extraordinária do CONAMA sobre Mata Atlântica, efetivamente, venha acontecer. Nós, como Rede, não a minha pessoa especificamente, foi uma discussão na Coordenação da Rede Mata Atlântica, em Salvador, que aconteceu de terça para quarta feira, ontem, anteontem, justamente em seguimento a discussão do Seminário Regional para elaboração do sub-programa Mata Atlântica para o Nordeste, que aconteceu em Salvador, organizado pelo Núcleo de Assessoria e Planejamento de Meio Ambiente, ligado ao Ministério do Meio Ambiente, que está elaborando, justamente, o Programa Mata Atlântica. Durante a reunião, inclusive, dos sub-programas, conversamos com varias pessoas, membros inclusive do próprio Ministério que estavam lá presentes, do Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e foi colocado, um pouco, como é que estava sendo organizada essa reunião e na agenda, em principio, como a gente colocou no ofício, parecia, depois a gente foi alertado que não era bem isso, que estaria na pauta apenas as Moções que foram apreciadas e aprovadas na

1057 ultima reunião da Câmara Técnica da Mata Atlântica. Mas, conversando com as pessoas, viu-se
1058 que para fazer uma boa reunião mobilizadora que venha, realmente, a discutir a problemática da
1059 Mata Atlântica no Brasil; as diretrizes que foram aprovadas por este Conselho como políticas
1060 para a Mata Atlântica; avaliar a atuação dos órgãos públicos federais e estaduais sobre a Mata
1061 Atlântica; o Atlas do remanescente, como é que está o andamento desses estudos que estão sendo
1062 elaborados mais recentemente para atualizar esses dados; a elaboração do Sub-Programa Mata
1063 Atlântica, que é super importante na discussão do PPG7, do Programa Piloto para proteção das
1064 Florestas Tropicais Brasileiras e, também, no nosso entender, a reunião não estava devidamente
1065 convocada, em nível dos convites a serem feitos. Por exemplo, consultando o Presidente do
1066 Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, Dr. Cleiton Lino, ele estava
1067 previsto para fazer uma apresentação na pauta e ele não estava nem sabendo da realização do
1068 evento também. Conversando com o Dr. Deusdará, que é o Diretor de Florestas do MMA,
1069 também estava sem saber, exatamente, como é que ia se proceder. Então, na Reunião da
1070 Coordenação da Rede, a gente achou que, apesar do pouco tempo que estava existindo para uma
1071 mudança da posição, de cancelamento, a gente acha também que deveria ter sido feito com mais
1072 tempo, para que todos os Conselheiros pudessem estar sabendo e participar. Mas, a gente achou,
1073 em conversa com o Secretário Executivo, Dr. José Carlos Carvalho, que essa reunião poderia ser
1074 melhor preparada, melhor pensada e, justamente, a partir do avanço da elaboração do Sub-
1075 Programa Mata Atlântica que está, ainda, no início, vamos assim dizer, mas daqui até ao final de
1076 outubro ele deve estar mais ou menos consolidado para apresentar as estruturas do Programa
1077 Piloto, a gente acha importante que essa reunião possa acontecer por esta data, com data a ser
1078 combinada com a direção do Conselho.

1079 Então, só concluindo, a gente esta com compromisso com o Ministério do Meio
1080 Ambiente, a Rede Mata Atlântica, o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera, a organizar
1081 conjuntamente essa reunião, para que seja, efetivamente, uma reunião que tenha uma densidade
1082 importante para que saíamos daqui com posições definidas para implementação da Política
1083 Nacional da Mata Atlântica. Muito obrigado.

1084

1085 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1086

1087 Muito obrigado, Dr. Renato Cunha. Conselheira representante das Organizações Não
1088 Governamentais da Região Sul, Dr^a Mirian Prochnow, por gentileza, três minutos.

1089

1090 **Conselheira Mirian Prochnow** (*representante das Organizações não Governamentais da Região Sul*)

1091

1092 Bem, bom dia a todos. Primeiro, eu gostaria de manifestar minha satisfação em estar de
1093 volta ao Conselho Nacional do Meio Ambiente. Com certeza que ainda tem Conselheiros da
1094 época em que eu exerci o mandato pela Região Sul, de 90 a 92. E estou, na realidade sou
1095 suplente da Tereza Urban, que é representante titular da Região Sul, e eu gostaria apenas de me
1096 manifestar com relação, tem haver com a Reunião Extraordinária da Mata Atlântica e um pedido
1097 que foi entregue a Mesa que, na realidade, foi um pedido de que, havendo possibilidade de
1098 tempo, se colocasse na pauta um dos assuntos que estava na Reunião Extraordinária que foi
1099 cancelada, que é a criação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena. Nós todos sabemos que
1100 todos os estudos foram realizados e que seria de extrema importância uma manifestação desse
1101 Conselho apoiando a criação desse Parque. Então, gostaria de deixar aqui esse pedido. Foi
1102 entregue, mas agora o Regimento mudou um pouquinho da época em que eu estava aqui, parece
1103 que os pedidos são transferidos para a próxima pauta. Mas, de repente, os Conselheiros ou que
1104 esse Conselho considerasse que essa matéria de fato devesse, no mínimo, ser discutida
1105 rapidamente e feita uma manifestação de apoio à criação do Parque.

1106

1107 Ainda com relação à Reunião Extraordinária, gostaria de endossar a sugestão, aqui
1108 colocada pelo Renato, de que a reunião da Mata Atlântica fosse realizada em meados de outubro,
1109 porque, de fato, nesse período de meados de outubro, a versão, digamos assim, praticamente
1109 final do Sub-Programa Mata Atlântica do PPG7 vai estar fechada, inclusive vários representantes

1110 aqui deste Conselho estão participando do Seminário que aconteceu em Brasília, 27 e 28 de
1111 julho, do que aconteceu no Nordeste, agora, 11 e 12, e do que vai acontecer no dia 25 e 26 em
1112 São Paulo. Seria muito importante e está previsto que este Conselho aprecie essa proposta.
1113 Então, em a reunião acontecendo em medos de outubro, isso vai ser possível. Obrigado.

1114

1115 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1116

1117 Por gentileza, a Conselheira Cristina. Última inscrita para tratar deste assunto, sem
1118 debates, por três minutos.

1119

1120 **Conselheira Maria Cristina Yuan** (*Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia*)

1121

1122 Eu só gostaria de deixar registrado em Ata o nosso protesto por esta decisão, porque nós
1123 temos que avaliar duas alternativas: ou a reunião foi convocada de forma açodada, sem ter tido
1124 um conteúdo realmente que merecesse a convocação da reunião, e isso eu reputaria como uma
1125 não retribuição a mesma consideração que os Conselheiros estariam tendo. Tenho certeza que,
1126 assim como eu, vários outros Conselheiros terão priorizado a participação na reunião de amanhã
1127 em suas respectivas agendas, inclusive com reservas de hotéis, cancelamentos de outros
1128 compromissos em paralelo. Então, eu acho que isso, eu diria que a Secretaria Executiva do
1129 CONAMA procurasse evitar que isso acontecesse novamente, porque nós já verificamos há
1130 algum tempo atrás, analisamos a reestruturação do CONAMA como a tentativa de dinamizar e
1131 revitalizar o nosso colegiado e acho que fatos como este desmotivam e enfraquecem o nosso
1132 Conselho.

1133

1134 E se, por outro lado, quer dizer, se havia motivo para a reunião e a convocação, entendo
1135 que foi convocada porque haveria o entendimento por parte da Direção Executiva do CONAMA
1136 sobre essa reunião, quer dizer, não entendo como um pedido, sendo o CONAMA um colegiado
1137 de 73 membros, atualmente, que isso possa ter sido cancelado dessa forma, sem tempo hábil para
1138 aviso de todos. Eu, por exemplo, fui informada nesse momento desse cancelamento. Então,
1139 gostaria de deixar isso registrado.

1139

1140 **V – ORDEM DO DIA:**

1141

1142 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1143

1144 Muito obrigado, Conselheira Cristina. Então, esgotada a discussão, agradeço ao
1145 Conselheiro Almir Bressan a compreensão de que a Mesa tem que fazer o tempo correr e
1146 declinar do uso da palavra. Eu passo, então, ao item próximo que é o item 5.2 da pauta, que é o
1147 Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal, PROECOTUR - TURISMO
1148 VERDE, apresentação do Dr. Ricardo Soavinsk que é o Coordenador Geral do PROECOTUR na
1149 Secretaria de Coordenação da Amazônia no Ministério do Meio Ambiente, que eu peço a
1150 gentileza de restringir-se ao tempo de 20 minutos, para que haja tempo do debate que deve,
1151 necessariamente, se seguir. Dr. Soavinsk, por gentileza.

1152

1153 **Dr. Ricardo Soavinsk** (*Coordenador Geral do PROECOTUR na Secretaria de Coordenação da Amazônia do*
1154 *Ministério do Meio Ambiente*)

1155

1156 Bom dia a todos. Obrigado, primeiramente, ao CONAMA, pela oportunidade de
1157 apresentar esse projeto aqui para os senhores e senhoras. Vou tentar ser rápido, pelo tempo que
1158 foi determinado, e creio que não passarei.

1159

1160 Bem, aí são os pontos que vou abranger durante a fala. Um pouco de Amazônia, mais
1161 para situá-los e mostrar a potencialidade em torno do Ecoturismo. A Amazônia, acho que a
1162 maioria sabe destes dados, desculpe quem sabe, mas é um nivelamento, tem cinco milhões de
1163 km²; 60% da superfície do Brasil; 80% das florestas do Brasil. A Biodiversidade é estimada em
até 30 milhões de organismos vivos; 16 a 18 % de toda a água doce que chega aos oceanos vem

1164 do Rio Amazonas; 11% de sua superfície está protegida por unidades de conservação, ai
1165 considerando as de uso direto e indireto ou de uso sustentável e de proteção integral. Existem,
1166 aproximadamente, cerca de 160 povos indígenas na Amazônia. Uma população estimada de 18.7
1167 milhões de pessoas, sendo 61% concentrada nas áreas urbanas. A entrada de turistas é um dado,
1168 adiante, bastante controverso, dadas às dificuldades das estatísticas de turismo e, principalmente,
1169 de Ecoturistas. Mas é um dado aproximado de 280 mil turistas/ano, um dado de 97, e com tudo
1170 isso a Amazônia compõe 4, 6 % do PIB Nacional. Isso para dar um pouco da idéia da dimensão
1171 da Amazônia e da atratividade que ela compõe.

1172 Por um outro lado, nós temos um mercado do turismo bastante crescente em todo
1173 mundo, em torno de 10%, também são dados que podem haver controvérsias, mas não é para
1174 discutir esses dados e sim para dar um idéia da projeção do turismo e do Ecoturismo. Dentro do
1175 setor turismo, o ecoturismo cresce em torno de 20 % ao ano. O movimento do turismo mundial,
1176 financeiro, se situa em torno de 3.5 trilhões de dólares e gera em torno de 300 milhões de
1177 empregos. Então, por um lado, a gente vê que nós temos uma atratividade enorme, e isto pode
1178 ser estendido a todo Brasil, nos seus vários ecossistemas, mas aqui o Programa trata
1179 especificamente da Amazônia, voltado à Amazônia, mesmo se restringindo a Amazônia, a
1180 Amazônia tem um potencial imenso de atrativos, tanto do patrimônio natural como cultural e,
1181 por outro lado, existe um mercado bastante crescente.

1182 Então, considerando estes aspectos, desde 94, a partir de um Grupo de Trabalho que foi
1183 composto entre, na época, o Ministério de Industria, Comercio e Turismo, EMBRATUR,
1184 IBAMA e Ministério do Meio Ambiente, começou-se a trabalhar em uma Política Nacional. Saiu
1185 aquela publicação que a maioria dos senhores conhecem, das Diretrizes de uma Política Nacional
1186 de Ecoturismo. A partir daí, foi definido um conceito, depois, se tratando de Amazônia,
1187 especificamente, foi criado um Grupo de Trabalho, um Grupo Técnico de Coordenação do
1188 Ecoturismo na Amazônia, em 95. Não vou me deter muito a detalhes aqui, mas, após isso, teve
1189 uma serie de oficinas de capacitação para discussão do conceito de estratégias, até que foi
1190 definida uma estratégia de implantar pólos de ecoturismo na Amazônia e, com base nesta
1191 estratégia, desenhado um projeto, quer dizer, uma Carta Consulta que teria que ser atrás de
1192 dinheiro, precisa de dinheiro para implantar infra-estrutura, tudo isso, e foi encaminhado ao BID
1193 uma Carta Consulta e, a partir daí, teve dois anos de negociação com o BID, são essas seis
1194 missões, três das quais no ano passado, em 99, quando nós já partimos para negociação,
1195 propriamente dita, do empréstimo junto ao BID.

1196 Bem, como um conceito norteador do programa, deste projeto que foi negociado com o
1197 BID e mais na frente, agora, recentemente, no PPA, no Avança Brasil, ele foi adotado como
1198 turismo verde, eu vou explicar isso um pouquinho mais na frente. Mas, o conceito geral que foi
1199 adotado para o Programa e é o conceito que está definido nesta publicação que são as diretrizes
1200 de uma Política Nacional para o Ecoturismo é este aqui: sendo o ecoturismo como um segmento
1201 da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva
1202 sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação
1203 do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas.

1204 Bem, o conceito, eu acho que é bastante auto-entendível, mas só ressaltando que
1205 existem varias definições de ecoturismo ou de conceitos, em vários países. Eu considero,
1206 particularmente, um conceito nosso bastante completo, porque ele tenta abordar não só a questão
1207 da aliança que se constrói, ou de buscar aliados, enquanto turistas, enquanto visitantes, mas,
1208 também, das populações envolvidas no processo, ou seja, as populações locais nessas áreas ou
1209 nesse pólos de ecoturismo, ou seja, tenta-se buscar aliados, tanto considerando os turistas, fazer
1210 dos turistas um aliado da conservação, aprender práticas de conservação da natureza, como das
1211 populações envolvidas, pelos benefícios que são geradas a elas.

1212 Bem, os objetivos do Programa, de uma forma geral, são proteger e desenvolver os
1213 atrativos ecoturísticos, implementar infra-estrutura básica de serviços, criar condições favoráveis
1214 para os investimentos. Isso é importante, porque o governo tem sua função, tem sua parte no
1215 Programa, mas, logicamente, a iniciativa privada tem um grande papel, porque quem vai receber,
1216 quem vai prestar os serviços aos turistas é a iniciativa privada, são os empreendedores, nos seus

1217 vários níveis, pequenos, médios, grandes, enfim. Avaliar mercado nacional e internacional. Nós
1218 temos que saber para quem nós vamos, quem é esse mercado, quem é o turista, então, nós temos
1219 que saber muito bem isso e o Programa se propõe a isso. Propor uma base normativa. Para tudo
1220 se precisa ter determinadas regras e, logicamente, depois serem fiscalizadas. Capacitar recursos
1221 humanos. Estimular a utilização de tecnologias apropriadas. Valorizar as culturas locais e
1222 contribuir para financiar a conservação da Biodiversidade. Na verdade, com tudo isso, o que se
1223 quer é desenvolver o ecoturismo na Amazônia como uma alternativa de desenvolvimento
1224 sustentável para aquela região.

1225 Bem, a abrangência do Programa e a estratégia é, como eu já disse, em cima de pólos
1226 que foram selecionados, com a participação, através de oficinas, em cada estado. Isso foi um
1227 processo relativamente longo, mas bastante importante na hora de definir. A Amazônia é
1228 bastante grande, esses pólos são bastante grandes. Nós vamos começar a trabalhar dentro deles
1229 mesmos, em alguns pontos selecionados, principalmente junto às unidades de conservação, mas,
1230 enfim, a estratégia é essa. Os Estados abrangidos são os nove Estados que compõem a Amazônia
1231 Legal, estão aí, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Pará, Amapá, Rondônia, Roraima,
1232 Amazonas e Acre. Nessa estratégia de pólos, é bom salientar que se buscou uma
1233 complementaridade de atrativos entre um pólo e outro. Eu não tenho oportunidade aqui de tempo
1234 até para mostrar um pouco mais, as variações de atrativos em termos de ecossistemas, de culturas
1235 locais, mas, desde um manguezal, uma floresta de mangue no Maranhão, que é o pólo lá de
1236 Cururupu, nas Reentrâncias Maranhenses, até, enfim, praias arenosas, ao longo do Rio Tapajós,
1237 enfim, tem uma serie de atrativos diferenciados para tentar compor, através dos pólos, um roteiro
1238 ecoturístico para a Amazônia.

1239 As fases e fontes de financiamento do Programa estão aqui. O Programa foi dividido em
1240 duas fases: uma fase de pré-investimentos e uma fase de investimento. Nessa fase de pré-
1241 investimentos, o Programa conta com 13,8 milhões de dólares, sendo 11 milhões do BID e 2,8
1242 milhões de dólares do Governo Brasileiro, que é a contra partida oficial. E o prazo de
1243 implementação é de até três anos, a partir de agosto de 2000, a data em que foi assinado o
1244 contrato, que foi agora, bastante recente. E eu coloquei até 3 anos, porque nós estamos
1245 empreendendo todos os esforços para que consigamos executar o Programa em menos tempo que
1246 o previsto e, depois, teria uma fase de investimentos de 200 milhões do BID que, com um prazo
1247 também de até três anos, que aqui é bom ressaltar o por quê dessa divisão, até porque tiveram
1248 algumas reclamações, muito embora todo mundo passe a entender que a Amazônia precisa de
1249 infra-estrutura, precisa de investimentos com uma certa urgência, mas nós não podemos incorrer
1250 nos riscos de impactos tanto ambientais, sociais, culturais e econômicos, de fazer as coisas sem
1251 planejamento, sem ter um planejamento de cada pólo, das unidades, sem capacitar, sem preparar
1252 essas comunidades onde o projeto vai atuar. Então, por isso é que o Programa foi dividido nessas
1253 duas fases e assim ele está sendo conduzido.

1254 Bem, quais são os componentes nesta primeira fase? O que nós vamos fazer nessa
1255 primeira fase, que já começamos, estamos exatamente na fase de execução do Programa? Bem, o
1256 primeiro componente, ele é um componente mais de planejamento e estudos, ele parte de uma
1257 estratégia geral de turismo sustentável para toda a Amazônia, que não dá para a gente cuidar,
1258 também, só dos pólos e não pensar como isso se insere numa política de turismo geral. Também,
1259 não dá para pensar do turismo convencional como um todo e, também, tem que trabalhar num
1260 outro segmento, não é só criar e implementar os pólos ecoturísticos, mas trabalhar, também, um
1261 pouco a sustentabilidade ambiental do turismo convencional. Então, através dessa estratégia é
1262 que se pretende trabalhar e essa estratégia vai partir de um estudo de mercado, nacional e
1263 internacional, de uma avaliação do que se tem hoje de produtos e dos produtos em potencial, ou
1264 seja, dos atrativos que ainda não tem estrutura e são só, ainda, produtos em potencial.
1265 Trabalharemos, também, em algumas estratégias estaduais para aqueles Estados que não tem
1266 nenhuma estratégia, não tem quase nada de turismo e, muito menos, de ecoturismo. Será feito
1267 também, logicamente, planejamento detalhado dos pólos, é um plano de desenvolvimento do
1268 ecoturismo em cada pólo, e o planejamento das unidades de conservação, aquelas que não tem
1269 será feito também. Então, aquelas que tem planos de manejo, fazer um detalhamento do plano de

1270 manejo, plano de gestão, plano de uso de cada unidade, para considerar também a criação de
1271 novas unidades de conservação, que tem um bom numero de unidades que serão criadas em
1272 função do projeto. Isso é um ponto bastante importante.

1273 Outro componente, que é o de infra-estrutura nos pólos, nós trabalharemos em obras
1274 essenciais. Essa parte de investimentos não ficará só na segunda fase. Lógico, na segunda fase do
1275 Programa terão obras de maior porte, mas aqui, nessa fase, nessa primeira fase, já terão algumas
1276 obras, obras pequenas mas importantes, tanto do ponto de vista de proteger alguns sítios,
1277 proteger alguns atrativos que estão sendo utilizados de forma incorreta, ou criar alguma infra-
1278 estrutura para aquelas unidades de conservação que não tem nenhuma infra-estrutura para
1279 fiscalização, pelo menos, enfim, para o gerenciamento e, também, algumas obras para melhorar
1280 as condições de acesso, ou seja, naqueles locais que já existem uma certa demanda turística e
1281 ecoturística, para dar uma melhoria já nessas condições e estimular os governantes locais e a
1282 população local, como alguns cais de atracação, algumas coisas,.....Fim da fita.....o projeto
1283 começar a sua fase de investimentos, a maioria dos projetos, pelo menos os elencados como
1284 prioritários, eles já terão seus projetos executivos prontos para colocar em execução e não ficar
1285 aí mais um ano, um ano e meio, dois anos, desenvolvendo os projetos para aí, então, começar sua
1286 execução, sua licitação, enfim, o que deve ser feito.

1287 O outro componente de fortalecimento institucional compõe-se, basicamente, de um
1288 trabalho de assistência técnica. Nós vamos precisar ter um bom corpo de técnicos de alto nível
1289 para dar assistência técnica, tanto aos empreendimentos que já existem, para melhorar suas
1290 condições, equipamentos que são utilizados, como a questão de energia, esgoto, enfim, a própria
1291 parte arquitetônica de utilização de materiais para construção, como ajudar na própria elaboração
1292 de projetos para a busca de financiamentos. Então, é um componente de assistência técnica e,
1293 primeiramente, será feito um levantamento das melhores práticas, ou seja, fazer uma avaliação
1294 dos produtos que existem hoje na Amazônia.

1295 Um outro é a capacitação. É um componente bastante forte no Programa que daria, aqui,
1296 para ficar falando só de capacitação, que é bastante interessante, mas é um componente que vai
1297 desde a ação de mobilização comunitária até cursos profissionalizantes ou que, pelos menos,
1298 tratem diretamente dos serviços que serão prestados aos ecoturistas.

1299 O outro é o Gerenciamento do Programa como um todo que, logicamente, é necessário
1300 em qualquer programa. Ainda temos alguns outros componentes que, aqui, esses componentes
1301 que eu apresentei, são componentes que estão contemplados nos recursos junto ao BID, são os
1302 componentes centrais do programa, aqui vale a pena esclarecer bem.

1303 Na formulação do Avanço Brasil, do PPA 2000/2003, num esforço que o Governo tem
1304 de pegar as coisas que estão acontecendo num tema ou numa determinada região, no âmbito
1305 deste programa foi criado o Turismo Verde e os componentes, ou seja, o Programa, o
1306 PROECOTUR foi incorporado. Foram agregadas a ele algumas outras ações em alguns outros
1307 Ministérios, em outros órgãos, para que se tivesse um tratamento único da questão do
1308 Ecoturismo na Amazônia. Então, entraram alguns novos componentes no Programa e compoendo
1309 o Turismo Verde de uma forma mais ampla e, logicamente, um pouco mais de recursos também.
1310 Aí um outro componente são os novos segmentos turísticos, é um trabalho do Ministério do
1311 Esporte e Turismo, da EMBRATUR, está a cargo deles; um outro ainda de definição de roteiros
1312 turísticos, também pelo Ministério de Esporte e Turismo e a EMBRATUR; e de sinalização
1313 turística, também pelo mesmo Ministério. Ainda tem um sétimo componente de viabilidade
1314 técnica e econômica, isto é, para estudos, para fomento. Algumas organizações que queiram
1315 desenvolver estudos de viabilidade técnica e econômica, extremamente necessários para
1316 qualquer empreendimento, este recurso está locado na FINEP. E ainda há um componente
1317 bastante forte, que já existia esse trabalho, o BASA já vem financiando projetos turísticos na
1318 Amazônia há mais de dez anos, mas, agora, este componente também se incorpora ao Programa
1319 como um todo, no âmbito do Turismo Verde, que aí é financiamento de projetos privados. Existe
1320 um recurso considerável, do Fundo Constitucional do Norte, de 400 milhões de reais, para esse
1321 período de 2000 a 2003, para financiamento de projetos. É bastante importante isto estar
1322 incorporado ao Programa como um todo. Inclusive, junto com o BASA, nós estamos fazendo

1323 uma revisão dos procedimentos e critérios para financiamento ao privado de empreendimentos
1324 ecoturísticos.

1325 Bem, o desenho institucional do Programa parece complexo, mas não é não. É que eu
1326 tentei colocar tudo que compõe esse programa, mas ele tem uma unidade de Gerenciamento do
1327 Programa, Central, na Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio
1328 Ambiente. Ele tem, assessorando, o GTC Amazônia, continua existindo, nós reeditamos,
1329 inclusive, ampliando a participação. É um fórum, praticamente, para acompanhar a execução do
1330 Programa e, ao mesmo tempo, nos assessorar e nos ajudar, também, nas ações do Programa ou
1331 ações complementares. Temos um apoio do PNUD para apoio técnico e operacional. Acima, um
1332 Comitê Consultivo Institucional, entre alguns Ministérios, para acompanhamento da execução do
1333 Programa e, na execução, além de parte das ações que não é a maioria, a minoria será executada
1334 diretamente pelo UGP, nós temos: Em cada Estado foi criado um núcleo de Gerenciamento do
1335 Programa pelos Governos Estaduais, estão todos criados, e também no Ministério de Esporte e
1336 Turismo e IBAMA, que entram também com executores do Programa, não entram só na
1337 participação, no GTC e lá em cima, mas, também, como executores. E, depois, em cada pólo,
1338 junto ao Estado e com os Municípios e outras organizações privadas e tudo mais, eles têm os
1339 seus Comitês em cada local. Esse é um trabalho, um esforço, que deve ser feito, inclusive, pela
1340 mobilização, sensibilização comunitária, enfim, que vai se criando esses Comitês em cada local
1341 para execução das ações do Programa.

1342 Bem, para quem já conhecia o PROECOTUR, eu coloquei aqui que, além de dar uma
1343 resumida, é importante, também, ver as principais alterações durante a negociação com o Banco.
1344 Principalmente na negociação do Contrato que algumas alterações importantes para o sucesso do
1345 Programa foram consideradas, como a inclusão da estratégia de turismo sustentável para a
1346 Amazônia, que eu já comentei antes, mas é bastante importante por considerar trabalhar não só
1347 cada pólo, mas saber como esses pólos se inserem numa política de turismo para a Amazônia,
1348 como um todo. A inclusão de Parques Nacionais, o Programa não contemplava nenhum Parque
1349 Nacional. Nós temos Parques Nacionais na Amazônia fantásticos, com alguns monumentos
1350 naturais bastante interessantes, difícilimos de serem implantados, mas, com um Programa desse,
1351 eu acredito que possa dar uma boa impulsionada para a sua implantação. A inclusão de pequenas
1352 obras de infra-estrutura que foi considerada, era um pedido bastante grande dos Estados e
1353 Municípios. Ampliação do prazo da fase de pré-investimentos. Eram dois anos, em principio, nós
1354 queríamos dois anos, mas o Banco, no Diretório em Washington, pediu e exigiu que fossem três
1355 anos, mas nós vamos continuar o desafio de executa-lo em apenas dois anos. E a inclusão no
1356 PPA 2000-2003, no Avança Brasil, que isso é bastante importante. Consolida, enfim, recursos,
1357 garante recursos e complementa com varias ações no Avança Brasil. O Programa, durante a sua
1358 elaboração, participou, ele participava do Brasil em Ação e, aqui, ele passou como Programa
1359 Prioritário para o Avança Brasil. E, em função disso, a ampliação dos recursos financeiros pelo
1360 Governo Federal, considerando os outros componentes, outras ações dos outros Ministérios.

1361 Bem. Qual é a situação atual do Programa? Onde nós estamos? O contrato de
1362 empréstimo foi assinado pelo BID e pelo Governo Federal, em 08/08/2000, ou seja, bastante
1363 recente, um mês e pouquinho. O contrato de apoio técnico com o PNUD já está em execução.
1364 Nós já fizemos Convênios com os Estados para implementação do PROECOTUR, já estão
1365 assinados e empenhados, nos antecipamos, isso foi até bastante rápido. Então, os Estados já estão
1366 trabalhando em Termos de Referência e Processos Licitatórios. A Unidade de Gerenciamento do
1367 Programa está instalada na Secretaria, tem endereço, tudo direitinho, que no final vou colocar
1368 para vocês e, nos Estados, como já disse, os Núcleos de Gerenciamento já estão instalados, tem
1369 endereços, responsáveis, enfim, estão agora concluindo a montagem das equipes em cada
1370 Estado. É importante salientar essa questão dos Estados, não é só um núcleo ali para gerenciar o
1371 Programa e pronto, mas é, realmente, para institucionalizar a questão do Ecoturismo e fortalecer
1372 o Ecoturismo em cada Estado, em cada Região. Aqui, uma lista das unidades de conservação,
1373 acho que foi distribuída para vocês, não vou me deter a, lógico, comentar cada uma, mas uma
1374 lista geral das unidades que compõem prioritariamente o programa.

1375 Bem, aqui os endereços para quem quiser, mas acho que esta ai distribuído para vocês.
1376 De uma forma geral é isso. Eu queria ressaltar aqui a participação no Programa do Ministério do
1377 Esporte e Turismo, eles têm contribuindo bastante, não que outros não contribuam, mas eles têm
1378 contribuído bastante. É necessário, logicamente, que outras ações, quando se trata de turismo,
1379 acho que todo mundo conhece um pouco, até porque acho que todos nós somos um pouco
1380 turistas, mas depende de quase tudo funcionar em um certo lugar, então, esses fóruns que a gente
1381 tem, tanto no nível Federal, aqui Regional, como em cada Estado, são bastante importantes, não
1382 só para acompanhar e dar uma transparência ao projeto, mas para que cada um faça a sua parte,
1383 porque turismo, para acontecer o Ecoturismo, tem que tudo funcionar muito bem. A gente como
1384 turista, turista é bastante exigente, e realmente todos os serviços têm que funcionar muito bem,
1385 tanto do ponto de vista publico, quanto privado. Ressalto ainda que o Programa, logicamente,
1386 quer atrair empreendimentos grandes também, quando for o caso, e dependendo de cada
1387 planejamento, do planejamento de cada pólo, mas é um Programa que se destina muito, o
1388 objetivo principal dele é, realmente, levar alternativas de desenvolvimento, de melhoria de
1389 qualidade de vida para as populações que vivem na Amazônia. Então, existe um esforço bastante
1390 grande, existe já um pensamento de trabalhar num programa mais específico ainda para as
1391 comunidades, um turismo comunitário, já estamos desenvolvendo, mas é bom deixar isso bem
1392 claro que o principal beneficiário desse Programa são as comunidades que vivem na Amazônia.

1393 Por ultimo, agora, eu queria fazer um pedido ao CONAMA. Nós que trabalhamos com
1394 Ecoturismo, acho que isso é importante, muita gente tem cobrado isso de mim em toda parte:
1395 Está se vendendo, tanto no Brasil, não é só no Brasil, mas em vários países, está se vendendo
1396 muita coisa de Ecoturismo não sendo Ecoturismo. Isso prejudica, prejudica o mercado, prejudica
1397 os Empresários, ou seja, prejudica todo o setor, então, nós precisamos de uma regulamentação do
1398 Ecoturismo no Brasil e eu sei que a Câmara Técnica de Ecoturismo está trabalhando nisto. E nós
1399 que estamos trabalhando com isso fazemos o pedido que isso fosse acelerado nessa
1400 regulamentação pelo CONAMA, pela Câmara Técnica, que é bastante importante para o
1401 desenvolvimento da atividade. Acho que era isso e estou à disposição para perguntas. Muito
1402 obrigado.

1403

1404 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)**

1405

1406 Muito Obrigado, Dr. Soavinsk, também por se ater praticamente ao tempo previsto. Dr^a
1407 Mary também, porque declinou de fazer uso da palavra para que a gente possa adiantar os nossos
1408 trabalhos, como na outra apresentação. Aliais, eu gostaria de salientar, a pedido aqui da
1409 Secretaria, que o texto completo da apresentação do Dr. Soavinsk e do Dr. Sérgio Braga consta
1410 do documento de pauta que foi distribuído na reunião passada e, com correções, ele esta
1411 novamente neste conjunto. Então, Dr. Jair, esclareça depois para o Dr. Leopoldo, porque ele
1412 acabou de me informar isso e eu estou repetindo esta informação aqui. Então, o Dr. Jair já está
1413 devendo esta informação para o Dr. Leopoldo e para todos os Conselheiros.

1414 Eu, então, pediria que, na mesma forma, nós temos 15 minutos para apresentação de
1415 perguntas e respostas e, se houver uma quantidade maior, nós vamos concentrar no final várias
1416 perguntas. Esta aberta a palavra a quem quiser fazer uso dela. O Dr. César Victor, da
1417 FUNATURA, já pediu a palavra, por gentileza.

1418

1419 **Conselheiro César Victor do Espírito Santo (representante da FUNATURA)**

1420

1421 O PROECOTUR vai atender somente à Amazônia. Queria saber se há alguma estratégia
1422 do Ministério do Meio Ambiente para atender também outras regiões e, especialmente, a Região
1423 do Cerrado? A gente sabe que existe um potencial muito grande para turismo ecológico,
1424 Ecoturismo, e que, mais uma vez, a gente verifica que o Cerrado é deixado de lado. Eu não sei se
1425 há uma proposta para o desenvolvimento do turismo ecológico na Região do Cerrado. E a outra
1426 questão é relacionada ao Comitê Consultivo do Programa. Eu verifiquei que só a participação de
1427 Órgãos do Governo. Não seria o caso de colocar, também, representação da Sociedade Civil?

1428

1429

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

1430

1431

Por gentileza, Dr. Ricardo. Obrigado, Dr. César Victor

1432

1433

Dr. Ricardo Soavinsk (Coordenador Geral do PROECOTUR da Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente)

1434

1435

1436

1437

1438

1439

1440

1441

1442

1443

1444

1445

1446

1447

1448

1449

1450

1451

1452

Bem, sobre a primeira, César, tem um esforço muito grande. Primeiro, o Programa é só para a Amazônia mesmo. Agora, tem um esforço muito grande do Ministério do Meio Ambiente, junto com o Ministério do Esporte e Turismo, IBAMA, EMBRATUR, enfim, e logicamente alguns outros Ministérios, os Estados participam, mas é através dos outros Programas. Que outros Programas são esses? Por exemplo, Pantanal. Tem o Programa Pantanal que vai ajudar muito, cada vez mais forte para o lado do Ecoturismo. Programa Parques do Brasil. A própria Secretaria de Biodiversidade é um Programa que também visa o desenvolvimento com base nos Parques, nas Unidades de Conservação. Trabalha os Parques como pólos de Ecoturismo, trabalhando seu entorno, não só as unidades, mas seus entornos também, compondo aí pólos também bastantes interessantes. Da mesma forma que no Ministério do Esporte e Turismo estão trabalhando alguns PRODETURS que estão sendo considerados alguns pólos também de Ecoturismo, da mesma forma, com a mesma estratégia. Então, estratégia de pólos está sendo aplicada para outras regiões também. Aí tem vários programas que a gente pode considerar esses pólos para ter os recursos para serem trabalhados, mas o conceito é basicamente o mesmo. Então tem os PRODETURS, tem BID Pantanal, tem Projeto Parques do Brasil, tem vários outros programas, inclusive, na Amazônia, nós temos vários outros programas que vão contribuir bastante para consolidação desses pólos.

1453

1454

1455

1456

1457

1458

1459

Sobre o Comitê Consultivo, ele não é só do Governo não. Nós fizemos uma revisão. Hoje tem 26 instituições que participam. Tem um numero grande de Governo por causa da participação dos Estado e alguns outros Ministérios, mas tem as Associações de Classe como a ABIH, ABAV, enfim, as Associações dos Guias de Turismo. E tem também ONGs que participam, tem o GTA, tem o CNS, mas estamos abertos a sugestões, também, de outra participação.

1460

1461

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

1462

1463

1464

1465

1466

Obrigado. Dr. Miguel Scarcelo, representante das Entidades Ambientistas da Região Norte. Existe também um Grupo de Trabalho de Cerrado que foi criado dentro da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do qual o senhor participa, e nós estamos tratando de impulsionar nesta direção. Dr. Miguel, por favor.

1467

1468

Conselheiro Miguel Scarcelo (representante das Entidades Ambientistas da Região Norte)

1469

1470

1471

1472

1473

1474

1475

1476

1477

1478

1479

1480

1481

Bom dia, senhores Conselheiros, senhoras Conselheiras. Sou Miguel Scarcelo, representante das Entidades Ambientistas da Região Norte. Eu quero sugerir ao PROECOTUR que, dentro dos componentes apresentados, sendo que dois deles são importantes, no meu ver, que são as estratégias de Ecoturismo para os Estados e a potencialização dos Parques Nacionais, eu quero sugerir que as estratégias de Ecoturismo para os Estados, antes que as estratégias de Ecoturismo sejam elaboradas, é necessário que os planos de uso público dos Parques que já tem planos de manejo sejam feitos, antes das estratégias de ecoturismo nos Estados. O que quer dizer isso? É que não se coloque a carroça antes dos bois. Se nós fizermos as estratégias de Ecoturismo nos Estados sem ter os planos de uso público dos Parques que já tem planos de manejo prontos, pode ser que esse Parque não seja considerado a contento ou de maneira adequada dentro da estratégia do Estado. Então, eu queria que o PROECOTUR se preocupasse um pouco com isso: de que nos Estados que tem Parques instalados e esses Parques tem planos de manejo, que seja viabilizado, o mas rápido possível, os recursos destinados a eles, que eu sei

1482 que já tem alguns parques com recursos destinados, o Jaú, Serra do Divisor. Que sejam liberados
1483 esses recursos para estes estudos serem feitos e, com esses estudos prontos, os Estados vão ter
1484 mais subsídios para fazer essas estratégias.

1485
1486 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
1487

1488 Obrigado, Dr. Miguel. Por favor, o Dr. Ricardo.

1489
1490 **Dr. Ricardo Soavinsk** (*Coordenador Geral do PROECOTUR na Secretaria de Coordenação da Amazônia do*
1491 *Ministério do Meio Ambiente*)
1492

1493 Bem, concordo contigo, Miguel, e, nesse sentido, alguns trabalhos nos Parques estavam
1494 previstos. Na verdade, todo o planejamento dos Parques estava previsto para o ano que vem e
1495 nós estamos antecipando para este ano alguns parques já, tendo em vista esse fato e mais
1496 algumas questões. Eu acredito que, talvez, não seja possível fazer antes, mas pelo menos em
1497 paralelo, concomitantemente.

1498
1499 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
1500

1501 Tem só inscrito o Dr. Francisco Soares, das ONGs do Nordeste. Alguém mais gostaria
1502 de fazer uso da palavra, para a gente poder programar o nosso tempo? Não havendo nenhum
1503 outro inscrito, então o Dr. Francisco é o último inscrito a perguntar.

1504
1505 **Conselheiro Francisco Rodrigues Soares** (*representante das Entidades Civas da Região Nordeste*)
1506

1507 Francisco Soares, da Ação Rio Parnaíba, representante das ONGs do Nordeste. Bom,
1508 Ricardo, vi a apresentação do Plano da Amazônia. Realmente é interessante. E ratificar o que o
1509 companheiro da FUNATURA falou e, ao mesmo tempo, pedir que seja ativado o funcionamento
1510 da Câmara Técnica de Cerrado e Caatinga do CONAMA, uma vez que se sabe que tem um
1511 Grupo de Trabalho paralelo, ao nível de Ministério, e que o CONAMA não está, de fato,
1512 acompanhando a questão do Desenvolvimento Sustentável do Cerrado e que o Ecoturismo é uma
1513 das opções, principalmente no Piauí, no Maranhão e no Centro-Oeste. Parte do Cerrado também
1514 nos preocupa, o do Maranhão e do Piauí estão totalmente sendo destruídos com projetos
1515 agrícolas sem nenhum acompanhamento da área governamental. Lamento dizer que nós
1516 devemos nos reunir, urgentemente, essa Câmara Técnica, o Grupo de Trabalho, ao nível do
1517 CONAMA, do Cerrado e da Caatinga, antes que tenhamos ainda alguma coisa para discutir do
1518 Cerrado. Há realmente uma invasão muito grande no sul do Maranhão, no sul do Piauí. O
1519 Ministro aqui não está. Eu gostaria de chamar a atenção do Ministro. Naquela Região de Balsa
1520 está havendo um verdadeiro desmatamento em nascente de rio, inclusive formadores do Rio
1521 Balsa, que é um importante afluente do Rio Parnaíba. Então precisamos reativar urgente a
1522 questão dos ecossistemas mais frágeis do Cerrado e da Caatinga e nele montar um plano de
1523 desenvolvimento, inclusive o do Ecoturismo.

1524
1525 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
1526

1527 Dr. Ricardo. Obrigado, Dr. Francisco.

1528
1529 **Dr. Ricardo Soavinsk** (*Coordenador Geral do PROECOTUR na Secretaria de Coordenação da Amazônia do*
1530 *Ministério do Meio Ambiente*)
1531

1532 Em termos de Ecoturismo, eu acredito que ele possa contribuir bastante, também, com
1533 uma alternativa de uso sustentável para a região. Agora, quanto a Câmara Técnica, eu passo para
1534 o Presidente José Pedro ou Jair para responder.

1535

1536 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
1537

1538 Presidente, em exercício, acata com entusiasmo a sugestão do nobre Conselheiro e
1539 solicita, com ênfase, à Secretária que dê encaminhamento a essa solicitação que é de todo
1540 procedente.

1541 Bem, com está ultima pergunta, eu gostaria de agradecer, mais uma vez, ao Dr. Ricardo
1542 Soavinsk, e dar procedimento a nossa Pauta convidando o Dr. Andreguetto, Presidente do
1543 Instituto Ambiental do Paraná, para que possa fazer o seu depoimento sobre o derramamento de
1544 óleo na Refinaria de Araucária, da Petrobrás. Eu pediria ao Dr. Andreguetto que pudesse se
1545 resumir ao prazo de 20, no máximo, 30 minutos, para que a gente pudesse, se possível ainda, ter
1546 mais um depoimento, dado o volume de questões da pauta, tendo a intenção de encerrar esta
1547 parte da manhã à 1:00 hora, impreterivelmente. Nós temos neste mesmo prédio um restaurante,
1548 que é um Bandeirão ao qual todos nós do Ministério do Meio Ambiente sobrevivemos com saúde
1549 e que tem comidas bastante variadas. Nós recomendamos. Fica no 9º andar pelo elevador lá da
1550 portaria por onde nós entramos. Há outras opções na cidade, mas nós vamos ter um tempo curto
1551 de almoço e a gente recomenda esse restaurante que é nosso predileto. Sem mais delongas,
1552 agradecemos a presença aqui do nobre companheiro Andreguetto, que passou por vários
1553 problemas recentes e faz o favor de externa-los aqui para nós.
1554

1555 **Conselheiro José Antônio Andreguetto** (*representante do Governo do Paraná*)
1556

1557 Bom dia a todos. José Antônio Andreguetto, Diretor Presidente do Instituto Ambiental
1558 do Paraná. Antes de falar do assunto que cabe a mim pela pauta, eu gostaria de ratificar o que o
1559 Dr. Ricardo Soavinsk colocou sobre a questão da normatização do Ecoturismo. Eu não pedi um
1560 aparte porque eu estaria aqui na seqüência. É de fundamental importância, nós vemos no Estado
1561 do Paraná, nós temos cinco ecossistemas da maior importância, ou seja, temos uma diversidade
1562 incrível para ser explorada turisticamente, mas temos uma grande ameaça que é usar-se o nome
1563 do ecoturismo para empreendimentos convencionais, e isso é fundamental que o CONAMA
1564 trabalhe nesse sentido. Nós, paralelamente, estamos trabalhando. Contratamos uma consultoria
1565 no Estado. Estamos trabalhando isso porque, de repente, não só por outras atividades
1566 econômicas, mas também se usando o nome do ecoturismo, nós podemos perder o pouco que nos
1567 resta, nesse sentido, desses ecossistemas que nos trazem uma beleza cênica muito importante a
1568 ser explorada.

1569 Mas, na realidade, quando fui convidado pelo Dr. Jair Sarmiento para falar sobre esse
1570 assunto, desse episódio lamentável ocorrido no Paraná, no dia 16 de julho, com a Petrobrás, eu
1571 gostaria de fazer um breve relato das ações realizadas pelo Governo do Estado do Paraná, através
1572 não só do seu Órgão Ambiental, mas através da sua Defesa Civil, coordenada pela Casa Militar,
1573 e através de outras Instituições que participaram dessa operação. Nós tivemos o maior acidente
1574 em área fluvial, talvez o maior acidente de derramamento de óleo em volume, e tivemos uma
1575 situação diferenciada daquilo que nós já tínhamos presenciado. Então, para nós, foi um acidente
1576 sem referencias, até para tomarmos as providencias em relação à contenção. Para isso, o primeiro
1577 passo nosso foi abrir a toda a sociedade, ao Ministério Público Federal, Estadual, às Entidades
1578 Ambientais, a todo mundo, para que nós pudéssemos errar o menos possível e nos somarmos
1579 num assunto em que ninguém tem uma referencia ou tinha uma referencia de quais as
1580 providencias a serem tomadas. Nesse sentido, primeiramente, tomamos as cautelas necessárias
1581 ao nível de medidas administrativas, ou seja: se levantar ou fazer um laudo prévio; se tomar as
1582 atitudes administrativas com a emissão de uma multa no valor máximo concebido pelo Estado,
1583 por não termos uma reincidência em relação a esse empreendedor dentro do Estado, por isso,
1584 baseado na Lei dos Crimes Ambientais, aplicamos uma infração de 50 milhões de reais; a partir
1585 disso, por determinação do nosso Governador, partimos para tentar amenizar, ao máximo, a área
1586 a ser atingida. E ai nos deparamos com uma situação bem atípica, aonde tivemos a Petrobrás, nas
1587 primeiras 24 horas, totalmente perdida nesse sentido, no sentido de um Plano de Contingência,
1588 de Emergência falho, neste aspecto, até pelos equipamentos necessários para contenção do

1589 avanço do óleo terem que vir, em 36 horas, dos Estado Unidos, por uma Empresa contratada por
1590 ela, aonde ela já atuou na Baía de Guanabara. Isso fez com que o Estado tivesse que entrar com
1591 todos os equipamentos da Secretaria de Transportes, de empresas que prestam serviço ao Estado.
1592 Mas isso, não podemos também, aqui, chorar sobre o óleo derramado e nos colocarmos numa
1593 crítica pesada em cima da Petrobrás, porque, em todo esse momento também, tivemos o apoio da
1594 Petrobrás em tudo que nós requisitávamos. Assumimos a Coordenação através da Casa Militar,
1595 junto com Instituto Ambiental do Paraná, Secretaria do Meio Ambiente, do trabalho do resgate e,
1596 a partir dessas 24 horas, tivemos a retomada da ação e o equilíbrio por parte da Petrobrás.
1597 Conseqüentemente, aprimorando os levantamentos pela nossa equipe técnica, descobrimos que o
1598 vazamento não foi na refinaria e, sim, foi no Oleoduto que liga Santa Catarina, São Francisco a
1599 Araucária, Paraná.

1600 Sendo assim, o Plano de Contingência, lógico, da REPAR, que existia, licenciado pelo
1601 Órgão Estadual, não poderia funcionar, porque as ações preventivas que ali existiam e para
1602 contenção não poderiam ser aplicadas dentro do duto. Esse duto não estava licenciado. Tomamos
1603 a medida imediata de embargar este duto e, após 48 horas, fizemos o desembargo, em conjunto
1604 com o IBAMA e com a FATMA, já que seria um empreendimento da esfera Federal. E assim
1605 atuamos: fizemos essa vistoria; fizemos um Termo de Compromisso para liberação desse duto,
1606 com medidas emergenciais de vigilância, de amenizar o grau de risco e, ao mesmo tempo,
1607 condicionando a liberação dele ao imediato início desse licenciamento que hoje está sendo feito
1608 pelo IBAMA. Na seqüência, tivemos um trabalho feito em conjunto com técnicos do IBAMA
1609 local, no sentido de nos aprimorarmos, ao máximo, ao diagnóstico da área atingida, em todos os
1610 aspectos: solo, fauna, flora, enfim, tudo que era necessário ser feito, e tivemos um relatório, que
1611 aqui eu vou deixar na Secretaria do CONAMA, a disposição, do dia 17 de julho ao dia 30 de
1612 julho. A partir desta data, nós começamos a trabalhar solos, eu digo solos, somente o Estado
1613 nesse trabalho de investigação e nesse trabalho de apuração e adiantamento dos impactos
1614 causados pela Petrobrás, e temos um relatório que está sendo concluído, do dia 1º de agosto ao
1615 dia 30 de agosto, que também encaminharemos, ainda essa semana, a Secretaria do CONAMA e,
1616 ao mesmo tempo, temos um resumo que está sendo alimentado continuamente à disposição de
1617 vocês na *Internet*.

1618 Por que nós começamos a trabalhar de uma forma só, ou seja, somente o Estado, a partir
1619 de uma certa data? Porque, em determinado momento, nós tivemos um impasse, ou seja, nós
1620 tivemos uma situação que a gente vem comentando há muito tempo e que, agora, na prática,
1621 ficou muito visível, que é a confusão do Sistema Nacional do Meio Ambiente em relação à
1622 questão competência. Até aonde os Estados podem ir? Até aonde o IBAMA deve ir, o Órgão
1623 Federal? E até onde aquilo que nós temos discursado no nível estadual, aquilo que nós temos
1624 ouvido aqui em Brasília do nível de descentralização Municipal, se nós não estamos conseguindo
1625 nem nos ajustar no nível Federal para o Estado, que dirá da questão da descentralização ao nível
1626 Municipal? Então, não é uma crítica a ninguém, não é, de forma alguma, uma posição de quem
1627 realmente foi ferido na sua autonomia, mas, sim, é um alerta a todos os senhores que aqui estão,
1628 muitos membros da ABEMA, da Associação Brasileira das Entidades Ambientais, de que,
1629 realmente, nós precisamos rediscutir isso dentro do próprio CONAMA, e aqui é o nosso fórum,
1630 nesse sentido, para realmente remarcarmos território. Porque, eu cito um exemplo, a Bacia do
1631 Rio Iguaçu, no Paraná, ocupa 1/3 do Estado. Nós temos mais de 150 Km de fronteira, entre
1632 Internacional e Nacional, com o Mato Grosso, do Rio Paraná. Nós temos o Rio Paranapanema
1633 dividindo com São Paulo, ou seja, nós temos quase 2/3 do Paraná, sem considerar a Bacia
1634 Litorânea, de domínio Federal. Agora, numa situação aonde nos encontramos num conflito, que
1635 já vou explicar a seguir, o que acontece? Quem vai atuar em cima dessa situação que foi
1636 colocada nesse episódio da Petrobrás? É o IBAMA, no caso, órgão federal, ou é o Instituto
1637 Ambiental do Paraná, no caso, o órgão estadual? O que aconteceu, para vocês entenderem?
1638 Quando o IAP aplicou essa multa de 50 milhões fim da fita Por que? Porque o IBAMA,
1639 por ter já multado a Petrobrás no acidente da Baía de Guanabara, poderia, por reincidência,
1640 aumentar esse valor e nós, como Órgão Estadual, como não temos competência para atuarmos
1641 em outros Estados, aplicamos o que nos dava como limite máximo, 50 milhões. Problema

1642 colocado, colocada pelos dois Ministérios essa ação, o que isso nos trouxe? Nos trouxe uma
1643 grande duvida, que se, hoje, nós nos depararmos com outro acidente dessa natureza e um
1644 funcionário ou um chefe das 20 unidades descentralizadas do Instituto Ambiental do Paraná nos
1645 questionar sobre: O que fazer? Eu, como dirigente, sinceramente, não tenho a resposta, se o
1646 mando virar as costas e espero uma Ação por omissão e me defendo com essa Ação que foi
1647 movida pelo Ministério Público dizendo que o IAP foi precipitado, que o IAP agiu em conluio,
1648 ou se, realmente, novamente, enfrento mais uma ação dessa natureza. Tivemos a infelicidade de,
1649 nesse final de semana, no último feriado, nos depararmos com a mesma situação, ou seja,
1650 tivemos mais um derramamento de óleo que foi num rio estadual, deste rio estadual foi para o rio
1651 federal, como foi o anterior também. Nós tivemos um rio chamado Arroio Saldanha
1652 primeiramente atingido, na seqüência tivemos o Rio Barigui e, depois, conseqüentemente,
1653 tivemos o Rio Iguaçu. Só que nós optamos por não sermos omissos e tivemos que pagar por
1654 isso. É preferível pecar por excesso do que pagar pela omissão. Então, é uma colocação que a
1655 gente faz, além de dar um breve relato para vocês do que ocorreu e de quais as providências
1656 tomadas em relação ao acidente da Petrobrás, mas uma coisa muito importante para ser
1657 discutida, o mas rapidamente possível no CONAMA, é com relação à definição de competência.
1658 Porque, todos sabem, os Órgãos Estaduais, na sua maioria, hoje, tem muito mais estrutura no
1659 nível Estadual do que no Órgão Federal, embora a nossa estrutura, eu falo aí pelo Paraná, é
1660 muito aquém do necessário. O que nós temos que buscar? Nós temos que buscar somar esforços,
1661 a exemplo do que nós fizemos no início deste trabalho, com excelentes técnicos do IBAMA, da
1662 nossa Superintendência do Paraná, que nos ajudaram e muito. Agora, o que nós não podemos é
1663 nos depararmos com situações dessa natureza, que nos fragilizam enquanto Órgão Ambiental.
1664 Nós tivemos um debate, não na imprensa nacional, mas um debate na imprensa local, que a
1665 população local só perguntava o seguinte: estão brigando só porque tem 40 milhões ou 100
1666 milhões ou 168 milhões em jogo, porque, do contrário, ninguém saberia do fato em si. Então é
1667 uma situação que, realmente, nos preocupa, enquanto dirigente do Órgão Ambiental, mas não só
1668 como dirigente do Órgão Ambiental, como funcionário do Órgão Ambiental. Eu sou funcionário
1669 desde 87 e a minha Diretoria é composta de 5 Diretores, todos são funcionários da Casa, e temos
1670 1500 funcionários e esses 1500 funcionários, hoje, não tem essa resposta com relação a essa
1671 duvida que eu coloquei a vocês aqui. Então, isso é fundamental para que nós possamos realmente
1672 reforçar, reestruturar essa situação para que nós possamos ter o IBAMA, Órgãos Estaduais,
1673 Órgãos Municipais, cada vez mais atuantes nessa situação. Com relação a essa questão, eu ainda
1674 friso aquilo o que eu disse: nós temos que nos somar; nós temos 1500 e é pouco; o IBAMA deve
1675 ter em torno de 70 no Paraná, é pouco. Agora, imagine se nós deixarmos esses 2/3, que eu falei a
1676 vocês, que são de competência Federal, se assim se tomar por base o motivo dessa ação, imagine
1677 nos deixarmos para o IBAMA toda a questão do licenciamento e da fiscalização no Estado do
1678 Paraná. Quem vai perder não somos nós, enquanto Dirigentes do Órgão Estadual, quem vai
1679 perder é a questão ambiental. Então, se eu faço essa colocação é para uma reflexão e para que
1680 isso seja, realmente, colocado como uma das prioridades dentro do CONAMA, para que nós não
1681 passemos mais por esta experiência, e de um assunto que a gente vem discutindo já há muito
1682 tempo e trazido a Brasília há muito tempo. Tivemos reunião aí há pouco menos de 6 meses sobre
1683 essa situação, através da ABEMA, esta aqui o Almir Bressan, Presidente, nesse sentido, e que
1684 agora tivemos essa experiência negativa de nos depararmos, na realidade, com essa situação que
1685 a gente já previa.

1686 Eu queria dizer a vocês que nós tivemos uma experiência, assim, muito boa, com
1687 relação à questão de uma Defesa Civil fortalecida em cada Estado no se deparar como uma
1688 situação dessa natureza, e isso nos colocou a necessidade de se fazer uma reflexão de
1689 reestruturação das Defesas Cíveis ao nível Estadual e Municipal. Por que isso? Porque, se com um
1690 acidente dessa natureza, com um empreendedor de porte como a Petrobrás, de equipamentos
1691 financeiros e tudo mais, já a Defesa Civil teve um papel fundamental na Coordenação, vocês
1692 imaginem a hora que nos depararmos com acidente dessa natureza, com uma empresa sem essa
1693 estrutura, nesse aspecto. Então, nós já tomamos como decisão, no Estado do Paraná, de em todos
1694 os licenciamentos nós termos a participação, avaliação nos seus Planos de Contingência, Planos

1695 de Risco, da Defesa Civil, mas, mais do que isso, nós criamos o Fundo Estadual de Meio
1696 Ambiente, motivados até, esses é um dos pontos positivos, quando se depara com uma situação
1697 dessa, nós conseguimos em uma semana aprovar o fundo para não termos os recursos
1698 seqüestrados por essa Ação. E, com esses recursos, nós vamos contemplar a Defesa Civil, para
1699 que ela possa realmente ser atuante, com condições operacionais. Isso, nós vamos deixar aqui um
1700 relatório da Defesa Civil, desde o primeiro passo, todas as ações por ela tomada em relação a
1701 esse acidente. Ao mesmo tempo, temos todos os relatórios, do volume I e volume II, dos
1702 diagnósticos feitos em cada área, que serão deixados a Secretaria. Esses relatórios, na sua
1703 primeira versão, como a gente disse, foram feitos de uma forma conjunta, aonde esta aqui o
1704 Instituto Ambiental do Paraná e está o IBAMA. Temos também, a partir de 1º de agosto, um
1705 relatório feito por técnicos do IAP e algumas Instituições a mais, como a EMBRAPA,
1706 MINEROPAR, que é uma Estatal Estadual, tivemos a participação da Universidade, e que isso
1707 gerou uma situação em que nós fizemos um termo, na realidade chamado Diretrizes Gerais para
1708 Elaboração de um Diagnostico Completo de toda a área, um Plano de Recuperação e um Plano
1709 de Monitoramento Ambiental decorrentes desses acidentes. Essas Diretrizes são baseadas nos
1710 diagnósticos preliminares e essas Diretrizes seriam a base para que nós fizéssemos um Termo de
1711 Compromisso, um Termo de Ajuste de Conduta com a Petrobrás, para que nós pudéssemos ter
1712 um diagnostico realizado por eles e avaliado por nós. Na seqüência, um Plano de Recuperação
1713 total da área, idem, e, conseqüentemente, um Plano de Monitoramento, aonde nós faríamos o
1714 monitoramento não só das ações de recuperação, mas, também, o monitoramento daqueles itens
1715 que nós vamos levar 2, 3 a 4 anos para sabermos, enfim, o total impacto causado a essa Bacia.
1716 Mas, infelizmente, por essa Ação, nós não arriscamos a assinar esse Termo de Compromisso
1717 com a Petrobrás, porque, como eu disse, se nós fomos acusados de conluio por termos aplicado a
1718 Lei, imaginem se nós assinássemos administrativamente um Termo de Compromisso. O que nós
1719 fizemos? Nós entramos com uma Ação e pedimos o cumprimento disso aqui, judicialmente, por
1720 uma Ação antecipatória de provas, pelo Ministério Público Federal e Estadual, e essa Ação pede
1721 uma Liminar para que haja uma contenção no ponto denominado ponto zero, aonde ocorreu
1722 inicialmente o derramamento e aonde nós tivemos uma área de abrangência de solos
1723 contaminada, e que, com um período histórico de uma alta densidade pluviométrica
1724 caracterizada, sempre, na segunda quinzena de setembro até a primeira quinzena de outubro, há
1725 um risco eminente de que haja infiltração pelo lençol e, novamente, esse seu óleo armazenado
1726 nesse solo carreie para o Rio Barigui e, conseqüentemente, ao Rio Iguaçu. Isso o Juiz está
1727 decidindo. Temos o compromisso do Juiz que ele tomará essa decisão ainda essa semana, para
1728 que nós possamos ter a garantia de que, realmente, não teremos mais nada contaminado com esse
1729 óleo, que se mantém ainda nesse solo.

1730 Com relação à Petrobrás, nós fizemos as nossas criticas em relação às primeiras 24
1731 horas. Com relação às demais atitudes da Petrobrás, não podemos, hoje, de forma alguma,
1732 colocar nenhuma situação de impedimento de entrada dos nossos técnicos, de não atendimento
1733 àquelas ações emergenciais que nós estamos fazendo, mesmo a questão em relação ao
1734 licenciamento daquelas medidas emergenciais que eles tem que tomar, tudo esta passando pelo
1735 Órgão Ambiental. E com relação ao cumprimento e ao desfecho total desta situação, nós estamos
1736 esperando a Ação Judicial para que, judicialmente, nós possamos assinar, com o envolvimento
1737 dos dois Ministérios Públicos Federal e Estadual e o Juiz, esse Termo de Ajuste de Conduta,
1738 onde nós tenhamos a garantia total do diagnostico, do Plano de Recuperação e do
1739 Monitoramento. Além disso, existem varias ações da qual nós participamos também, algumas
1740 delas no pólo ativo, como as recuperações e indenizações na questão social e econômica. Tudo
1741 isso se carregou para uma única Ação, para essa Ação movida pelo Ministério, inteligentemente,
1742 de antecipação de provas. Na realidade, como o José Pedro e o Jair pediram para eu sintetizar ao
1743 máximo, tendo em vista o avanço para o almoço e para esse cardápio diversificado que nós
1744 vamos ter, na seqüência, eu encerro por aqui. Fico a disposição de vocês para perguntas e, ao
1745 mesmo tempo, coloco o Instituto Ambiental do Paraná, através de seus Técnicos, para qualquer
1746 questionamento, qualquer visita *in loco*, para que as pessoas possam acompanhar, realmente,
1747 todos os procedimentos tomados por nós. E, acrescento, uma das maiores preocupações que nós

1748 tivemos foi, inicialmente, utilizar a nossa rede permanente, já existente há mais de 12 anos, de
1749 monitoramento de qualidade, não só do Iguaçu, mas como seus afluentes no Alto Iguaçu, para
1750 garantir a qualidade da água, com esse episódio, ao abastecimento de Municípios do Paraná e
1751 Santa Catarina, como União de Vitória e Porto Vitória que, só estes dois juntos, somavam 86 mil
1752 habitantes que dependem dessa água para beber. Obrigado.

1753

1754 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1755

1756 Muito obrigado, Dr. Andreguetto, pela apresentação, inclusive por se ater ao tempo que
1757 foi solicitado. Eu queria lembrar a todos que, impreterivelmente, à 1 hora, conforme nossa
1758 tradição que está se consolidando, nós encerraremos o período da manhã. Temos 15 minutos
1759 para debates e, eventualmente, começaremos às duas horas com a palestra do Dr. Shelley, se não
1760 houver tempo de que ela seja feita na parte da manhã, esta no próximo item de pauta. Mas, de
1761 imediato, eu convoco o Dr. Almir Bressan para que tenha a gentileza de se manifestar, Secretario
1762 de Estado do Meio Ambiente do Espírito Santo. Alguém mais que queira fazer uso da palavra?
1763 Estou fazendo uma lista de inscrições aqui.

1764

1765 **Conselheiro Almir Bressan Júnior** (*representante do Governo do Estado do Espírito Santo*)

1766

1767 Bem, primeiro, eu gostaria de manifestar o nosso apoio à colocação que foi feita pelo
1768 Estado do Paraná, o IAP, inclusive reconhecendo o trabalho que foi realizado nesse episódio de
1769 derramamento de óleo e, como ele bem colocou, não tinha uma referencia nacional de
1770 mobilização para um acidente de tamanha monta em área de Rio, e o IAP, eu estive até no
1771 Paraná na época, o IAP se mobilizou bastante para dar a melhor resposta, envolvendo os demais
1772 Órgãos de Meio Ambiente e todos que poderiam ajudar naquele momento. É importante
1773 ressaltar, novamente, o papel do Sistema Nacional de Meio Ambiente e essa ação, uma vez que
1774 no Estado do Paraná é tradição de que todo o Licenciamento Ambiental é feito pelo Órgão
1775 Estadual do Meio Ambiente que, como já colocou aqui, conta com 1500 funcionários e tem uma
1776 infra-estrutura invejável, onde se coloca numa posição dos Órgãos mais bem preparados do País
1777 e, portanto, a sua competência, não só do Licenciamento, porque a refinaria havia sido licenciada
1778 pelo Órgão Estadual do Meio Ambiente, mas também para aplicar as penalidades decorrentes
1779 das ações que levaram à degradação ambiental. Acho que vale ressaltar que nenhum componente
1780 do SISNAMA tem a pretensão ou deva ter a pretensão de atuar no sentido de arrecadar fundos
1781 com penalidades. Eu acho que as penalidades são impostas por ações que não puderam ser
1782 prevenidas, controladas, antes da sua ocorrência e, muitas vezes, até por uma má adequação do
1783 Sistema de Gestão dessas atividades potencialmente poluidoras que causaram efetivamente a
1784 poluição. Então, é muito importante a gente colocar e o Ministério do Meio Ambiente, na figura
1785 do Ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho, na figura do Secretario Executivo do Ministério
1786 do Meio Ambiente, José Carlos de Carvalho, tem claramente colocado a posição do Ministério
1787 do Meio Ambiente totalmente coerente com o fortalecimento do Sistema Nacional do Meio
1788 Ambiente e, principalmente, dos Órgãos Estaduais do Meio Ambiente que são, já foram
1789 previstos na Lei 6938 aqui mencionada, que é a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, e
1790 que passa pelos anos mostrando-se como uma Lei bastante organizada. Quer dizer, previa
1791 instrumentos de gestão bastante eficientes e que, na pratica, a atuação solidária, eu diria, a
1792 atuação complementar da União, dos Estados e, também, dos Municípios, passa a ser um palco
1793 de competição, o que, além de não ajudar, enfraquece a atuação dos Órgãos Ambientais. Então,
1794 eu gostaria aqui, também, de enfatizar uma questão, inclusive que foi deliberação da ABEMA,
1795 onde estiveram presentes, em julho desse ano, em João Pessoa, onde estiveram presentes 17
1796 Estados Brasileiros, a proposta de se fazer uma Resolução de Gestão Compartilhada, quer dizer,
1797 de uma Comissão que funcione efetivamente, que seja uma Comissão Tripartite que tenha
1798 participação do Ministério do Meio Ambiente, da ABEMA e da ANAMMA, em que se possa,
1799 efetivamente, fazer um acompanhamento permanente e evitar, dirimir conflitos que venham a
1800 surgir nos Estados.

1801 Eu tomei a palavra porque tenho recebido, na qualidade de Presidente da ABEMA, não
1802 só do Estado do Paraná, mas, também, do Estado do Rio de Janeiro, Estado do Ceará,
1803 reclamações com relação à articulação com o IBAMA, com o Órgão Federal, que tem, eu diria,
1804 uma missão executiva das Políticas Nacionais de Meio Ambiente, mas que deveria ter uma
1805 melhor atuação, principalmente naqueles Estados em que se tem uma estrutura eficiente no
1806 controle Ambiental e, nos demais, trabalhar no sentido do seu fortalecimento, que é o papel
1807 maior da ação do Sistema Nacional do Meio Ambiente que cabe ao Ministério do Meio
1808 Ambiente e ao IBAMA.

1809

1810 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1811

1812 Muito obrigado, Dr. Almir. Eu convidaria o Dr. Andreguetto, se deseja fazer algum
1813 comentário.

1814

1815 **Conselheiro José Antônio Andreguetto** (*representante do Governo do Estado do Paraná*)

1816

1817 Em cima disso que o Dr. Almir colocou, embora isso já esteja dentro do que condiciona
1818 o próprio Sistema Nacional do Meio Ambiente, outros mecanismos como a 237 e tudo mais, mas
1819 nós temos uma proposição a ser feita ratificando essa necessidade de que isso não só seja
1820 discutido com maior profundidade, mas temos uma sugestão aqui de uma Resolução que, no seu
1821 preâmbulo, já diz, questão da ratificação do que já existe, ou seja: “O Conselho Nacional do
1822 Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições e competências que lhes são conferidas pela
1823 Lei 6.938, de 31 de agosto de 81, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06 de junho de 1990,
1824 bem como, tendo em vista do disposto em seu Regimento Interno e reiterando o contido no
1825 Artigo 70, § 1º, da Lei de Crimes Ambientais, sob nº 9605/98, resolve:

1826

1827 Art. 1º Compete aos Estados, através de seus entes públicos integrantes do Sistema
1828 Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, a fiscalização e a aplicação da Legislação Federal,
1829 inclusive sobre bens dominiais da União, devendo praticar todos os atos necessários ao fiel
1830 cumprimento das normas de proteção do Meio Ambiente, sem prejuízo da atuação dos demais
1831 Órgãos Públicos Federais”.

1831

1832 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1833

1834 Obrigado, Dr. Andreguetto. Próximo inscrito, o Dr. Rômulo, representando aqui o
1835 IBAMA.

1836

1837 **Conselheiro Rômulo F. J. Melo** (*representante do IBAMA*)

1838

1839 Eu queria felicitar, primeiro, a intervenção do Andreguetto no relato com relação à
1840 questão no Estado do Paraná e, realmente, o que ocorre hoje é que nós não temos uma
1841 competição com relação a competências. Nós temos um arcabouço. Nós trabalhamos numa área
1842 altamente complexa, com arcabouço legal precário. Com relação à Proposta de Resolução, nós já
1843 tivemos alguns esforço e o Ministério vem coordenando um esforço muito grande no que diz
1844 respeito a formulação de Pactos Federativos que, na realidade, é um paliativo no que diz respeito
1845 a essa avaliação de competências. Resoluções do CONAMA fixando coisas que ferem princípios
1846 legais e constitucionais, também não evoluem. Então, gente, hoje, o que é essencial nisso? Favor,
1847 regulamentar Art. 23 e 24 da Constituição. Assim como o Estado é instado pelo Ministério
1848 Público, e aí é melhor você pecar por ação do que por omissão, nós também somos, da mesma
1849 forma, instados a agir em cima de licenciamentos estaduais, e temos feito um esforço e, sempre
1850 que somos instados, a orientação que a Direção da Casa da é: informar ao Ministério Público que
1851 esta competência é Muitas vezes o Ministério Público insiste e, aí, nós temos que atuar.
1852 Então, para solucionar essa questão, ou se regulamenta, efetivamente, o art. 23 e 24 da
1853 Constituição ou nós vamos continuar nadando nessa e tendo esses problemas todos que o

1854 Andreguetto tem em 20 escritórios. Isso se multiplica no IBAMA, perto de 400 unidades
1855 descentralizadas. Fundamental, acho que é até uma sugestão: nós precisamos trabalhar
1856 politicamente porque não é uma coisa simples, porque se fosse simples regulamentar o 23 e 24
1857 da Constituição, já tinha sido feito há muito tempo. Agora, para nós que estamos sofrendo no
1858 processo de execução da Política de Meio Ambiente, ou se regulamenta ou nós vamos viver
1859 nesse eterno conflito. Obrigado.

1860

1861 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1862

1863 Obrigado, Dr. Rômulo. Dr. Andreguetto, por gentileza.

1864

1865 **Conselheiro José Antônio Andreguetto** (*representante do Governo do Estado do Paraná*)

1866

1867 Concordo plenamente com você, Rômulo, no sentido de que uma Resolução fere. É só
1868 para provocar uma situação, na realidade. Com relação à questão do Pacto que você falou, acho
1869 que existem 3 ou 4 Estados que assinaram o Pacto Federativo, no máximo, no Brasil, e não falo
1870 por eles, mas, por alguma notícia que eu tive, muitos deles não pretendem renovar e nós não
1871 assinamos e não vamos assinar esse Pacto Federativo. Por que? As imposições que estão sendo
1872 colocadas ao Estado do Paraná para assinar esse Pacto Federativo, ou seja, é abrir mão de
1873 autonomias já tomadas pelo Estado há mais de 5 anos, a exemplo da Reposição Florestal, a
1874 exemplo de Planos de Manejo, e outras questões que nós já temos pelo Pactozinho Estadual,
1875 Superintendência e Órgão Ambiental, já praticada há muito tempo. Então, por isso é que nós não
1876 fechamos esse mecanismo, que poderia dirimir toda essa dúvida, por essa divergência em relação
1877 a esse sentido. A outra questão, como você falou, da regulamentação dos Artigos, nesse sentido,
1878 concordo e, seja dessa forma ou seja de outra, eu acho que nós aqui temos que buscar uma
1879 solução para esse problema. Eu deixo mais uma vez bem claro, não é uma crítica ao IBAMA, é
1880 uma crítica ao Sistema, certo. E isso nós precisamos, em conjunto, achar uma solução para isso,
1881 porque, senão, daqui a pouco, realmente, nós vamos estar nos criticando, entre Órgãos Estaduais
1882 e Órgão Federal, e aí vai gerar o desgaste que só vai trazer benefício àquele que agride o meio
1883 ambiente, enquanto nós ficarmos divididos.

1884

1885 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1886

1887 Obrigado, Dr. Andreguetto. Eu tenho inscrito o Dr. Geraldo Magela, que eu convoco,
1888 por gentileza, para que faça uso da palavra, Diretor do Órgão Ambiental do Estado do Rio
1889 Grande do Norte. Tem inscrito o Dr. Francisco, também, representando as ONGs do Nordeste.
1890 Dr. Jair, também, que pediu a palavra e, também, o senhor. E nós temos 15 minutos ainda pela
1891 frente, até 1:00 hora. Eu acredito que nós possamos estender um pouco a discussão e
1892 começaríamos às 2 horas, impreterivelmente, com a palestra do Dr. Shelley, para não interromper
1893 a palestra que será, sem dúvida nenhuma, muito interessante. Então, sempre pedindo que as
1894 pessoas sejam breves, porque nós vamos ter muitos inscritos ainda, eu vou pedir que o senhor
1895 faça uso da palavra e vamos manter, ainda, essa pergunta e resposta. Por gentileza.

1896

1897 **Conselheiro Geraldo Magela Cabral de Souza** (*Diretor do Órgão Ambiental do Rio Grande do Norte*)

1898

1899 Bom, eu vou ser breve, porque o meu depoimento é em relação a um acidente que
1900 também foi pequeno, então vou ser proporcional. Inicialmente, parabenizar o Dr. Andreguetto e
1901 a equipe dele pela forma como conduziu, e que toda a Nação e até, talvez, todo mundo
1902 acompanhou aquele acidente, e eu gostaria de parabenizar a forma competente como o Estado do
1903 Paraná e a equipe dele se portaram diante do fato. O meu depoimento é apenas para mostrar um
1904 caso semelhante: logo após o caso do Paraná, aconteceram quatro pequenos acidentes no Rio
1905 Grande do Norte. A imprensa, ávida por notícias, nos procurou, insistiu, não só a imprensa local,
1906 como a imprensa nacional, Rede Globo, alguns Jornais de São Paulo, procurando fazer do nosso

1907 caso, um caso semelhante ao que aconteceu no Paraná. Nós passamos por esse momento de
1908 mostrar à imprensa que uma coisa foi o que aconteceu no Paraná e, outra coisa, é o que estava
1909 acontecendo no Rio Grande do Norte. Mas, o que aconteceu no Paraná poderia ter acontecido no
1910 Rio Grande do Norte, porque o problema não foi o tamanho, foi a forma de como o Ministério
1911 Público, o IBAMA e o Órgão Ambiental olharam a questão. No Rio Grande do Norte, nós
1912 agimos, autuamos e multamos a Petrobrás, sem nenhum problema. O Ministério Público
1913 Estadual acompanhou, o Ministério Público Federal acompanhou, a Petrobrás acompanhou, o
1914 IBAMA acompanhou. O IBAMA esteve presente e, num determinado momento, houve uma
1915 certa discussão de quem seria a competência, mas coisa muito rápida, que ficou muito
1916 caracterizado e claro que a competência era do Órgão Estadual. Por quê que era do Órgão
1917 Estadual? Porque o licenciamento é do Órgão Estadual, a fiscalização é do Órgão Estadual, a
1918 área atingida faz parte do território do Rio Grande do Norte e, ficou muito claro, o processo esta
1919 chegando ao final com a multa. A Petrobrás ainda tem tempo para recorrer, se quiser. Não sei se
1920 vai recorrer ou não, mas nós abrimos espaço para que, se quisesse, recorrer. Mas, em relação ao
1921 que aconteceu no Paraná e o que aconteceu ao Rio Grande do Norte, só para caracterizar a forma
1922 de como encarar, nós não fomos taxados de conluio, nem de coisa nenhuma, Andreguetto. A
1923 competência ficou muito clara que é do Estado, reconhecida por todas as instâncias. Eu queria
1924 apenas colocar isso, se servir de exemplo, no caso, para o Paraná ou qualquer outro Estado em
1925 que isso venha acontecer.

1926 Apenas para explicar, a atuação da Petrobrás no Rio Grande do Norte. O primeiro e
1927 maior produtor de petróleo em terra é o Rio Grande do Norte. Tem uma área de atuação de
1928 equipamento da Petrobrás de cerca de 250 a 300 km de comprimento, por mais de 100 de
1929 largura, em terra. Nós temos uma ação em relação à Petrobrás de 3 anos atrás. Existiam cerca de
1930 10 equipamentos licenciados, hoje nós temos mais de 4 mil, chegando perto de 5 mil pontos
1931 licenciados, licenças individuais, visitadas, fiscalizadas pelo Estado. Estamos chegando perto de
1932 5 mil, incluindo ai perto de 4 mil e pouco poços fiscalizados pontualmente, um a um. Então, eu
1933 acho que fica muito claro que a atuação é do Estado do Rio Grande do Norte e não da União,
1934 nem do Município, como ficou muito claro.

1935
1936 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
1937

1938 Obrigado, Dr. Geraldo. Seguindo, eu vou pedir que o Dr. Francisco apresente também
1939 as suas indagações, depois nós temos o Dr. Dailor Romio e o Dr. Jair inscritos.

1940
1941 **Conselheiro Francisco Rodrigues Soares** (*representante das Entidades Civis da Região Nordeste*)
1942

1943 Francisco Soares, representante do Nordeste no CONAMA, das Não Governamentais,
1944 Fundação Rio Paraíba. Bom, nos preocupa, não só o que aconteceu na Baía de Guanabara, no
1945 Paraná, também no Rio Grande do Norte, pequenos acidentes, e na Bahia, a situação depois deve
1946 ser objeto de explanação, a Bahia também é preocupante. O Estado da Bahia, depois, deve ser
1947 objeto de depoimento do representante da Câmara Técnica, e eu acho que a Petrobrás deve se
1948 preocupar urgentemente e tentar que outros desastres, outros acidentes dessa natureza, se
1949 espalhem em série no Brasil. O sistema, os equipamentos estão envelhecidos, estão sucateados e
1950 nós não vamos esperar que aconteça, um atrás do outro.....fim da fita.

1951 Não é a multa em si que vai resolver o problema, se resolvesse problema já teria
1952 resolvido o problema do trânsito brasileiro. As multas de trânsito nunca resolveram o problema,
1953 aumenta o desastre. O que nós queremos são ações, mesmo, que evitem acontecer. A outra coisa,
1954 se estiver o representante da Petrobrás aqui, saber se já foi paga a multa do IBAMA, dos 168
1955 milhões, ou se recorreram, ou por que não foi paga. Essa informação eu gostaria de saber, porque
1956 o Estado do Paraná já recebeu. E que, realmente, esses recursos sejam aplicado na recuperação
1957 dos danos ambientais causados pelo derramamento, que não sejam levados para outro tipo de
1958 atividade, a não ser aquela geradora do fato. Então, eu também peço ao senhor representante do
1959 Estado do Paraná que o Governo do Estado do Paraná aplique o recurso da multa para tentar

1960 amenizar os danos causados. Que não sejam deslocados para outro tipo de atividade. O mesmo
1961 nós esperamos que o IBAMA faça com o recurso que deve receber, que não vai pagar, a morte
1962 no acidente não tem dinheiro que pague. Só isso.

1963

1964 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

1965

1966 Muito obrigado ao doutor Francisco, próximo inscrito doutor Dailor Romio
1967 representante Governo do Estado do Mato Grosso.

1968

1969 **Conselheiro Dailor Romio** (*representante Governo do Estado do Mato Grosso*)

1970

1971 Bom dia a todos, Dailor Romio, Mato Grosso. Na oportunidade aí, eu quero colocar
1972 uma situação e citar aqui um exemplo que a gente esta passando no Mato Grosso, isso eu acho
1973 que para todos, tanto ambientalista, como Estado, Governo de Estado, Governo Federal e
1974 empreendedores do País. Nós estamos, em Mato Grosso, passando por uma situação que o
1975 Ministério Público, tanto estadual, como federal, deixa muito claro essa lacuna que tem na
1976 legislação, de não estar clara a competência. Nós temos, por exemplo, vou citar uma situação que
1977 é semelhante, que no Rio Paraguai existe a Hidrovia do Rio Paraguai, como ela esta, inclusive,
1978 licenciada pelo IBAMA na limpeza e dragagem do canal, e o Estado faz os demais
1979 licenciamentos. Tem os portos, lá na Região de Cáceres, e, há um mês atrás, um empreendedor
1980 solicitou ao Órgão Ambiental para fazer o licenciamento de um Porto lá em Cáceres, onde já tem
1981 outros licenciados pelo Órgão Ambiental. E o Ministério Público esta contestando a competência
1982 do Estado fazer e esta consultando ao IBAMA e ao Estado, para o Estado comprovar a
1983 competência dele e, ao IBAMA, solicitando se não é competência do IBAMA. Então, o
1984 Ministério Público está, vamos dizer, usando muito essa lacuna e o empreendedor fica em
1985 dúvida, bem como o Órgão Estadual, no nosso caso lá. Eu citei uma situação, mas tem várias
1986 situações lá que estão sendo contestadas pelo Ministério Público, de quem é a competência. Aí,
1987 por exemplo, nessa situação, nós fizemos o Termo de Referência, estamos fazendo todas as
1988 solicitações que a legislação exige, no caso, apresentar o EIA RIMA e tal, mas, agora, nós
1989 estamos sendo contestados pelo Ministério Público, bem como o IBAMA. Então, só
1990 aproveitando que tem essa e outras situações lá, da importância de nós revermos realmente essa
1991 situação que, muitas vezes, mesmo que o Órgão Estadual e o Órgão Federal tenham uma
1992 sintonia, talvez, de fazer junto, mas o Ministério Público nos pressiona e a gente não sabe até
1993 como dar uma posição para o empreendedor. Então, eu acho que nós temos essa situação, mas
1994 nós temos várias lá, nesse sentido, vamos dizer, lá no Paraná, uma situação que aconteceu. No
1995 Ceará, vamos dizer, tem licenciamentos que não são contestados e, agora, lá, nós estamos sendo
1996 contestados, até antes de se fazer alguma coisa. Então, realmente, nós precisamos de urgência,
1997 porque nós não temos como, vamos dizer: como que nós vamos julgar antes de se ter alguma
1998 coisa? Nós estamos fazendo todos os procedimentos.

1999

2000 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

2001

2002 Muito obrigado ao Dr. Romio. O último inscrito, Dr. Jair Sarmento.

2003

2004 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)

2005

2006 Eu gostaria de fazer aqui uma observação, não como Secretario Executivo Adjunto do
2007 Conselho, mas como Conselheiro. Eu queria lembra aos colegas, é claro que aqui nesta sala
2008 estão, fora os convidados, representantes com assento permanente no Conselho, representantes
2009 de Entidades da Sociedade Civil, do Setor Empresarial, dos Ministérios, todos os Ministérios da
2010 Republica, e nos estamos discutindo aqui uma questão de competência, própria da área
2011 ambiental, aquilo que o Francês chamaria de um problema *franco français, ambiental ou*
2012 *ambientaliste*, na verdade, o problema, tipicamente um problema de competência de atuação dos
2013 Órgãos Ambientais. Eu queria lembrar, tendo coordenado o trabalho, inclusive com a

2014 colaboração direta de alguns colegas que estão nessa sala, tendo coordenado o trabalho de
2015 elaboração da Resolução 237 do CONAMA, que foi um momento crítico na história do
2016 Conselho e, talvez, na história do Meio Ambiente no País, até hoje, essa Resolução é motivo de
2017 muita controvérsia, inclusive na Justiça, mas há um reconhecimento amplo de que ela tentou,
2018 pelo menos, e tem surtido efeito, abrir um espaço no sentido de uma clarificação, como dizia o
2019 Dr. Rômulo, necessária, de uma clarificação Política em relação à questão dos limites de
2020 competência, dessa demarcação de território a que se referiu o palestrante, o Dr. Andreguetto. Eu
2021 acho que esta questão vem à tona, em determinados momentos, de maneira crítica. Eu acho que é
2022 um momento feliz que o Conselho vive hoje, de essa questão ter sido trazida aqui, porque, como
2023 disse muito bem o representante do IBAMA, o CONAMA já constatou, particularmente, através
2024 da sua Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, e isso já se vão mais de cinco anos, que era
2025 necessário, que era absolutamente imperioso, regulamentar os Art. 23 e 24 da Constituição
2026 Federal, e que esta é a base da repartição de competências. Nós poderíamos citar aqui “N”
2027 documentos em que o Governo próprio assumiu o compromisso em relação a esta questão. Veja-
2028 se o “Mãos a Obra”, que é uma proposta de Governo do primeiro mandato do Presidente
2029 Fernando Henrique, está lá, muito claro, a distribuição de competências na área ambiental.
2030 Então, é preciso materializar isso. Parece indiscutível que os Pactos Federativos, pode-se ter
2031 restrições ou não, eles representaram um passo significativo, inclusive no seu funcionamento. Se
2032 eles agora correspondem a uma ferramenta realmente útil, é uma questão a se discutir. Mas, eu
2033 queria colocar aqui que, me parece, ressaltar, porque tudo que está sendo dito aqui está
2034 registrado, muitas pessoas interessadas nessa matéria não estão presentes, mas isso estará
2035 registrado em Ata. Então, são importantes esses depoimentos que são deixados aqui, neste
2036 momento, em que mostra que esta questão reafirma. Ela é uma questão contenciosamente maior,
2037 para o funcionamento do SISNAMA. Todos aqueles que acompanham o funcionamento desse
2038 Sistema, desde a criação e até antes dela, em 81, tem uma noção muito clara do caráter
2039 politicamente sensível dessa questão e ela precisa ser, portanto, enfrentada. O que me parece é o
2040 seguinte: o que está havendo é um problema de encaminhamento para a questão, problema de
2041 encaminhamento político. Nós tomamos o ato da apresentação de uma Proposta de Resolução
2042 que, conforme disse o Dr. Andreguetto, tem um caráter mais de provocar ou de levantar a
2043 polemica. Isso está registrado. Nós vamos dar um encaminhamento adequado junto a Secretaria
2044 Executiva do CONAMA. Agora, o que nos parece, o Dr. Almir propôs uma Comissão Tripartite,
2045 o que me parece é que é preciso, realmente, uma concentração de esforços nessa questão, que
2046 proponha um encaminhamento adequado e que envolva, no mínimo, os órgãos Federais,
2047 Estaduais e Municipais, já que isso diz respeito a área Governamental, em particular. Evidente
2048 que o CONAMA tem instrumentos para colaborar com isso, mas, me parece, que essa é uma
2049 questão que, tanto na Proposta de encaminhamento, quanto na negociação, deve ter um caráter
2050 político mais elevado possível, para que tenha um bom encaminhamento.

2051

2052 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

2053

2054 Muito obrigado, Dr. Jair. Dr. Andreguetto, por gentileza, para responder a todas essas
2055 perguntas, infelizmente, com a brevidade que for possível, para respeitarmos a nossa própria
2056 decisão aqui de terminar à 1:00 hora.

2057

2058 **Conselheiro José Antônio Andreguetto** (*representante do Governo do Estado do Paraná*)

2059

2060 Eu vou tentar ser breve. Na realidade, começo pelo Jair, mais recente. Justamente, é isso
2061 que a gente quer, a gente quer uma vontade política de fato, ou seja, nós queremos sair do
2062 discurso, daquele discurso: vamos descentralizar, vamos trabalhar junto com os Estados. Que
2063 isso, realmente, aconteça e que não se observe situações, às vezes, até contrária a esse discurso,
2064 ou seja, a busca de um resgate de autonomia já concedida aos Estados, para que nós possamos
2065 cumprir o nosso papel, em conjunto com o Órgão Federal, junto aos Municípios. Faço um
2066 pequeno exemplo: se eu tiver 399 municípios, que são o número de Municípios do Paraná,

2067 conveniados, atuando na área Ambiental, cada um dentro da sua limitação de capacitação, com
2068 dois técnicos dentro dessa área, eu aumento o meu potencial em quase 100% em relação a isso.
2069 Então, é fundamental, nós precisamos. Nós estamos aqui trabalhando para que? Estamos
2070 trabalhando para melhorar a qualidade ambiental, a gestão ambiental nos Estados. Então, nós não
2071 podemos, de forma alguma, enquanto Órgãos Ambientais, deixarmos que outros interesses,
2072 principalmente de agressores ambientais, nos coloquem em conflito e nos coloquem numa
2073 situação de fragilidade, nesse sentido, em relação à opinião pública.

2074 Com relação à pergunta do representante das ONGs do Nordeste, senhor Francisco, com
2075 relação ao pagamento da multa do IBAMA, eu não sou, nem tenho autonomia para falar sobre
2076 pagamento da multa do IBAMA, mas o Rômulo, acho que pode responder, na seqüência.

2077 Agora respondo, também, por aquele questionamento que ele fez sobre a multa do
2078 Paraná. Nós aplicamos 50 milhões. Tivemos uma defesa apresentada, o recurso apresentado pela
2079 Petrobrás, com as atenuantes tomadas por eles. Concedemos 20%, dos 90% que a Lei faculta.
2080 Tivemos o recebimento destes recursos. Esses recursos estão dentro do Fundo Estadual de
2081 Defesa e Interesses Difusos. O Governador sancionou a Lei que criou o Fundo Nacional do Meio
2082 Ambiente, vão para lá e só serão gastos, com toda certeza, em ações de recuperação e
2083 preservação ambiental e reequipamento da estrutura ambiental do Estado do Paraná, ou seja, dos
2084 órgãos que interagem na gestão ambiental do Estado e em projetos de recuperação ambiental em
2085 todo o Estado. Por que? Nós entendemos, e assim foi a nossa decisão quando nós concedemos o
2086 desconto de 20%, de que a recuperação do dano em si, causado pela Petrobrás, nada tem haver
2087 com a multa, a multa é uma pena e a recuperação é custeada por recursos específicos para a
2088 recuperação. E o exemplo que nós sempre citamos é aquele: se você atravessa um sinal vermelho
2089 e infringir a legislação atravessando esse sinal vermelho, você é multado, mas nesse, se você
2090 ocasionar um dano a um poste, você não paga o poste com o dinheiro da multa. Então, esse
2091 recurso é específico para o Fundo Estadual do Meio Ambiente, com ações ambientais de
2092 reestruturação dos organismos que interagem na área ambiental e de projetos específicos na
2093 recuperação e preservação do Meio Ambiente.

2094 Você quer responder já sobre a multa?

2095

2096 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

2097

2098 Bem rápido, por favor, Rômulo, que o tempo está estourando.

2099

2100 **Conselheiro Rômulo F. J. Melo** (*representante do IBAMA*)

2101

2102 168 milhões e a Petrobrás recorreu. Está em andamento o recurso.

2103

2104 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

2105

2106 Mas a Petrobrás recorreu e eu tive notícias jornalísticas de que o IBAMA do Paraná já
2107 não acatou.

2108

2109 **Conselheiro Rômulo F.J. Melo** (*representante do IBAMA*)

2110

2111 Sim, mas assim alonga a resposta. O primeiro recurso foi negado no Paraná. Eles devem
2112 estar entrando com os outros recursos. A gente está aguardando. A informação concreta é essa,
2113 hoje.

2114

2115 **Conselheiro José Antônio Andreguetto** (*representante do Governo do Estado do Paraná*)

2116

2117 Outra questão, nós também vamos, além da multa do Paraná, a multa do IBAMA,
2118 torcemos e estamos não só torcendo, mas tomamos a nossa defesa nessa Ação do Ministério
2119 Público, com cuidado para nunca tentar favorecer a Petrobrás para haja nulidade dessa multa
2120 aplicada pelo IBAMA, tanto é que, na nossa defesa, nós caracterizamos a nossa multa em cima

2121 dos Rios Estaduais porque, para nós, também é visto com bons olhos e há interesse do Estado em
2122 que a multa do IBAMA também seja paga. Mas, uma coisa que nós vamos reivindicar é que
2123 100% desses recursos, pagos pela multa da Petrobrás, seja aplicado no Estado do Paraná, onde
2124 houve o dano.

2125 Com relação à questão que foi colocada pelo representante do Mato Grosso, nós temos
2126 uma situação atípica de vocês, atípica não, igual à de vocês. Não só neste episódio, a gente deu
2127 esse incidente como referência, mas nós temos outras situações, no Estado do Paraná, de
2128 conflitos de competência e isso tem se avolumado a cada dia. Nós tivemos aí um período, de
2129 mais de dez anos a quinze anos, sem grandes conflitos dessa natureza e, nos últimos dois anos,
2130 esses conflitos têm se avolumado e aí, como o Rômulo colocou, pode ser movido pelo próprio
2131 Ministério Público, mas a gente pede para que o IBAMA faça um esforço para compreender isso,
2132 nesse sentido, porque tem momentos em que a gente, por pessoas aí, eu não falo do IBAMA em
2133 um todo, tem determinadas pessoas que a gente vê que fazem questão até de provocar essa
2134 situação dentro do órgão e a gente sabe. Dentro do IAP, eu também tenho situações dessa
2135 natureza. Então, a gente pede para que isso seja transmitido à Presidente do IBAMA, para que
2136 ela faça um esforço junto a esses setores, que são bem localizados, para que não fomentem o que
2137 já está difícil de ser contornado. Com relação a outra colocação que foi feita pelo representante
2138 do Rio Grande do Norte, isso para nós é de fundamental importância, porque é um parâmetro
2139 bem claro, “há dois pesos e duas medidas”, num local se toma uma posição, por parte do
2140 Ministério Público, ou se interpreta a lei de uma forma e, em outro local, de outra. Então, isso,
2141 com certeza, servirá de base jurídica para o nosso setor jurídico fomentar a defesa desse direito
2142 que nós temos de competência. Obrigado e, mais uma vez, eu coloco a disposição, não só a mim,
2143 mas todo o Órgão Ambiental do Estado do Paraná, para qualquer questionamento ou informação.
2144

2145 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2146

2147 Reiterando, então, que nós temos um restaurante aqui, no 9º andar, do elevador pela
2148 porta da entrada que todos nós utilizamos, e que nós começaremos às duas horas com a palestra
2149 do Dr. Shelley que é o nosso convidado.
2150

2151 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2152

2153 Bom, nós vamos reiniciar. Eu pediria a todos que tomassem seus lugares. Prezados
2154 amigos, nós temos uma pauta farta, de forma que nós não podemos dispensar nenhum minuto do
2155 tempo de que dispomos e já estamos com mais de quinze minutos de atraso do recomeço. Eu vou
2156 pedir que o Dr. Jair faça o uso da palavra, convidando também o Dr. Shelley para já tomar
2157 assento à Mesa. E o Dr. Jair vai dar algumas informações que são importantes para o Plenário do
2158 CONAMA e nós iniciaremos, imediatamente, em seguida, a apresentação do Dr. Shelley
2159 Carneiro, que já está aqui conosco. Por gentileza, Dr. Jair.
2160

2161 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
2162

2163 Eu noto que, sobretudo a representação dos Estados, eu acho que deve ter ficado retida
2164 em algum lugar no caminho. Bom, eu queria chamar a atenção dos senhores para alguns
2165 pequenos detalhes. Primeiro lugar: nem todos apanharam, na entrada, porque foi distribuído isso
2166 em separado, em relação à pauta da reunião, depois nós tomamos o cuidado já de distribuir para
2167 alguns dos Conselheiros. A exposição do Dr. Ricardo Soavinsk continua disponível para aqueles
2168 que não apanharam. É um conjunto de slides apresentados pelo Dr. Soavinsk, ao longo da
2169 palestra dele. Eu não tenho um exemplar aqui comigo, mas acho que a maior parte dos senhores
2170 já recebeu. Inclusive, eu pedi que fosse trazido no momento em que eu constatei que o Dr.
2171 Leopoldo não tinha, no momento da exposição do Ricardo. Por outro lado, quero chamar atenção
2172 que, também, o relatório de acompanhamento das atividades desse Grupo de Trabalho da Baía de
2173 Guanabara/Indústria de Petróleo, está sendo distribuído em separado. Portanto, o documento ao

2174 qual se refere a palestra ou a exposição do Dr. Shelley está, igualmente, sendo distribuído. Eu
2175 vou pedir depois ao Dr. Rômulo que, ou nos deixe agora, o Dr. Rômulo Macedo, que já está
2176 conosco e que vai fazer essa exposição, ele que é Secretário de Infra-estrutura Hídrica, vai ser
2177 apresentado pelo Presidente do Ministério da Integração Nacional, eu vou pedir que ele ou nos
2178 deixe agora ou nos transmita depois, por E-mail, uma súmula da exposição que ele vai fazer
2179 sobre o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco. Naturalmente, a palestra do
2180 Dr. Rômulo será uma primeira etapa do contato do CONAMA com este importante projeto para
2181 o País.

2182 Bom, um outro detalhe que eu queria esclarecer é o seguinte: nós estamos distribuindo
2183 igualmente, e chamo atenção dos Conselheiros para isso, um calendário das atividades do
2184 CONAMA realizadas este ano, até agora, e das reuniões que nós vamos ter até o final do ano.
2185 Para muitos, esta é a nossa 3ª reunião do ano, porque é a 3ª Reunião Ordinária, mas eu quero
2186 chamar atenção dos senhores que nós estamos na reunião de número 80, de acordo com o
2187 calendário, considerando as Câmaras Técnicas, os Grupos de Trabalho. Então, é um intenso
2188 trabalho de bastidores, de retaguarda do CONAMA, que precisa ser acompanhada para que tenha
2189 algum sentido o processo de discussão que é travado aqui. As duas observações finais são as
2190 seguintes: o Dr. Andreguetto deixou uma documentação a respeito do acidente na Refinaria de
2191 Araucária da Petrobrás. Esse conjunto extenso de documentos estará à disposição dos senhores
2192 mediante a solicitação de cópias, por escrito; mediante E-mail, nós enviaremos imediatamente
2193 para todos os Conselheiros o material recebido. E o material referente ao acompanhamento do
2194 acidente, portanto da REPAR, estará disponível na *Internet*, já esta no *site* do IAP – Instituto
2195 Ambiental do Paraná, e estará no *site* do CONAMA, dentro de aproximadamente uma semana.

2196 A última observação diz respeito à palestra, propriamente dita, agora, do Dr. Shelley,
2197 enquanto Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental do CONAMA e Presidente do
2198 Grupo de Trabalho encarregado de acompanhar e avaliar, não apenas a questão do impacto
2199 ambiental sobre a Baía de Guanabara daquele acidente verificado na Usina de Duque de Caxias,
2200 na planta de Duque de Caxias, em janeiro deste ano, mas se os senhores lembrarem, a
2201 Resolução 265 do CONAMA atribuiu a esse Grupo de Trabalho uma intensa gama de
2202 responsabilidades. É uma responsabilidade extraordinária para o CONAMA, eu digo do ponto de
2203 vista histórico, por que? Porque esse Grupo de Trabalho, hoje, significa uma verdadeira CPI.
2204 Muitas vezes se comentou a eventual semelhança entre o trabalho que o CONAMA, como
2205 Parlamento Ambiental, realiza em relação às atividades do Congresso Nacional. Os senhores
2206 observarão, olhando atentamente esse relatório e o trabalho que vai se desenvolver daqui para
2207 frente, até o final do ano, que esse trabalho tem sido extremamente criterioso. Outros
2208 Conselheiros se manifestarão a respeito dele, afora a exposição do Dr. Shelley, e eu quero
2209 chamar a atenção dos senhores para este fato que nos parece de extrema relevância. O
2210 CONAMA foi incumbido de uma tarefa, uma tarefa de auditoria do que está sendo feito por
2211 todos os Órgãos executores da Política Ambiental do País em relação a indústria de petróleo do
2212 país e está respondendo a este desafio. Se ele estará respondendo à altura ou não, caberá aos
2213 senhores julgar, a partir desta exposição que o Dr. Shelley vai fazer hoje. Eu já antecipo que, na
2214 Reunião do dia 30 de novembro, os senhores terão um relatório extenso, um amplo relatório
2215 deste Grupo de Trabalho que permitirá, ou que deve permitir aos senhores, avaliar quais são as
2216 medidas que, efetivamente, estão sendo tomadas no País, não apenas pela Petrobrás, mas pela
2217 Indústria de Petróleo e Derivados, no que diz respeito ao controle ambiental e às medidas de
2218 prevenção de acidentes que, este ano, foram múltiplos. Eram estas as observações, senhor
2219 Presidente.

2220
2221 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2222

2223 Muito obrigado, Dr. Jair Sarmento. Então, sem mais delongas, por gentileza, Dr.
2224 Shelley Carneiro, Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental do CONAMA, que vai
2225 falar sobre as atividades do Grupo de Trabalho para acompanhamento e avaliação das ações
2226 previstas na Resolução CONAMA 265, conhecido também como Grupo de Trabalho da Baía de

2227 Guanabara e Industria de Petróleo. Dr. Shelley, por gentileza, o senhor tem em torno de 20 a 30
2228 minutos para fazer sua exposição, como negociado arduamente aqui.

2229

2230 **Conselheiro Shelley Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)**

2231

2232 Caro Presidente, caro Jair, senhores Conselheiros, colegas, convidados, é com muita
2233 satisfação que, hoje, eu trago para os senhores um pequeno trabalho que foi desenvolvido pelo
2234 Grupo. Gostaria de dizer que nós não vamos entrar aqui, ainda, em julgamento de valor sobre
2235 esse trabalho, porque ele não está acabado. Nós estamos no meio desse trabalho, que é um
2236 trabalho árduo, um trabalho complicado e um trabalho que nós pretendemos, temos um
2237 compromisso com o CONAMA de trazer na ultima reunião do CONAMA, principio de
2238 dezembro, e eu prometo aos senhores que os senhores vão ter já um grande, substancial e
2239 concreto trabalho do que vem acontecendo com a Industria de Petróleo no Brasil e,
2240 principalmente, naqueles lugares onde nós tivemos aqueles acidentes e que foi a parte mais
2241 importante, que iniciou todo esse processo, que foi o acidente da Baia de Guanabara.

2242

2243 Esse Grupo de Trabalho foi criado em janeiro, através de uma Resolução 265, que foi
2244 publicada em 08 de fevereiro desse ano. A partir daí, o Grupo começou a se organizar e era
2245 necessário que fossem regulamentadas algumas coisas que faziam referencia a real atribuição do
2246 Grupo, a recursos necessários para que o Grupo pudesse se reunir e passar a trabalhar. E isso foi
2247 feito através de uma Portaria do Ministro e nós começamos a nos reunir no dia 19 de junho desse
2248 ano. Foi nosso primeiro encontro, o encontro no Rio de Janeiro, quando a nossa equipe começou
2249 a trabalhar. E eu gostaria, então, de colocar para os senhores, fazer uma seqüência do vem
2250 acontecendo com o Grupo de Trabalho, como é que ele foi organizado, como as coisas estão,
2251 mas sempre tendo o cuidado de dizer que não podemos, ainda, atribuir julgamentos de valor,
2252 porque muitos dos dados que vão nos dar essa condição ainda não foram devidamente analisados
2253 pelo Grupo, mesmo estando a disposição. Nós devemos ter uma tonelada de papel para analisar.
2254 Temos um grupo grande que esta pesquisando, analisando e que vai nos dar subsídio para que a
2255 gente possa, na realidade, avaliar e ter substancias bem concretas de toda uma gama de
2256 informações e de polêmicas que foram criadas durante o trabalho do Grupo. Mas, eu distribui
2257 para os senhores, foi distribuído um pequeno material que eu vou procurar seguir e dar algumas
2258 informações complementares. Como eu tenho só 15 minutos, eu vou procurar ser bem sucinto,
2259 depois ficarei a disposição dos senhores para tirar qualquer duvida. Gostaria só de dizer o
2260 seguinte: primeiro, quanto a composição e a atribuição do Grupo de Trabalho, gostaria de dizer
2261 que este Grupo é composto pela Câmara Técnica de Controle Ambiental, da qual eu sou o
2262 Presidente atual, e, a convite, mais três segmentos, Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e a
2263 Diretoria do CONAMA, através do Dr. Edil, que secretaria, tem uma parte de secretariar todo
2264 esse Grupo. Nós convidamos mais cinco instituições que eu achava importantíssimo estar
2265 conosco nesta discussão: WWF, como a ONG convidada a nível Internacional, nós convidamos a
2266 Agencia Nacional do Petróleo; o Instituto Brasileiro do Petróleo, por uma série de informações
2267 que eles tem que seriam muito importantes ao Grupo; nós temos o Ministério de Industria e
2268 Comercio; Ministério de Minas e Energia, que participa conosco ativamente neste processo, e
2269 temos o IBP. Então, são cinco elementos a mais, completando 15 no nosso Grupo. Gostaria de
2270 dizer que, nesses tempos, em todas as reuniões que nós participamos, nós tivemos mais de 90%
2271 de todas as pessoas que participam presentes e, é impressionante, nós passamos três dias num
2272 local em reunião. Nós começamos o primeiro dia, às 7 horas, falando com a sociedade, fomos até
2273 10 horas; no dia seguinte, fazer uma visita a Petrobrás e temos uma reunião do Grupo no sábado,
2274 e as pessoas falam: precisa de mais um dia, mas você olha para a cara das pessoas no sábado e é
2275 praticamente impossível, humanamente impossível tirar mais desse Grupo, quer dizer, o Grupo
2276 esta se dando totalmente ao trabalho. Eu queria agradecer a todos os componentes do Grupo pelo
2277 tempo que estão desprendendo, principalmente pelos órgãos que eles estão representando, pelo
2278 apoio que tem dado a todo o Grupo. Mas, esses membros, nós criamos um sistema de trabalho no
2279 Grupo, partiu principalmente de um nivelamento de conhecimento, quer dizer, a maioria dessas
pessoas do Grupo não são pessoas da área petrolífera, muito deles tem contato com petróleo na

2280 hora de por gasolina no carro, mas entendem muito pouco da matriz energética, do problema
2281 petrolífero Brasileiro. Então, a idéia nossa era, principalmente, nivelar um pouco o conhecimento
2282 e que as pessoas tivessem um conhecimento maior sobre o sistema petrolífero nacional. E, para
2283 isso, o primeiro trabalho foi, exatamente, nivelar esse conhecimento nos locais de trabalho, onde
2284 a Petrobrás tinha suas maiores instalações no País. E, em segundo lugar, nós entraríamos numa
2285 parte do Grupo de Trabalho, de produção de um documento final que seria apresentado ao
2286 CONAMA. São reuniões de trabalho que o Grupo está tendo, paralelamente a essas reuniões que
2287 nós temos feito, em outros Estados, visitando outras instalações da Petrobrás.

2288 Bem, as atribuições substantivas do Grupo, elas estão analisadas na primeira pagina do
2289 documento e elas se baseiam, principalmente, na Resolução do CONAMA. São aqueles itens da
2290 Resolução de acompanhar, avaliar impacto ambiental do acidente da Baía de Guanabara e de
2291 toda a Indústria Petrolífera do País. Eu gostaria de colocar uma coisa que é importante dizer:
2292 surgiu uma discussão muito grande, porque a Resolução não é clara, ela deixa alguns...final da
2293 fita.....será que seriam só até refino do petróleo? Ou, de acordo com o que está aqui, nós
2294 teríamos que analisar, também, algumas linhas dessa cadeia produtiva do petróleo com mais
2295 detalhes? Então, isso foi uma das coisas muito discutidas no Grupo: até aonde ir. E resolvemos
2296 que alguns Pólos Petroquímicos, como o de Camaçari, seriam avaliados, aproveitando que o
2297 Grupo está organizado, alguns quatro, cinco Pólos, que estão mais concentrados no País, seriam
2298 avaliados também. Mas, é praticamente impossível você pegar toda a cadeia de petróleo e fazer
2299 uma avaliação, nós ficaríamos a vida toda e não conseguiríamos chegar a um denominador
2300 comum no fim disso. O grande trabalho, então, que foi feito hoje, foi, principalmente, no sistema
2301 Petrobrás, mas não só no sistema Petrobrás, nós estivemos na Ipiranga, vamos estar na Shell,
2302 vamos estar em todo o sistema petrolífero conversando com toda essa cadeia. Discutimos muito,
2303 também, se distribuição entraria nisso ou não, a BR-Distribuidora e outras coisas. Discutimos
2304 muito até que ponto nós iríamos e o que seria visto. Tudo isso foi analisado muito pelo Grupo
2305 antes de começar a trabalhar, esses itens da Resolução CONAMA que são genéricos, muitas
2306 vezes, e precisam de interpretação maior.

2307 Bem, gostaria de dizer que nós fizemos cinco viagens. Estivemos no Rio de Janeiro do
2308 dia 19/06 a 21/06/2000. Gostaria de dizer também que, nestes três dias que nós estivemos no
2309 Rio, nós seguimos sempre este programa de trabalho, quer dizer, um primeiro dia de reunião
2310 com toda a sociedade, e no Rio nós tivemos, só para os senhores terem idéia, conversamos com a
2311 Petrobrás, com a Superintendência de Saúde e Segurança da Petrobrás, a TRANSPETRO, Dutos
2312 e Terminais do Sudeste, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da Petrobrás. Em outro
2313 momento, nós tivemos encontro com as Prefeituras Municipais de Duque de Caxias, Magé e
2314 Niterói. Tivemos um encontro com as Organizações Não Governamentais, as ONGs, as
2315 principais ouvidas foram a APEDEMA, os Verdes, o Instituto Brasileiro de Petróleo, IBP, a
2316 UNIVERDE e o CREA do Rio de Janeiro. Nós tivemos, também, o quarto encontro com as
2317 entidades dos Governos Federal e Estadual, o IBAMA do Distrito Federal e do Rio de Janeiro, a
2318 FEEMA, a Secretaria de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e, por fim, tivemos o ultimo
2319 encontro com o Ministério Público que foi um encontro para fechar todos esses encontros.
2320 Começamos a reunião às 8.30 horas, no Rio de Janeiro, e terminamos, aproximadamente, às
2321 10:00 horas da noite.

2322 Bem, depois de ouvir, e nós temos essas declarações, esses documentos que foram
2323 entregues por todas essas empresas, que já tinham trabalhos elaborados, e muito documento que
2324 foi entregue ao Grupo, nós passamos para uma segunda parte, seguindo esse mesmo roteiro. O
2325 segundo encontro nosso foi para visitar Natal, Rio Grande do Norte, que também tem uma base
2326 da Petrobrás importante, e nós seguimos a mesma metodologia. Pouco depois, estivemos em
2327 Porto Alegre, Rio Grande do Sul, e depois em Salvador, na Bahia. Uma base de 40 a 50 pessoas
2328 por reunião, participando, envolvidas diretamente nos processos petrolíferos da região.

2329 Bem, depoimentos dos convidados em outros Estados, eu gostaria de citar alguns deles:
2330 entidades de Governo Estadual e Federal sempre tiveram presentes; Ministério do Meio
2331 Ambiente; a Fundação Estadual de Proteção ao Meio Ambiente, FEPAM, do Rio Grande do Sul;
2332 o Centro de Recursos Ambientais – CRA, da Bahia; Agência Nacional de Petróleo, etc. Algumas

2333 Prefeituras que nós tivemos contato: de Guamaré, no Rio Grande do Norte; de Mossoró, no Rio
2334 Grande do Norte; Porto Alegre, no Rio Grande do Sul; Imbé, Rio Grande do Sul; Canoas, Rio
2335 Grande do Sul; Camaçari e Madre de Deus, na Bahia, que eu vou pegar um pequeno pedaço para
2336 fazer uma pequena observação no final das minhas colocações. Em terceiro, as Organizações
2337 Não Governamentais, algumas delas foram ouvidas: a Fundação Rio do Carmo, no Rio Grande
2338 do Norte; Gavaçú, no Rio Grande do Norte; ASPOAN, no Rio Grande do Norte; ASPAN,
2339 Guamaré, no Rio Grande do Norte; ATROPEVALE, Açu, no Rio Grande do Norte; Sindicato
2340 dos Petroleiros, Rio Grande do Sul e Bahia; AGAPAN, Rio Grande do Sul; Núcleos dos Amigos
2341 da Terra, Rio Grande do Sul; Centro de Estudos Ambientais – CEIA, no Rio Grande do Sul;
2342 ASCAPAN, no Rio Grande do Sul; SEA SHIPPER, no Rio Grande do Sul; GAMBA, Bahia;
2343 GERME, na Bahia, e Calango, na Bahia. Ministério Público da União, Rio Grande do Norte, Rio
2344 Grande do Sul e na Bahia.

2345 Tivemos um encontro com o Bureau Veritas que está fazendo o trabalho de Gestão
2346 Ambiental e de Licenciamento, principalmente de Gestão Ambiental, dentro da Petrobrás, que
2347 está ajudando a Petrobrás, e esse é um dos assuntos que eu gostaria de colocar para os senhores
2348 também, é a definição dessas auditorias e, principalmente, a definição do Sistema de
2349 Licenciamento Ambiental que a Empresa está sofrendo, quer dizer: Quais as metodologias que
2350 seriam aplicadas? Cada empresa apresenta sua metodologia ou nós teríamos uma metodologia
2351 básica de fiscalização?

2352 Petróleo Brasileiro, a Superintendência de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, a
2353 TRANSPETRO, no Sudeste; exploração e produção no Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte
2354 e Ceará; na Região do Sul, a BR – Distribuidora; Landulfo Alves, na Bahia; Refinaria Ipiranga;
2355 Distribuidora Ipiranga e a Companhia Petroquímica do Nordeste, a COPENE. Bem, dito isso, só
2356 para os senhores verem as dificuldades, porque eu citei algumas pessoas presentes, mas foram
2357 discussões com verdadeiras pequenas, mini Audiências Públicas, em que os Sindicatos, a
2358 Petrobrás e etc, tinham liberdade de colocar e fazer as suas apresentações e a gente procurava
2359 conciliar trazendo ao Grupo informações que seriam úteis no nosso produto final, que é o
2360 relatório que nós vamos fazer e deveremos entregar aos senhores no fim do ano.

2361 Bem, os resultados alcançados e os próximos passos para continuar a implementação da
2362 Resolução. Se eu fosse ler isso tudo, os quinze minutos que me foram dados não seriam
2363 suficientes, então eu vou pular alguma coisa e dizer alguma coisa mais importante em relação a
2364 isso, para que os senhores tomem conhecimento e, na próxima reunião, eu prometo que vou
2365 pedir umas duas horas, para que a gente possa, na realidade, apresentar esse documento com
2366 todos os detalhes necessários e com a participação de todo o Grupo de trabalho. Mas, eu gostaria
2367 de colocar que alguns itens aqui foram muito discutidos por todo o Grupo e que algumas coisas
2368 ficaram claras para mim, nessas discussões. Em primeiro lugar, nós estamos falando em um dos
2369 itens aqui, diz, principalmente, sobre a necessidade da sociedade se unir para ter um Plano de
2370 Prevenção e, na realidade, uma das coisas que a gente nota, é que o nosso País ainda tem
2371 dificuldades de ter um Plano desse tipo, exatamente porque ela é muito desarticulada. Os
2372 municípios, muitas vezes, não falam a mesma linguagem do Governo Federal. O Governo
2373 Federal não fala a mesma linguagem do Estado. E para que a gente tenha um Plano de
2374 Contingência que seja adequado e que, na realidade, funcione numa hora de emergência, isso é
2375 muito importante, essa integração. Um dos trabalhos que eu notei muito, é que essas reuniões
2376 levaram a Petrobrás, os Órgãos de Estados e os Municípios, principalmente, a se interagirem de
2377 uma maneira muito grande nesses lugares que nós fomos. Quer dizer, houve reuniões paralelas
2378 entre os próprios Municípios e a Petrobrás. Alguns processos que já estavam em andamento,
2379 como organizações emergenciais para petróleo, em algumas regiões, principalmente no sul, Rio
2380 Grande do Sul, que estavam, não vamos dizer mortas, mas pouco agilizadas, passaram a ser
2381 agilizadas por um processo de participação e de vontade de todos os membros, e isso é muito
2382 bom. Eu acho que, a hora que a gente vê que a coisa começa, isso é uma gratificação muito
2383 grande ao Grupo, quando a gente vê que as coisas começam a criar forma dentro desse sistema
2384 que foi montado. Não conseguimos tudo ainda, mas muita coisa foi agilizada pelo Grupo nos
2385 seus questionamentos, principalmente, nas suas colocações, nos vários órgãos e nos vários

2386 setores que estão ali representados. Outra coisa que eu gostaria de citar é o problema de Madre
2387 de Deus. Gostaria depois que um dos membros do Grupo colocasse para os senhores que o
2388 Grupo detectou uma situação de alto risco para a população que mora naquela Ilha na Bahia. Um
2389 grande perigo que as pessoas que moram naquela Ilha passam, por falta de um zoneamento
2390 adequado e, principalmente, uma separação dos dutos que estão em Madre de Deus da população
2391 que mora naquela Ilha. Para vocês terem uma idéia, nós vimos, pessoalmente, tubos passarem
2392 praticamente dentro de casa, das casas das pessoas. Talvez eu esteja exagerando, mas se não
2393 passou dentro, passa agarrado dentro das paredes das casas e etc. Então, isso chamou a atenção
2394 do pessoal. Isso foi levantado com a Petrobrás e eu tenho certeza que, hoje, o Governo da Bahia,
2395 a Petrobrás, fizeram, - e eu estou sabendo disso, porque eu estou sendo avisado de todos esses
2396 passos, amanhã, inclusive, tem uma reunião importantíssima na Bahia que vai trazer uma nova
2397 maneira de enfrentar esse problema. Mas eu tenho certeza que as coisas vão mudar
2398 substancialmente. A Petrobrás, praticamente, tomou uma atitude de mudar o que estava em
2399 Madre de Deus, e isso é importante, e uma das coisas que me chamou a atenção também é que o
2400 Estado da Bahia, junto com a Petrobrás, tomaram Plano de Ação e de Mobilização de toda a
2401 sociedade. Não é fácil porque, quando a sociedade foi para lá, já existia a tubulação da Petrobrás,
2402 já existia, foram tomando espaço e hoje é uma situação de risco eminente, uma situação
2403 perigosíssima na região. Bem, vimos vários assuntos também que nós não sabemos, como
2404 vários vazamentos que a imprensa não deu e não colocou. Nós estivemos conversando com as
2405 ONGs, conversando com os Estados, conversando com o IBAMA da região e nós tivemos
2406 acesso a uma série de informações que a mídia não dá e que nós não sabíamos e que isso tudo
2407 vai estar relatado para os senhores, detalhadamente, no nosso Relatório Final.

2408 Uma das coisas que eu queria chamar também a atenção, é que se critica muito o
2409 IBAMA, mas eu tive na Bahia um exemplo claro do que é a gente colocar aqui nas Resoluções.
2410 Eu vejo na Resolução assim: “é de responsabilidade do IBAMA”, “é de responsabilidade do
2411 IBAMA”, mas ninguém dá recursos para o IBAMA fazer nada, dinheiro não tem. Então, o
2412 IBAMA fica com recurso pequeno para fazer todo um mundo de fiscalização no Brasil. Um
2413 exemplo disso foi a Bahia, em que o IBAMA tem hoje, na Bahia, um barco velho para fiscalizar
2414 toda a costa da Bahia e, principalmente, com condições de pesca predatória, de problema da
2415 própria Petrobrás, de produção em alto mar, *off shore*, quer dizer, uma série de problemas
2416 preocupantes e se, na realidade, não houver dinheiro para que isso aconteça, dificilmente nós
2417 vamos ter uma atuação maior daquele Órgão, como nós cobramos muitas vezes ou como, muitas
2418 vezes, é criticado por todos nós. Não estou tirando aqui e defendendo o IBAMA, nem estou aqui
2419 para defender o IBAMA. Eu acho que o Grupo tem batido muito no IBAMA, tem falado com o
2420 IBAMA, francamente, na cara, aquilo que não está sendo feito e vamos fazer assim. Eu não
2421 tenho ligação nenhuma com o IBAMA, entende, estou totalmente, não preciso do IBAMA, não
2422 tenho nenhuma ligação com o IBAMA, estou aqui representando a Confederação Nacional do
2423 Industria, posso dizer o que eu bem entendo e o que eu ver, e o Grupo está vendo que está
2424 errado, esta sendo colocado de uma maneira franca, de uma maneira objetiva, procurando, na
2425 realidade, resultados que sejam os melhores para a sociedade e é isso que nós esperamos, no
2426 final desse trabalho, que seja feito.

2427 Gostaria também de dizer que a nossa função é, sim, verificar se o que esta aqui na
2428 Resolução vai ser cumprido. Não adianta nada a gente ter um mundo de papel e, depois, isso não
2429 ser fiscalizado e não ter um acompanhamento. É um trabalho que não vai terminar com o Grupo
2430 de trabalho. É um trabalho que vai se prolongar ao longo de muito tempo ainda, porque ele é
2431 necessário, principalmente, na sua fiscalização, no seu acompanhamento ao longo do tempo.
2432 Para os senhores terem uma idéia, as auditorias ambientais que estão sendo discutidas e que
2433 foram apresentadas pela Petrobrás e por algumas empresas já, como Ipiranga e outras empresas
2434 de petróleo, e que estão sendo analisadas pelo Grupo, alguns dos casos vão até o ano 2006, quer
2435 dizer, existe uma serie de medidas que, ao longo do tempo, vão ser feitas e vão ser
2436 acompanhadas pelo órgão que vai fiscalizar, que é o IBAMA, principalmente, que está nessa
2437 jogada. Mas é muito importante que o IBAMA e os Órgãos de Estados. Eu não estou querendo
2438 tirar, desculpe. Eu estou falando IBAMA porque o IBAMA estava junto conosco, mas os Órgãos

2439 de Estados tem uma função fundamental nisso. É um trabalho em conjunto. Eu acredito que nem
2440 IBAMA, nem Estado, nem Municípios, se não estiverem juntos, vão conseguir resultados muito
2441 bons. Isso é um trabalho de integração que nós temos que bater muito para que ele seja realmente
2442 eficaz. Senão não vai dar certo mesmo. Senão nós vamos ver que o que vai acontecer, como
2443 muitos dos grandes projetos que nós temos aqui, que discutimos, discutimos e, depois, ninguém
2444 cumpre, ninguém leva para frente e a coisa morre com o tempo. E uma das sugestões do Grupo
2445 é, exatamente, evitar que isso aconteça, criando uma coisa dinâmica, uma coisa viva ao longo do
2446 tempo, que traga resultados e resultados que, na realidade, possam ser acompanhados pelo
2447 CONAMA e possam, continuamente, ser trazidos aqui para que a gente tenha informações
2448 constantes sobre o que esta acontecendo ao longo deste tempo. Seis anos, sete anos, vão demorar
2449 muito dos projetos que estão sendo feitos ai, alguns são mais rápidos, mas outros demandam
2450 grandes investimentos e delongam tempo maior e resultados que nós esperamos que sejam bons.

2451 Muito bem, eu sei um pouco do que o que eu tinha que falar aqui. Deixa eu ver só se eu
2452 esqueci alguma coisa. Eu tenho um minuto para terminar, mas eu vou usar esse minuto. Eu
2453 gostaria de dizer só, nós temos ainda pela frente, dentro do nosso cronograma, mais três viagens
2454 que nós vamos fazer e, o resto das reuniões, estão todas elas aqui na ultima pagina desse material
2455 que os senhores receberam, quer dizer, nós vamos ao Estado de São Paulo, agora, para uma
2456 próxima reunião; vamos voltar ao Rio, que nós temos ainda que completar o Rio com as outras
2457 unidades petrolíferas do Rio, nós só fomos à Petrobrás e nós temos um mundo de industrias no
2458 Rio de Janeiro; e vamos fechar ainda em um Estado, que talvez seja em Curitiba ou outro Estado.
2459 Pela gravidade do problema de Curitiba, talvez nós estejamos lá dois dias para conversar. O caso
2460 de Curitiba aconteceu depois que o nosso programa já tinha sido marcado, ai aconteceu o
2461 problema de Curitiba e ele não entrou. E, em terceiro lugar, dizer que nós teremos varias
2462 reuniões de três dias, aqui em Brasília, onde o Grupo vai arregaçar as mangas para completar
2463 esse trabalho. Só para encerrar, é importante dizer que eu gostaria de fazer público aqui, porque
2464 na Portaria que foi assinada pelo Ministro nos foi dado um pequeno recurso, para que a gente
2465 pudesse contratar algumas pessoas para nos ajudar, e que seriam consultores que avaliassem essa
2466 papelada toda que nós temos e pudessem nos dar um suporte que é muito material. Mas nós não
2467 tivemos esse recurso ainda, então nós estamos brigando para que isso chegue. Pelo menos, não é
2468 preciso que chegue muita coisa não, porque, até agora, todo esse gasto com esse Grupo de
2469 trabalho esta sendo feito pelas Instituições que nós representamos. Não tem nenhum gasto feito
2470 ai pelo Governo Federal, não nos foi dado um tostão sequer para se fazer esse trabalho. Muito
2471 bem, mas isso é muito importante e eu gostaria de fazer isso público, porque eu estou vendo uma
2472 dificuldade tremenda da gente conseguir consultores que nos ajudem a trabalhar esse mundo de
2473 material técnico que nós temos hoje e que vão ser muito úteis para nós.

2474 Gostaria de dizer, também, que o trabalho do Ministério do Meio Ambiente, na ajuda
2475 que tem dado a nós, é muito grande, em todos os sentidos, tanto na Secretaria de Qualidade,
2476 quanto na equipe do Dr. Jair, que esta aqui presente, quer dizer, há um empenho tremendo das
2477 pessoas, mas se a gente não conseguir recursos, nós vamos ficar muito prejudicados na qualidade
2478 desse documento final que nós teremos que apresentar.

2479
2480 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2481

2482 Eu queria agradecer ao Dr. Shelley, não só a sua apresentação como, também, o seu
2483 esforço, e já estou cobrando ao Dr. Jair aqui que verifique essa questão desses recursos, porque,
2484 senão, nós vamos ficar, realmente, com prejuízos que são inaceitáveis.

2485 Eu tenho pedido aqui de dois membros da Câmara Técnica, o Dr. Célio França, do
2486 Ministério das Minas e Energia, que eu chamaria, por gentileza. Eu vou pedir a vocês para se
2487 aterem a três minutos e, depois, o Dr. Durval Olivieri. Mas nós temos um convidado do
2488 Ministério da Integração que tem que fazer uma apresentação e tem tempo limitado, e nós não
2489 podemos, inclusive há a idéia de nem termos um debate agora. Se alguém tiver uma pergunta
2490 muito insistente, que faça a posteriori. Mas vamos ouvir os membros da Câmara Técnica. Por
2491 gentileza, Dr. Célio.

2492

2493

2494

Conselheiro Célio Francisco França, (representando o Ministério de Minas e Energia)

2495

2496

2497

2498

2499

2500

2501

2502

2503

2504

2505

2506

2507

2508

2509

2510

2511

2512

2513

2514

2515

2516

2517

2518

2519

2520

2521

2522

2523

2524

2525

2526

2527

2528

2529

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

2531

2532

2533

2534

2535

2536

2537

Conselheiro Durval Olivieri (Representante do Governo do Estado da Bahia)

2538

2539

2540

2541

2542

2543

2544

Senhor Presidente da Mesa, meus caros Conselheiros do CONAMA e visitantes, é com muita satisfação que lhes dirijo a palavra e dando uma confirmação a historia muito bem contada por Célio França, faltou ele dizer algumas coisas: primeiro, que o relatório que ele se comprometeu fazer, teve um paralelo dentro do Governo do Estado, porque alguns companheiros, além do Coronel Sarkis, não conseguiram dormir os dois dias subseqüentes sem o sonho de uma possibilidade, realmente, caótica. E nós estamos aqui num Conselho de Meio Ambiente, mas é bom que diga que o Brasileiro, como povo, esta agora aprendendo sobre o

2545 Meio Ambiente, sobre a poluição, sobre os danos do óleo na Baía de Guanabara, no Paraná, mas
2546 o brasileiro já sabe, há muitos anos, o caos que significam vidas humanas em grande escala,
2547 então seria, realmente, uma coisa fantasmagórica, um fato ambiental com repercussão direta na
2548 pessoa, sobre tudo nas pessoas marginalizadas na nossa sociedade. Então, a Petrobrás deve ser
2549 reconhecida como capaz de reagir bem a essas provocações, como empresa. Afinal é a nossa
2550 maior empresa brasileira e são todos técnicos muito dedicados e, em grupo de mais de 25
2551 funcionários, foram ao Governo do Estado e declararam que não tinham culpa da vinda das
2552 pessoas. Um município que foi iniciado com três mil, quatro mil pessoas, estava com 12 mil
2553 pessoas, 6 mil a mais. Bom, o fato é que existem milhares de pessoas expostas a algum tipo de
2554 risco excessivo. Até falaram a limitação também política, porque, estando em fase de eleições,
2555 não poderiam agir, então o Governo do Estado não tem impedimentos de eleições e, até por uma
2556 questão de emergência, entrevi e acho eu que devem estar sendo realmente encaminhadas
2557 soluções estruturais e estruturantes para eliminar, pelo menos, a fase inadmissível do risco. O
2558 risco daquelas instalações sempre existirá, mas o grau de exposição pode ser perfeitamente
2559 reduzido, na nossa opinião.

2560 Eu gostaria de aproveitar o momento para fazer um elogio ao senhor Ministro do Meio
2561 Ambiente, pela clarividência no encaminhamento de uma solução para esse problema numa hora
2562 que aconteceu o primeiro fato, não apenas limitando ao fato, mas a todo País e sob a forma de
2563 uma Grupo de Trabalho do CONAMA. Eu vejo que essa forma participativa vai deixar uma série
2564 de atos positivos, como já está deixando, estruturantes, e nos está ensinando também a trabalhar,
2565 o que nós não sabemos, no Brasil, que é organização social ser capaz de obter Governança, ou
2566 seja, um sistema mais amplo de Gestão e que o Governo tenha o seu papel, mas não o único,
2567 como sempre o Brasileiro esperou. Então, eu vejo como positivo, por exemplo, que estas
2568 reuniões resultaram numa compreensão por parte dos sindicatos, tanto daqueles mais inflamados,
2569 como aqueles menos inflamados, a buscarem a Petrobrás, não como um inimigo e continuarem
2570 trocando farpas em público, como houve nas primeiras reuniões, e sim para passarem
2571 informações privilegiadas, porque os trabalhadores da Petrobrás têm as informações dos pontos
2572 de debilidades, às vezes com muito mais perfeição, por intermédio dos Sindicatos, do que
2573 aquelas que eles conseguem, até porque a estrutura burocrática não lhes possibilita, através das
2574 linhas normais da empresas. Então, isso já é uma conquista que foi provocada pelo Grupo. O
2575 outro aspecto e final, é que não seria possível ao Shelley se auto elogiar, mas ele é um indivíduo
2576 em extinção neste País, porque a sua resistência física é muito grande, porque ele quando diz que
2577 o Grupo não resiste, começando àquela hora e terminando a outra, ele é quem fica, por ser um
2578 centralizador, na Presidência dessa mesa, tempo integral. Ele, na verdade, é muito democrático
2579 no espírito de obter as observações de todos, mas nunca cedeu o bastão para qualquer um dos
2580 componentes do Grupo. Uma vez, somente, para o José Edil, quando ele estava, realmente,
2581 exausto ou tinha que fazer uma declaração para a Televisão. Também, ele não se furtou a
2582 qualquer exposição pública na opinião nacional, e sabendo como todos os poderes, esses guarda-
2583 chovas antigos, essas oligarquias que existem no ar brasileiro sobre a questão da Petrobrás, e
2584 Ministro e Grupos de Trabalho e ONGs, etc., ele nunca se furtou a se expor até uma condenação
2585 interna e externa, ao falar com calma e com equilíbrio pacifista, harmonioso, na Televisão
2586 Brasileira.

2587 Então, esse elogio para o Shelley, eu acho, que é feito em meu nome, e eu tenho a
2588 esperança que esteja falando também em nome do Grupo.

2589
2590 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

2591
2592 Que eu estenderia a todo o Plenário do CONAMA.

2593
2594 **Conselheiro Durval Olivieri** (*Representante do Governo do Estado da Bahia*)

2595
2596 Ao Plenário do CONAMA. Bom, eu não tinha essa pretensão. Eu encerro, apesar de nós
2597 estarmos trabalhando uma questão extremamente difícil, em todos os momentos. Acontecia o

2598 acidente do Paraná, quando nós tínhamos a missão de executar uma reunião tática no Rio Grande
2599 do Sul, que continuou com toda a sua paz, apesar da gente saber que estava acontecendo alhures
2600 um problema que transcendia àquelas questões. E eu acho que isso tudo se deve ao equilíbrio do
2601 nosso Presidente Shelley. Ele merece esse elogio. Parabéns, Shelley. Obrigado.

2602
2603 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2604

2605 Muito obrigado, Dr. Durval, e muito obrigado ao Dr. Shelley,.....Fim da Fita.....
2606Ministério da Integração Nacional, para que tome assento à Mesa e nos faça a exposição
2607 prevista sobre o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. Por gentileza, Dr.
2608 Rômulo, seja muito bem vindo.

2609
2610 **Conselheiro Rômulo Macedo** (*Ministério da Integração Nacional*)
2611

2612 Presidente, Senhor Secretário, Senhores Conselheiros, boa tarde. Inicialmente, eu
2613 gostaria de agradecer a oportunidade de estar expondo aqui este importante projeto, neste
2614 importante fórum que é o CONAMA. Dizer que o Ministério da Integração Nacional, no último
2615 ano, tem feito um esforço muito grande para levar ao conhecimento da sociedade o Projeto de
2616 Transposição de Águas do Rio São Francisco e, nesse último ano, nós já tivemos a oportunidade
2617 de fazer mais de cem exposições. Os técnicos do Ministério que estão encarregados de conduzir
2618 este projeto já fizeram mais de cem exposições sobre o projeto em todo país. O curioso é que, a
2619 proporção que nós vamos fazendo estas exposições, a gente vai notando que há uma diferença
2620 muito grande entre o projeto real da transposição e o projeto que boa parte das pessoas tem na
2621 cabeça. Eu acredito, evidentemente que este não é o caso dos senhores aqui, mas me parece que a
2622 palavra transposição, que começou a ser utilizada no começo dos anos 80 para este projeto,
2623 deixou passar para a cabeça das pessoas de que haveria um desvio do Rio São Francisco, através
2624 de um canal que seria escavado em direção ao Nordeste setentrional e, evidentemente, um
2625 projeto com estas características e com esta dimensão, seria um projeto de grandes proporções e
2626 também muito impactante. Mas o projeto de transposição é um projeto de captação e adução de
2627 água como qualquer outro projeto com essas características.

2628 Nós planejamos esta palestra para fazer em duas partes: a primeira é esta que eu vou
2629 fazer, em seguida, para tentar mostrar para os senhores aqui a inserção regional do projeto, da
2630 engenharia e da sua avaliação econômica financeira e, em seguida, eu vou convocar o técnico da
2631 empresa Jakko Poury, Coordenador do EIA RIMA, para fazer uma rápida exposição sobre os
2632 aspectos ambientais do projeto.

2633 Bom, como os Senhores sabem, cerca de 12% da água do mundo inteiro, da água doce
2634 do mundo inteiro, se situa no território brasileiro. É o país com a maior disponibilidade de água
2635 doce do mundo. Só que esta água está muito concentrada no território, só na Bacia Amazônica
2636 está 68% de toda a disponibilidade hídrica existente no Brasil e o Nordeste Brasileiro, que tem
2637 30% da população, só dispõe de 3% da água do País. Cerca de 70% desses 3% de água existente
2638 no Nordeste está no Rio São Francisco.

2639 Eu vou falar um pouco, agora, sobre as características da Região Semi-árida Brasileira.
2640 A Região Semi-árida Brasileira, de todas as regiões semi-áridas existentes no mundo, o Semi-
2641 árido Brasileiro é a região que mais chove, tem as maiores precipitações pluviométricas. O
2642 problema da região semi-árida é, justamente, a estrutura temporal dessas precipitações. A
2643 distribuição temporal de chuvas se dá, 90% dela se dá em seis meses, sendo que desses 90%,
2644 70% se concentra em três meses do ano. Então, há uma alta concentração de período chuvoso e
2645 períodos secos anuais e também interanuais. Esta é a característica da distribuição temporal das
2646 chuvas no Nordeste.

2647 Uma outra característica é que é uma das regiões do mundo com maiores taxas de
2648 evaporação. Em média, no Nordeste Brasileiro, se dá uma evaporação entre 2.500 a 3.000
2649 milímetros/ano. Aqui na altura da Barragem Epitácio Pessoa, na Paraíba, tem um evaporímetro
2650 onde se constatou, através de medição em vários anos, uma evaporação de 2.400 mm, mais ou

2651 menos 2.350 milímetros por ano. Como diz o pessoal da região, é uma região que chove mais
2652 para cima de que para baixo, porque aí chove cerca de 750 milímetros por ano.

2653 Outra característica são os períodos muito prolongados de seca. Aqui está uma figura
2654 que mostra a ocorrência das secas no semi-árido brasileiro. Nesta parte em amarela aqui, quando
2655 ocorre uma seca no Nordeste, 40% das vezes ocorre também aqui nesta região. Já dentro deste
2656 anel aqui, ela ocorre de 40% a 80% das vezes, mas sempre que ocorre uma seca prolongada no
2657 Nordeste Brasileiro, ela ocorre nesta parte em vermelho aqui. Pois é justamente para aí que está
2658 direcionado o Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco.

2659 Uma outra característica do semi-árido setentrional, semi-árido como um todo, é o seu
2660 embasamento geológico. É muito comum as pessoas dizerem “mas o Nordeste nada num mar de
2661 águas subterrâneas.” Isso é verdade quando se trata de algumas regiões do Estado do Piauí, da
2662 Bahia, mas no caso do Nordeste Setentrional, 80% da região é formada pelo embasamento
2663 cristalino. A água corre em fendas geológicas com baixa capacidade de oferta hídrica, baixas
2664 vazões, quando se faz poços nestas fendas, e na maior parte das vezes, em algumas regiões, essa
2665 água se apresenta com altos teores de sais. Então, quando muito, no cristalino, se pode usar essa
2666 água, se deve continuar usando essa água como uma solução localizada, nunca para se resolver
2667 um problema regional.

2668 Por outro lado, a parte de sedimento, que constitui 20% da região, do território do Semi-
2669 árido Nordestino, geralmente os aquíferos existentes são aquíferos confinados a grandes
2670 profundidades, como esse principal aquífero da região que é o Aquífero Açú. É um aquífero
2671 confinado a cerca de 800 metros de profundidade e que tem uma baixa capacidade de recarga
2672 desse aquífero. A utilização desse aquífero, em algumas regiões lá do Ceará e do Rio Grande do
2673 Norte, como, por exemplo, a cidade de Mossoró, quando se iniciou a exploração desse aquífero,
2674 nos anos 50, os primeiros poços perfurados possibilitavam o jorramento de água a 40 metros de
2675 altura, porque havia, o aquífero estava confinado lá em baixo. Então, furaram os poços a cerca de
2676 800 metros de profundidade e os poços jorravam a 40 metros de altura e aí passou a todo um
2677 processo de aproveitamento dessa água, através de 16 poços, para abastecer a cidade de
2678 Mossoró, uma cidade com 230 mil habitantes, e se capta essa água desses mesmos poços hoje, a
2679 cerca de 240 metros de profundidade, criando verdadeiros buracos hidráulicos, provocando
2680 alívios nesses aquíferos e uma perigosa situação de contaminação desses aquíferos, de aquíferos
2681 superiores, com altos teores de sais e também por óleo, o petróleo existente acima desse
2682 aquífero. Então, a questão da água subterrânea no Nordeste Setentrional, ela pode ser
2683 considerada como oferta hídrica, não tão garantida como a oferta superficial, e que ela pode
2684 resolver problemas de demandas localizadas, nunca para resolver um problema regional.

2685 Bom, os senhores sabem que numa região com essas características do Semi-árido
2686 Nordestino, não se pode viver sem se construir açudes. Os açudes são os silos de água para se
2687 enfrentar os períodos críticos de seca, os períodos anuais e os períodos interanuais. Então, o
2688 DNOCS, que foi a maior Agência de Desenvolvimento da região, construiu perto de mil açudes
2689 entre médio e grande porte no Nordeste Brasileiro. Na verdade, existem perto de 60 mil açudes, a
2690 grande maioria deles de pequeno porte, que hoje funcionam muito mais como evaporímetros,
2691 como uma forma de aumentar as perdas de água do Nordeste. Mas estes açudes, os principais
2692 açudes construídos e que estão em construção, como Orós, Castanhão, Santa Cruz e Armando
2693 Ribeiro Gonçalves, eles só podem ofertar a região, hoje, cerca de 65 metros cúbicos por segundo
2694 de água, com 99 % de garantia. Ou seja, a única garantia que se tem lá de água é de 65 metros
2695 cúbicos de água por segundo, é tudo que estes açudes todos podem ofertar.

2696 Bom, a questão da demanda hídrica. Durante os dois últimos anos, elaboramos estudos
2697 exaustivos sobre a questão da oferta e da demanda hídrica, açude por açude, bacia por bacia,
2698 município por município, levantamos todas as ofertas e todas as demandas. As demandas que
2699 ocorrem na região são, principalmente, para abastecimento humano, para a indústria e, também,
2700 para a irrigação. Confrontando as demandas com as ofertas se caracteriza, então, a necessidade
2701 de se fazer a irrigação, o Projeto de Transposição. Os Projetos de Transposição geralmente são
2702 feitos quando estas situações ocorrem. No mundo inteiro sempre foi assim. Sempre foi uma
2703 técnica, um artifício da gestão de recursos hídricos para resolver problemas de desequilíbrio

2704 entre a oferta e demanda. Então, esse desequilíbrio entre oferta e demanda foi verificado nesses
2705 estudos feitos pelo Ministério da Integração Regional nesses últimos dois anos.

2706 Uma outra coisa, também, são os programas emergenciais que ocorrem no semi-árido
2707 Brasileiro. Nos últimos trinta anos, só o Governo federal investiu, ou a palavra certa seja, gastou,
2708 perto de 16 bilhões de dólares com programas emergenciais no Semi-árido Brasileiro. Isto dá,
2709 mais ou menos, um bilhão de reais por ano, em média. Só nessa seca de 98 a 2000 foi gasto 2,2
2710 bilhões de reais.

2711 Então, em decorrência destes estudos feitos recentemente, que levantou todas as ofertas
2712 de água com garantia na região setentrional e as demandas futuras em cenários prospectivos, nós
2713 chegamos à conclusão de que, por volta do ano 2006, 2007, vai haver um empate, mais ou menos
2714 um empate, entre oferta e demanda de água na região. Aqui estão aqueles 65 metros cúbicos de
2715 água por segundo, que é toda a oferta garantida que existe na região. Se acrescentar aqui um
2716 pouco da água subterrânea e, também, dois ou três açudes que ainda podem ser feitos na região,
2717 poderemos chegar a uma oferta total de 72, 74 metros cúbicos por segundo. É toda a oferta
2718 existente na região. E aqui estão as curvas de demanda em dois cenários: este do cenário
2719 tendencial, que é o cenário que deverá ocorrer na região, e no cenário alternativo. No cenário
2720 tendencial, se mostra que, por volta do ano 2007, haverá esse empate entre oferta e demanda e, a
2721 partir daí, vai haver um desequilíbrio entre oferta e demanda, até que, por volta do ano 2025,
2722 essa demanda será de 152, 155 metros cúbicos por segundo, quando a região só pode ofertar 72
2723 metros cúbicos por segundo.

2724 Bom, por todas estas razões é que o Projeto Transposição é uma idéia muito antiga. A
2725 primeira idéia da transposição surgiu em 1842. Um senhor chamado Marco Antônio Macedo,
2726 que era Deputado da Província do Ceará, representava a Comarca do Crato, ele mandou elaborar
2727 um mapa da região e propôs a construção de um canal no Rio São Francisco, perto da cidade de
2728 Cabrobó, interligando o Rio São Francisco a Bacia do Rio Jaguaribe no Ceará. Isto é um registro
2729 de 1842. Depois vieram outras tentativas de solucionar o problema: veio uma proposta de um
2730 Engenheiro mineiro chamado Rafel, em 1852; veio uma expedição comandada pelo Barão de
2731 Capanema, 1856. Euclides da Cunha, que era um bom Engenheiro também, depois da campanha
2732 de Canudos, ele também fez sua proposta de interligação do Rio São Francisco ao Nordeste
2733 Setentrional, como forma de enfrentamento dos problemas da seca naquela região. Depois, em
2734 1909 foi criado o IFOCS, Instituto Federal de Obras Contra as Secas, que hoje é o DNOCS, e um
2735 dos primeiros projetos do IFOCS foi, justamente, um projeto de interligação do Rio São
2736 Francisco com o Nordeste Setentrional. Como, naquela época, não havia energia disponível na
2737 região, como não havia grandes equipamentos mecânicos, eletromecânicos, hidromecânicos, que
2738 possibilitasse a transposição de água através do processo de bombeamento, o IFOCS fez um
2739 projeto de um túnel de 300 quilômetros interligando o São Francisco a Região do Nordeste
2740 Setentrional. Até que, em 1919, o próprio IFOCS reconheceu a inviabilidade técnica de se fazer
2741 este projeto. O projeto ficou aí adormecido. Em 1972, já com uma oferta de energia na região
2742 pelo sistema CHESF e com o aparecimento dos grandes equipamentos hidromecânicos, voltou a
2743 proposta do Deputado Cearense, até que, em 1981, foram contratados os primeiros estudos mais
2744 detalhados da região, pelo então Ministro Mário Andreazza, do Governo Figueiredo, e previa
2745 uma transposição de água de 300 metros cúbicos por segundo. Em 94, veio o projeto do final do
2746 Governo de Itamar Franco, que era o projeto do Basco, que consistia em um detalhamento
2747 daquele traçado do Mário Andreazza, de 1981. E agora, nessa fase atual, novos estudos
2748 contratados, que é o projeto que vamos mostrar a seguir.

2749 Mas, antes, vamos falar um pouco sobre a Bacia do São Francisco. A Bacia do São
2750 Francisco, ela tem uma particularidade, é uma Bacia muito interessante do ponto de vista da
2751 geração de energia elétrica, por que? Porque, justamente, é no terço inferior da Bacia do São
2752 Francisco que se situa a cascata, quer dizer, é uma feliz combinação aí de condições
2753 topográficas, de queda associada a maiores vazões. Foi por isso que a CHESF projetou toda a
2754 sua cascata nessa região para o fornecimento de energia para o Nordeste Brasileiro. Bom, aqui
2755 está a Barragem de Sobradinho, que é chamada a caixa d'água do São Francisco. É uma
2756 barragem com cerca de 36 bilhões de metros cúbicos de acumulação de água, que retêm todas as

2757 águas de toda essa região sul da Bacia do São Francisco, armazena estas águas e proporciona
2758 vazão regularizada para jusante para geração de energia nas Barragens de Itaparica, Moxotó, o
2759 sistema Paulo Afonso e Xingó. Então, essa aqui é a cascata da CHESF. Mas ao fazer isto, a
2760 CHESF, ao construir, principalmente, o reservatório de Sobradinho, a CHESF criou um fato
2761 físico interessante no Rio São Francisco. Ela, na verdade, dividiu o Rio São Francisco em dois
2762 rios. Um rio que ficou com a jusante de Sobradinho, que é um Rio artificial, o Rio comandado
2763 ainda pela mão humana, comandado pelas comportas de Sobradinho, que é um rio que oferece
2764 uma vazão regularizada de 2.080 metros cúbicos por segundo. O Rio São Francisco tem uma
2765 vazão média de cerca de 2.850 metros cúbicos por segundo, mas Sobradinho proporciona uma
2766 vazão garantida, regularizada, de 2.080 metros cúbicos por segundo. Este é o rio que não tem
2767 nenhum problema com relação à questão da oferta hídrica para usos prioritários, por que? Porque
2768 as demandas existentes dentro da própria Bacia do São Francisco para consumo humano,
2769 dessedentação animal e produção agrícola, elas são bem menores do que as ofertas de água
2770 existentes nessa região. A jusante de Sobradinho até a foz, ela é, basicamente, utilizada no uso
2771 não consuntivo que o uso da geração de energia. A gente fala uso não consuntivo, embora a
2772 cascata da CHESF, em média, proporcione uma perda de cerca de 400 metros cúbicos por
2773 segundo somente por evaporação.

2774 O outro rio, o rio que ficou para trás, para montante da barragem de Sobradinho, este
2775 sim ainda continua sendo um rio comandado pela natureza. Não há nenhum grande corpo d'água
2776 que proporcione uma vazão regularizada nesse trecho aqui. Então, esse rio, o que acontece com
2777 esse rio? Ora, primeiro é preciso dizer que 75% da água do São Francisco é gerada no território
2778 mineiro. Se a gente fizer uma conta assim grosseira, grosso modo, isso quer dizer o seguinte:
2779 50% de toda a água disponível no Nordeste Brasileiro vem de Minas Gerais. É, é a caixa d'água,
2780 exatamente. Então, este rio que ficou para trás é um rio que, quando ocorre grandes precipitações
2781 pluviométricas na região, ocorre também grandes cheias. Aqui chega a vazões de 15.000, 18.000
2782 metros cúbicos por segundo. Mas, nos períodos de estiagem, essas vazões baixam para 500, 600
2783 metros cúbicos por segundo. E nessa região, aí sim, tem grandes demandas, as boas terras de
2784 Minas Gerais e da Bahia para irrigação. Mas é um rio que não garante oferta hídrica, este rio que
2785 ficou para trás de Sobradinho, para montante de Sobradinho, esse é um rio onde as demandas em
2786 relação às ofertas estão realmente desequilibradas, diferentemente do rio que ficou para a jusante
2787 de Sobradinho.

2788 Aqui está o lay-out do projeto de transposição. O projeto de transposição tem dois eixos
2789 de adução: o eixo norte, que capta água no Rio São Francisco, na cidade de Cabrobó, um pouco a
2790 montante da cidade de Cabrobó, em Pernambuco, num ponto mais ao norte do Rio São
2791 Francisco, portanto, mais próximo da região do Nordeste setentrional. Ele se desenvolve através
2792 do Território Pernambucano, deixa uma parte da vazão aqui na bacia do Rio Brígida, em
2793 Pernambuco, e a transposição se dá, efetivamente, na divisa de Pernambuco com Ceará, na altura
2794 da cidade de Jati. Nesse trecho aqui é onde se faz os bombeamentos para se vencer a diferença de
2795 cota. A partir da transposição, na divisa entre os dois Estados, o canal ou o sistema adutor
2796 continua até o Rio Grande do Norte, por gravidade, e com vários pontos de captação. Este
2797 primeiro para esta região do Ceará, de Juazeiro, Crato, por ali. O outro para as várzeas de Souza
2798 e a Bacia do Rio Piranhas-Açu, que vai até o Rio Grande do Norte. Um outro ponto de captação
2799 para o Rio Jaguaribe, que vai até a barragem do Castanhão, desce pelo Rio Jaguaribe, aduz água
2800 para Fortaleza através do Canal do Trabalhador. E terminando em torno da cidade de Pau dos
2801 Ferros, no Rio Grande do Norte, aduzindo água para a Bacia do Apodipe, que é a segunda maior
2802 bacia do Estado. Um outro eixo é o eixo leste, que capta água na barragem, no reservatório da
2803 barragem de Itaparica, e aduz água para essa região do Cariri Paraibano, que é a região mais seca
2804 do País, e leva água até a cidade de Campina Grande, podendo chegar também, pelo mesmo
2805 sistema da Bacia do Rio Paraíba, até a cidade de João Pessoa e, antes disso, porem, aduzindo
2806 água para toda a região do Agreste Pernambucano, podendo, inclusive, ofertar água, cerca de três
2807 a cinco metros cúbicos por segundo, para garantir o abastecimento da cidade de Recife. Todos os
2808 senhores sabem que boa parte dessas cidades: Fortaleza, Caruaru, Garanhões, Recife, Campina
2809 Grande, são cidades importantes, grandes da região, e que já tem uma demanda maior que suas

2810 ofertas, por isso que, geralmente, estas cidades entram em colapso de abastecimento e
2811 racionamento de água. Caruaru, no ano passado, durante todo o ano, tinha água um dia a cada
2812 quarenta para o abastecimento da cidade, uma cidade de 300 mil habitantes.

2813 O Projeto de Transposição do rio São Francisco, ele é um projeto de gestão de recursos
2814 hídricos. Ele não é um projeto de irrigação, não é um projeto de abastecimento humano, não é
2815 um projeto de água para indústria, é um projeto para tudo isso, mas é, fundamentalmente, um
2816 projeto que vai possibilitar um melhor uso, uma melhor gestão, uma melhor administração da
2817 água já existente no Nordeste Setentrional. Como é que isso se dá? Porque é que o projeto de
2818 Transposição tem este diferencial? Justamente pela ineficiência da açudagem da Região Semi-
2819 árida Brasileira. O que acontece com os açudes da região Semi-árida Brasileira? Diferentemente,
2820 por exemplo, de um açude aqui, de uma barragem do Estado de Goiás, que pode regularizar até
2821 80% da vazão média que passa, de longo termo, que passa ali na barragem, ou pode usar 80, 100,
2822 120% do volume acumulado, no Nordeste Brasileiro, numa Região Semi-árida do Nordeste
2823 Brasileiro, estas coisas não acontecem desta forma, a gente só pode usar de 20% a 25% dos
2824 volumes acumulados nos açudes, o resto somos obrigados a perder essa água. E por que acontece
2825 isso? Acontece justamente pelas características climatológicas da região. Porque, o operador do
2826 açude, ele tem que deixar água armazenada no açude para fazer face a dois, três anos de seca,
2827 isso se chama volume de espera, esperando a seca, você tem que deixar a água armazenada lá
2828 para não entrar em colapso. Ao fazer isto, o que é que acontece? Se vem a seca realmente, o
2829 reservatório está cheio, está com seu espelho d'água exposto e há uma perda muito grande por
2830 evaporação, a evaporação leva boa parte desta água, embora você ainda tenha o seu volume de
2831 espera garantido lá, mas você é obrigado a perder por evaporação. Mas digamos que não venha a
2832 seca, venha a cheia. Como você deixou o seu reservatório cheio, para fazer face aos anos secos,
2833 chove, as cheias chegam aos reservatórios, encontram o reservatório cheio e passam por cima do
2834 sangradouro e vão para o mar. Ou se está perdendo água por evaporação ou se está perdendo
2835 água por vertimento, não tem outra forma de se operar os reservatórios no Nordeste Brasileiro.
2836 Somos obrigados a sermos ineficientes, somos obrigados a perder essa água. O que é a
2837 transposição? A transposição é a minha garantia, é a minha torneirinha que eu vou ter no São
2838 Francisco para, ao invés de eu usar 22% da Barragem de Armando Ribeiro Gonçalves, eu vou
2839 usar 40, 50% porque, se vier a seca, eu ligo a minha torneirinha do São Francisco. Então, o que é
2840 o Projeto de Transposição do São Francisco? É um projeto de garantia, é um projeto que vai me
2841 garantir que se eu usar mais a minha água territorial, eu vou ter onde me socorrer para enfrentar
2842 períodos prolongados de seca. Então, é por isso que o Projeto de Transposição, e aí está o grande
2843 diferencial do Projeto de Transposição, por isso que o Projeto de Transposição é um Projeto de
2844 Gestão de Recursos Hídricos. Se não fizer o Projeto de Transposição, o Nordeste Brasileiro vai
2845 perder, o Nordeste Setentrional vai perder, pelo resto da vida, cerca de 30 metros cúbicos por
2846 segundo que podiam estar sendo utilizados. O que gera esse fato? Isso gera uma sinergia hídrica
2847 quantitativa, ou seja, se eu pego um metro cúbico por segundo que passa do Rio São Francisco,
2848 na altura de Cabrobó, ele vale um metro cúbico por segundo, mas se eu pego esse metro cúbico
2849 por segundo e jogo na Barragem de Armando Ribeiro Gonçalves, no Rio Grande do Norte, ele
2850 vale dois metros cúbicos por segundo. Se esse metro cúbico por segundo que passa no São
2851 Francisco estava se perdendo para o mar e aquele metro cúbico por segundo que estava se
2852 perdendo na Barragem Armando Ribeiro Gonçalves, que estava indo para o mar ou se perdendo
2853 por evaporação, só pelo fato de eu ter a garantia do São Francisco, eu transformo um metro
2854 cúbico por segundo em dois metros cúbicos por segundo na Barragem de Armando Ribeiro
2855 Gonçalves. O que é isso? Isso é a sinergia quantitativa. Se eu levar 40 metros cúbicos por
2856 segundo do São Francisco para o Nordeste Setentrional, eu transformo estes 40 metros cúbicos
2857 por segundo em 70 metros cúbicos por segundo. E o pior é que eles estavam se perdendo de um
2858 lado e de outro das bacias.

2859 O que é a sinergia qualitativa? A sinergia qualitativa é o seguinte: todo mundo sabe que
2860 no Nordeste Setentrional tem um processo muito grande de concentração de sais no reservatório,
2861 pelo processo evaporativo. Com a transposição, eu vou usar os meus reservatórios mais
2862 deplecionados; com menor espelhamento da água, eu vou proporcionar uma menor concentração

2863 de sais nesse reservatório e, como eu vou repor os volumes que eu utilizei no reservatório, no
2864 Nordeste Setentrional, por água vinda do São Francisco, que é uma água de boa qualidade, eu
2865 vou melhorar a qualidade das águas do Nordeste Setentrional. Então, é uma sinergia quantitativa
2866 e uma sinergia qualitativa. Então, é um Projeto de Gestão, é um Projeto de potencialização de
2867 uso da água.

2868 O projeto atinge diretamente 268 municípios da região, favorecendo uma população de
2869 8 milhões de pessoas e aí não existe nenhum projeto nesse país que vá favorecer diretamente 8
2870 milhões de pessoas, uma população de 8 milhões de pessoas, pelo menos com essas dimensões.
2871 E vai proporcionar uma irrigação de 300 mil hectares, mais ou menos, na região, numa região
2872 que tem um potencial de 1 milhão e 100 mil hectares com terras de excelente qualidade para a
2873 produção agrícola e que só pode, com a água local, irrigar cerca de 110 mil hectares. De 1
2874 milhão e 100 mil existentes, com a água local você só pode irrigar 110 mil hectares, com a
2875 transposição isso pode chegar a 300 mil hectares de irrigação.

2876 Bom, como é que vai se dar a utilização das águas? Quando a gente fala utilização das
2877 águas é: são as águas que são transpostas, aduzidas do São Francisco para a região, mais as águas
2878 que serão aproveitadas pelo efeito sinérgico e mais as águas que já estão na região. Somando
2879 estas três águas, 18% delas serão destinados ao consumo humano, 8,5% ao consumo industrial e
2880 74% vai ser utilizado na agropecuária, estes são mais ou menos os percentuais de utilização de
2881 água no mundo inteiro.

2882 Bom, os benefícios sociais esperados nos próximos trinta anos, é a redução dos gastos
2883 com cestas básicas, cestas de emergência, carros pipa, tratamento de doenças, perda de
2884 produtividade. Cerca de 80% das doenças que ocorrem, dos leitos ocupados em hospitais do
2885 Nordeste Semi-árido é, justamente, por pessoas que contraíram doenças por veiculação ou
2886 origem hídrica. Isso são alguns benefícios sociais, além de empregos, oportunidades de novos
2887 empregos que serão gerados na indústria e na agricultura.

2888 Bom, como é que vai evoluir a operação do Sistema de Transposição? É preciso dizer que
2889 a Transposição, a idéia da Transposição.....Fim da Fita..... Nordeste Setentrional e, ao mesmo
2890 tempo, respeitando os usos prioritários na Bacia do São Francisco. Se Sobradinho, por exemplo,
2891 esta vertendo água, esta jogando no mar, eu tenho condições de pegar essa água que ia para o
2892 mar e jogar nos meus reservatórios, porque lá eu tenho condições de gerar sinergia e gerar
2893 compensações hídricas lá, no São Francisco não. Mas, por ser um projeto intermitente que vai
2894 atender a uma demanda que vai crescer nos próximos 25 anos, ele começa aduzir, em média por
2895 ano, 6 metros cúbicos por segundo. Olha gente, tem uma vazão garantida lá de 2080, a gente vai
2896 tirar 6 nos primeiros anos, depois de 25 anos, vamos tirar 64 metros cúbicos por segundo, desses
2897 64, 20 metros cúbicos por segundo ficam dentro da própria bacia do São Francisco, que é
2898 utilizado no Estado de Pernambuco, 45 metros cúbicos por segundo passarão para os Estados da
2899 Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará, ou seja, água efetivamente transposta. Isso corresponde a
2900 1,6% do volume anual de água que passa pelo ponto de captação ou 2,5% da vazão garantida por
2901 Sobradinho, da vazão regularizada. Isso é tão pouco, tão pouco, que é impossível visualizar a
2902 retirada de 45 metros cúbicos por segundo num Rio que transporta 2080 a 2100 metros cúbicos
2903 por segundo.

2904 Bom. Agora há um impacto, um impacto real no Rio São Francisco, é com relação às
2905 perdas de energia gerada pela CHESF. Cada metro cúbico de água que se tira do São Francisco,
2906 seja para transposição, seja para esse Projeto de Irrigação na Bahia, em Minas, em Pernambuco,
2907 ela vai proporcionar uma perda de geração de energia no Sistema CHESF. A transposição vai
2908 consumir, mais ou menos, 140 MW. Ela vai utilizar cerca de 140 MW para fazer a transposição e
2909 deixar de gerar, daqui a 25 anos, no Sistema CHESF, cerca de 130 MW. Mas tem um fato
2910 interessante aí, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará são os Estados que efetivamente
2911 receberão água da transposição. Eles já são grandes consumidores de água do Rio São Francisco,
2912 só que eles consomem essas águas através do fio, sob a forma de energia, porque o Rio Grande
2913 do Norte, a Paraíba e o Ceará já consomem 25 % da energia gerada pela CHESF, ou seja, já são
2914 consumidores de 500 metros cúbicos por segundo do São Francisco. O que se quer é que, daqui a
2915 25 anos, 10% desse volume que já se consome hoje seja transportado para região em forma de

2916 água e não mais de energia, porque a própria região tem como compensar essa energia através da
2917 geração pelo gás do Rio Grande do Norte, dos ventos do Rio Grande do Norte e do Ceara. E pelo
2918 fato de que o Sistema Elétrico Nacional está já interligado e, olha, justamente pelo fato do
2919 Sistema Elétrico Nacional estar interligado é que, no ano passado, a CHESF mandou para o Sul
2920 do País cerca de 360 MW durante 6 meses, para o Sul do País. Se você fizer as contas ai, isso
2921 corresponde a 1 bilhão e 500 milhões de metros cúbicos de água, ou seja, é água que saiu do
2922 Semi-árido e veio para o Sul do País. Em seis meses fizeram uma transposição que a gente ia
2923 fazer daqui a 25 anos.

2924 A energia requerida, então, é 140 MW, em 25 anos, e cerca de 138 MW, também, vai
2925 deixar de ser gerada no Sistema CHESF. Isso corresponde, mais ou menos, talvez, a 2,5% da
2926 energia firme da CHESF. Então, é um projeto muito pouco impactante. Bem, esses são os dados
2927 econômicos mais recentes, o estudo de viabilidade de avaliação econômica só estará
2928 efetivamente concluído daqui a 10, 15 dias. Mas os estudos iniciais já apresentam: isso aqui são
2929 os valores das obras, as obras custarão cerca 2 bilhões e 700 milhões de reais; a taxa interna de
2930 retorno é de 36%; a relação benefício custo é 3; o benefício fiscal é 1,8 bilhões, e se fez uma
2931 análise de sensibilidade, também, do projeto que, ao reduzir 40% do benefício, a taxa interna de
2932 retorno ainda seria de 25%. Aumentando 20% dos custos de investimentos, mais custos
2933 operacionais, seria de 34. A pior situação seria esta, aumentar 20% dos investimentos, mais os
2934 custos operacionais e reduzir 40% dos benefícios previstos, ainda daria uma taxa interna de
2935 retorno de 22,5%. Então, é um projeto também viável do ponto de vista econômico, muito
2936 viável.

2937 O arranjo institucional previsto é este: o Governo Federal implanta o Sistema e os
2938 Estados assumem a sustentabilidade do sistema através de Consorcio Estaduais para Gestão de
2939 Recursos Hídricos. Está sendo construído um pacto entre os Governadores da região que vão
2940 assumir esta sustentabilidade do projeto.

2941 Bom, o tempo já está avançado. Isso aqui são os estudos que já estão concluídos e os
2942 estudos que estão em andamento. Queria comunicar aqui que, na semana que vem, logo no início
2943 da semana que vem, vamos disponibilizar aqui para o CONAMA, para a Presidência do
2944 CONAMA, todos os estudos que foram já concluídos para a transposição. Aqui é o exemplo de
2945 algumas transposições feitas no mundo inteiro, existem mais de setenta grandes transposições. O
2946 Brasil tem duas grandes transposições de água, talvez não tenham sido muito polemicas porque
2947 não foram chamadas de transposição. O Guandu é uma transposição de águas; o Cantareira, em
2948 São Paulo, é uma transposição de águas; em Brasília, estuda-se já a transposição de águas de
2949 bacias de Goiás para o Distrito Federal. Aqui está o exemplo de alguns lugares que a gente esta
2950 seguro que é um projeto muito parecido com o projeto de transposição do São Francisco. Aqui
2951 está os canais, a condução das águas do sistema será feita através de canais, pontes-canais,
2952 sistemas de bombeamento. Esse é um projeto muito parecido com o do São Francisco, um
2953 projeto Franco-Espanhol, só para mostrar o chamado aqueduto do século XXI, que é uma obra
2954 que capta no Rio Rhone, na França, e leva até a Catalunha, na Espanha, passando por baixo aqui
2955 dos Pirineus, ofertando cerca de 15 metros cúbicos por segundo para a Cidade de Barcelona.
2956 Então, o projeto de transposição, eu vou chamar aqui o Dr. Ortega para fazer uma rápida
2957 exposição sobre a questão ambiental do projeto.

2958
2959 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
2960

2961 Queria agradecer ao Dr. Rômulo e pedir ao Dr. Ortega que seja breve, porque nós temos
2962 ainda, que ter a condição de responder perguntas. Nós estamos com o tempo bastante exíguo e
2963 nós temos ainda uma pauta grande para cumprir. Por gentileza, então.

2964
2965 **Dr. Renato Ortega** (*Jakko Poury*)
2966

2967 Muito boa tarde, senhora e senhores. Meu nome é Renato Ortega, representando a
2968 Empresa Jakko Poury Engenharia, que foi incumbida de elaborar os estudos de impacto

2969 ambiental do Projeto de Transposição. Vou procurar ser o mais rápido possível. Esse aqui é o
2970 fluxograma conceitual do estudo que foi feito, muito dos senhores conhecem isso aqui bastante.
2971 Então, foi elaborado a partir dos estudos em seção hídrica e dos estudos de viabilidade de
2972 engenharia que foram, também, contratados pelo Ministério. Nós procuramos fazer a
2973 caracterização do empreendimento, elaborar um diagnóstico ambiental, tudo isto num banco de
2974 dados georreferenciado. A partir daí estabelecer os impactos, o prognóstico ambiental com o
2975 empreendimento, prognóstico ambiental sem o empreendimento e, a partir destes impactos,
2976 então, o estabelecimento de medidas e programas para o Projeto da Transposição. Teve uma
2977 primeira fase desses estudos em que a equipe de meio ambiente ficou muito em estreita relação
2978 com a equipe de engenharia que estava elaborando os estudos de viabilidade, de tal forma que
2979 algumas questões ambientais já pudessem ser resolvidas na própria concepção do projeto ou na
2980 seleção de alternativas. Aqui há um exemplo do que aconteceu. Por exemplo, para o eixo leste,
2981 conforme foi comentado, existiam duas alternativas de traçado, uma delas já foi imediatamente
2982 excluída, essa de baixo aqui, por atravessar uma Reserva Indígena Truká, lá no Estado de
2983 Pernambuco. Um outro exemplo dessas diretrizes ambientais que foram estabelecidas para o
2984 projeto, foi a relocação da captação aqui, exatamente aqui, num braço do São Francisco, na Ilha
2985 de Assunção, a montante da Cidade de Cabrobó, um pouquinho mais a montante para, também,
2986 não interferir com metade dessa Ilha Assunção que também é uma Reserva Indígena Truká. Um
2987 outro leque de diretrizes que foram estabelecidas, aqui vocês tem um recorte para dar um
2988 exemplo disso, que a equipe de meio ambiente julgou necessário para ser incluído dentro do
2989 projeto, é que a alternativa que fosse escolhida, a melhor seria aquela que passasse por um maior
2990 número de áreas que a gente chamou de Áreas para Projetos de Desenvolvimento Local, isto é,
2991 além da água chegar àqueles grandes açudes como, por exemplo, aqui nesta ilustração, o
2992 Castanhão, a gente previa que haveria necessidade de se derivar alguma água ao longo dos
2993 canais para áreas onde houvesse condições de solo adequadas e onde houvesse já uma população
2994 morando, vivendo e produzindo nessas áreas. Então, para isso, nós definimos que as melhores
2995 alternativas seriam aquelas que passassem por um maior número dessas áreas. Obviamente, a
2996 melhor alternativa seria que passassem por menos áreas ainda preservadas do bioma caatinga e
2997 um outro critério que foi estabelecido, também, é que as áreas de influência de pequenos açudes
2998 públicos próximos, como esse aqui, ou como esse aqui, próximos dos canais pudessem também
2999 receber alguma quantidade de água porque, normalmente, o que acontece no Nordeste é que a
3000 jusante desses reservatórios, ou mesmo no entorno deles, a gente tem toda uma estrutura
3001 produtiva já estabelecida e com dificuldades em relação à água.

3002 Foram feitos, também, estudos de alternativas tecnológicas, considerando a
3003 possibilidade de utilização de águas subterrâneas. O Dr. Rômulo já comentou muito sobre isso
3004 aqui, quer dizer, a questão da água subterrânea, ela é localizada e ela é de difícil sustentabilidade
3005 e deve ser considerada, então, como uma reserva estratégica. A dessalinização, quando feita para
3006 a água do mar, apresenta custo elevadíssimos, e quando feita em águas interiores, também
3007 esbarra no problema de que, justamente, nesta região mais interiorana, a quantidade de água
3008 subterrânea é menor. Outra possibilidade seria a reutilização das águas, de águas servidas, que
3009 seria mais viável em zonas urbanas com redes de coletas e sistemas de tratamento de esgoto, que
3010 não é uma realidade no Nordeste, além de ter um uso restrito. Quer dizer, essas águas
3011 normalmente não se prestam para o consumo humano e, eventualmente, até para a irrigação.
3012 Avaliamos também a possibilidade de indução de chuvas, onde o ganho de águas é inexpressivo
3013 e incerto, em torno de 10% da chuva habitual, que é pequena a que ocorre no Nordeste. E a
3014 questão de maior açudagem, quer dizer, o aumento possível estabelecido pelos estudos de
3015 inserção regional foi de que seria da ordem de mais 5% do que já tem disponível na região,
3016 apenas mais 5%.

3017 Foi então feita, a partir de 22 alternativas de traçado, uma seleção a partir de critérios de
3018 engenharia, econômicos e ambientais e foi definido, então, aquele projeto que já foi apresentado
3019 para vocês. O diagnóstico ambiental foi feito, a partir da ótica das unidades de paisagem. Nós
3020 estabelecemos três recortes espaciais de análise, com escalas diferentes e aprofundadas de
3021 análises, a área de influência indireta, área de influência direta e a ADA - Área Diretamente

3022 Afetada. Esses recortes estão representados aqui nesse mapa, toda essa região aqui do Nordeste
3023 foi considerada área de influência indireta. Na verdade, ela se compõe das bacias receptoras, das
3024 bacias hidrográficas receptoras, além da região metropolitana de Fortaleza e da Região
3025 Metropolitana de Recife e o chamado Agreste Pernambucano. A área de influência direta são as
3026 áreas de municípios que estão lindeiros a todo o sistema, seja de canais, seja de rios naturais que
3027 vão receber as águas, até os últimos grandes reservatórios, e a área diretamente afetada com
3028 cinco quilômetros, a gente estabeleceu cinco quilômetros de cada lado das obras. Outra área de
3029 influência que está dentro da área de influência direta é a própria bacia do São Francisco. Aqui
3030 apenas algumas considerações sobre as divisões, uns aspectos ambientais sobre as áreas do São
3031 Francisco, já foi comentada alguma coisa disso. Nas regiões receptoras a paisagem predominante
3032 é a da caatinga, que apresenta em algumas situações ainda remanescentes de caatinga, com
3033 diversos graus de conservação, em alguns locais solos pedregosos com essa aparência que vocês
3034 vêem aqui.

3035 Quanto ao balanço hídrico, ele é sempre negativo, uma vez que há uma
3036 evapotranspiração bastante elevada, como comentado já, ocasionando esse tipo de paisagem,
3037 quer dizer, extensos largos rios secos, intermitentes, que conseguem ter água quando chove
3038 naqueles meses que já foi comentado. Foi feito um levantamento também da condição das águas,
3039 tanto nas bacias receptoras, quanto perto da captação do São Francisco, para se avaliar as
3040 condições dessas águas, e nos rios e nos açudes das bacias receptoras foi diagnosticada uma água
3041 em geral boa, de boa qualidade, com alguns problemas localizados. Por exemplo, como o Dr.
3042 Rômulo comentou, no Açude Poço da Cruz, problema de salinização intensa e com problemas
3043 também no Riacho dos Porcos e no Rio Salgado, no Ceará, no São Francisco água de boa
3044 qualidade. Aqui é uma ilustraçãozinha procurando demonstrar os tipos de solo que se apresentam
3045 nessa região. Se vocês olharem com um pouco mais de cuidado essa legenda, vão observar que a
3046 maioria dos solos é de média a alta fertilidade. Então, há possibilidade de que, mesmo no
3047 caminhamento dessas águas ao longo do sistema da transposição, possa haver um
3048 aproveitamento delas. A vegetação é predominantemente de Caatinga e o uso do solo está aqui
3049 também representado na região, em que vocês vêem uma predominância, na região, quase como
3050 um todo de Caatinga Arbustiva Arbórea e lavoura e pastagem intimamente relacionadas às áreas
3051 sedimentares, aquelas pequenas manchas sedimentares que estão inclusas dentro dessa região
3052 cristalina. Aqui são as unidades de conservação que não tem interferência direta com o traçado
3053 do projeto, são as principais delas que estão preservando biomas da Caatinga. Essa é uma foto do
3054 monumento natural do Vale dos Dinossauros, no Rio do Peixe, ali na região de Souza, na
3055 Paraíba. Aqui são as pegadas dos dinossauros. Esse aqui é o levantamento de fauna que foi feito,
3056 todas as espécies levantadas, quer dizer, isso tudo está no estudo de impacto ambiental e no
3057 RIMA.

3058 Aqui, também, toda a população afetada pelos empreendimentos. Questão de PIB *per*
3059 *capita*, quer dizer, mostrando a situação do Nordeste em relação à situação do País, quer dizer,
3060 valores baixos de PIB *per capita*. Aqui a questão de PIB setorial, quer dizer, o PIB agrônômico
3061 aqui, vocês vêem que mais ou menos por volta de 1982 há um descompasso, mostrando, então,
3062 que PIB total do Nordeste aumenta, mas o PIB agropecuário começa a estagnar, praticamente,
3063 em função muito desses problemas de seca. Aqui as taxas de urbanização, que acompanham
3064 mais ou menos as taxas brasileiras. A questão de saneamento em que 40 quase 50% dos
3065 domicílios apresentam-se com rede geral de abastecimento, 45% com instalação sanitária, apenas
3066 9,3% desses domicílios ligados à rede de esgoto. Aqui são as áreas indígenas e as suas distâncias
3067 relativas às obras dos canais e, com relação aos impactos, as ações impactantes identificadas são
3068 aquelas típicas de processos, de obras de engenharia lineares, como aqui, também, porque esse
3069 sistema vai criar alguns reservatórios, mas, normalmente, essas ações são aquelas rotineiras de
3070 um projeto de engenharia. Os componentes do meio que foram avaliados em relação a essas
3071 ações. E, aqui, uma pequena listagem dos principais impactos que foram avaliados: geração de
3072 emprego e renda, introdução de tensões, perda de habitat, perda e fragmentação de vegetação
3073 nativa. Aqueles da fase de implantação, esses aqui da fase de operação.

3074 No São Francisco, já foi comentada a perda de 137 MW de energia e a pouca
3075 representatividade do volume que vai ser retirado, em relação ao volume médio ou regularizado
3076 do São Francisco. Os programas ambientais todos estabelecidos. São várias categorias aí que a
3077 gente estabeleceu com um custo total de 42 milhões de reais, sendo que os custo de
3078 desapropriação e assentamento não estão inclusos nessa conta, eles estão na rubrica da
3079 engenharia. É uma estrutura organizacional do sistema que a gente estabeleceu, de um sistema de
3080 gestão ambiental que um empreendedor deva internalizar dentro da condução das obras e dos
3081 programas.

3082 Aqui é um cronograma das obras e o cronograma associado dos programas ambientais
3083 e, resumindo, são os dois últimos slides, são os cenários futuros para 2025, sem e com projeto.
3084 Essa é a população total da região, da área de influencia indireta, nas regiões metropolitanas essa
3085 população, nas demais regiões essa aqui. Taxa de urbanização praticamente a mesma, a taxa de
3086 urbanização nas regiões receptoras, aí sim com destaques, quer dizer, menor. O PIB projetado
3087 para 2025 de 196 bilhões/ano, sem projeto, e com projeto, 210, um incremento aí de 13 bilhões
3088 anuais. Empregos gerais também, em 2025, 9.2, sem projeto, 9.9, com projeto. Um êxodo rural
3089 aqui de 1,13 milhões e aqui, com a viabilização de 140 mil hectares, a promoção de 184 mil
3090 empregos diretos ou indiretos nas áreas rurais, o êxodo baixando para 0,83 milhões, quer dizer,
3091 300 mil pessoas de diferença e 436 mil novos empregos para industria, comercio e serviços.

3092 Populações sujeitas a atendimento precário ou inexistente de água, 4. 4 6 milhões, com
3093 projeto, 2.74, situações emergenciais, 1.16 milhões de pessoas sujeitas a isso, com projeto 0.72,
3094 internações 53 mil ao ano sem projeto, com projeto 39.7, é um panorama ambiental das
3095 repercussões com ou sem projetos que podem vir a ocorrer. Muito obrigado.

3096
3097 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3098

3099 Eu gostaria de agradecer, em nome do Ministério do Meio Ambiente, ao Dr. Macedo,
3100 por essa exposição e estamos vivendo uma situação emergencial de tempo, de forma que eu
3101 poderia aceitar três inscritos para se pronunciarem por, no máximo, três minutos e a resposta a
3102 três. Dr. Shelley é um deles, Ibsen Câmara e, por favor, Dr. Leopoldo. Não temo mais nenhuma
3103 possibilidade. Dr. Shelley, só uma questão de ordem que o Dr. Jair esta levantando. Seria
3104 anterior?

3105
3106 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
3107

3108 Querira, em nome da Secretaria Executiva, levantar uma questão de ordem, antes da
3109 intervenção do Dr. Shelley, que a seguinte: o Dr. Rômulo esta nos deixando, este é um primeiro
3110 contato. Jamais nós vamos, evidente, no Conselho, tratar uma questão de tal relevância com
3111 pressa, e não há duvida, há um grande numero de dados aqui. Esta é a primeira abordagem. Nós
3112 vamos passar por e-mail toda essa informação que esta sendo passada em disquete e, já num
3113 próximo encontro, já que o CONAMA deve acompanhar essa questão de maneira regular, os
3114 senhores terão elementos em mãos para formulação de questões. Faz 30 dias que nós recebemos
3115 essa oferta do Ministério da Integração Nacional, produto, inclusive, daquela Moção que ainda
3116 continua na pauta, porque não pode ser votada na reunião anterior, portanto. Foi dito também
3117 pelo Dr. Rômulo Macedo que os estudos detalhados, é até um bom exemplo de uma Moção que
3118 antes de ser votada pelo CONAMA, já tem uma resposta positiva do Ministério da Integração
3119 Nacional, quer dizer, que a Moção que vai ser votada hoje, já está sendo providenciada a
3120 resposta por parte do Ministério. Então, queria dizer que o tratamento dessa questão, sem duvida
3121 nenhuma, vai ter que ser objeto de um tempo de dedicação deste Conselho muito grande. Dr.
3122 Shelley.

3123
3124 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)
3125

3126 Obrigado. Eu queria parabenizar o Dr. Rômulo e o representante técnico do Programa
3127 Ambiental que também está aqui. Tiraram muitas dúvidas. Eu gostaria de dizer que eu sou da
3128 região, eu sou Mineiro, minha mãe é de Pirapora, então eu conheço bem o São Francisco, de
3129 ponta a ponta, o 70% do São Francisco estão no Estado de Minas Gerais, na sua bacia. E eu
3130 gostaria de colocar duas coisas: em primeiro lugar, que eu não vi, foi muito bom ter assistido
3131 essa palestra, me tirou uma série de dúvidas, tenho discutido muito o problema do São Francisco
3132 em Minas e, principalmente, em Recife, que eu tive vários Seminários sobre esses problemas em
3133 Recife. E uma coisa não foi apresentada, porque talvez o projeto já esteja vislumbrando isso. Eu
3134 acho o seguinte, quem conhece o São Francisco sabe que o Velho Chico está morto e está
3135 morrendo. Assoreamento violento, erosão, desmatamento, etc, etc.....Quem conhece o São
3136 Francisco como eu, há vinte anos atrás, e vai ao São Francisco hoje, quase que tem um enfarte.
3137 Quem, na realidade, é ambientalista e gosta dessa área ambiental. Mas eu gostaria de dizer que,
3138 se nós não fizermos um trabalho muito grande, principalmente nesses 70% de Minas Gerais, de
3139 revitalização do São Francisco, nós, daqui há uns anos, não vamos poder tirar água para o
3140 Nordeste, nós vamos ter problemas sérios porque vários olhos d'água estão parando de dar água
3141 para o São Francisco, são muitos. O Riachão, que é uma região agora que nós estávamos
3142 trabalhando em Minas Gerais, perto de Montes Claros, está num verdadeiro movimento dos sem
3143 água, não é dos sem terra mais não, porque retiraram água de todo jeito, não existia um processo
3144 de outorga adequado e centenas, milhares de pessoas estão sem água naquela região, com secas
3145 tão grandes como o Nordeste. Então, eu gostaria de dizer que Minas tem áreas, também, de secas
3146 tão grandes como o Nordeste, as áreas do norte de Minas, a pobreza e a seca são muito grandes
3147 também. Eu acho da maior importância esse projeto e eu acho que a decisão desse projeto vai ser
3148 política, não vai ser técnica, é uma decisão política. Acho que nós devemos, exaustivamente, ir a
3149 fundo em todos os problemas do São Francisco, como um todo, integrado. São Francisco não é
3150 só aquela ponta da Bahia, como mostraram. No início, eu fiquei preocupado porque apareceu só
3151 uma parte, Minas ficou de fora, depois entrou, então eu fiquei mais satisfeito, como Mineiro.

3152 Mas eu gostaria de colocar essa pergunta. Existe um projeto de revitalização do São
3153 Francisco, como um todo? Existem verbas para isso ou não?

3154 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3155

3156 Muito obrigado, Dr. Sheley. Eu chamo, de imediato, o Almirante Ibsen Câmara,
3157 representante da Fundação Brasileira para Conservação da Natureza.

3158 **Conselheiro Almirante Ibsen Gusmão Câmara**, (*representante da Fundação Brasileira para Conservação da*
3159 *Natureza*).

3160 É sabido que a vegetação arbórea tem uma grande importância na perenidade dos cursos
3161 d'água. Há trabalhos que mostram que o Nordeste era bem diferente em termos de cobertura
3162 vegetal, eu me refiro, por exemplo, a um trabalho do Dr. Gonzaga Campos, de 1912, que diz
3163 que, naquela época, em 1912, 43% do Ceará era coberto de florestas e há trabalhos do século
3164 passado, eu me refiro, por exemplo, ao botânico alemão que diz a mesma coisa em termos de
3165 florestas no Nordeste. Eu não vi nenhuma referência a reflorestamento, sem reflorestamento o
3166 Rio São Francisco vai cada vez ficar pior e duvido que, a longo prazo, nós possamos tirar água
3167 do São Francisco para revitalizar qualquer coisa no Nordeste.

3168 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3169

3170 Muito obrigado, Ibsen Câmara. Por gentileza, Dr. Leopoldo Brandão.

3171 **Conselheiro Leopoldo Garcia Brandão** (*Representante da Confederação Nacional do Comércio -CNC*)
3172

3173 Eu me sinto muito honrado de o Almirante Ibsen ter antecipado o que eu ia dizer aqui,
3174 mas como a minha proposição está escrita, está evidente que ela não foi feita agora. Esta em
3175

3180 tramitação nos meandros ai do CONAMA, com certa resistência dos fundamentalistas, uma
3181 proposta que fiz há alguns meses atrás com o seguinte teor. Devo dizer que eu nasci na nascente
3182 do Rio São Francisco, nasci em Corguinhos, que é o terceiro afluente do Rio São Francisco,
3183 entre Guielopolis e Guatão, de modo que o Shelley é do médio São Francisco, eu sou da nascente
3184 do Rio São Francisco:

3185 “O Conselho Nacional de Meio Ambiente, no uso das competências que lhe são
3186 conferidas pela Lei 6.938, de 31 de agosto de 1991, regulamentada pelo Decreto 99.274, de 06
3187 de julho de 1990, e tendo em vista o disposto no seu Regimento Interno, e

3188 Considerando que as discussões fundamentais sobre o projeto de transposição das águas
3189 do Rio São Francisco estão sendo conduzidas pelo Ministério da Integração Nacional, com
3190 aparente exclusividade;

3191 considerando que a imprensa informa uma importante alteração conceitual do projeto
3192 original, com acréscimo de água de afluentes do Rio Tocantins, em quantidades substanciais;

3193 considerando que nas informações sobre a matéria não se encontra nenhuma menção
3194 sobre as ações imprescindíveis a recomposição dos ecossistemas das áreas das nascentes do Rio
3195 São Francisco e seus afluentes;

3196 considerando que a manutenção e proteção das condições naturais para a perenização
3197 das nascentes das águas que compõe o Rio São Francisco são absolutamente indispensáveis para
3198 evitar a redução do volume de águas;

3199 considerando, ainda, que o Conselho Nacional de Meio Ambiente pode e deve
3200 manifestar sua posição sobre esse importante componente ambiental da Política Nacional de
3201 Recursos Hídricos que se aplica tão criticamente sobre o Rio São Francisco, resolve:

3202 1. Propor Moção recomendando ao Senhor Ministro do Estado de Meio Ambiente que
3203 seja adotadas providências visando a inclusão dos estudos para transposição das águas do Rio
3204 São FranciscoFim da Fita..... dos ecossistemas das áreas das nascentes das águas que
3205 compõem o referido rio e seus afluentes.

3206 2. propor, ainda, que as providencias recomendadas para o Rio São Francisco sejam,
3207 também, adotadas para os afluentes do Rio Tocantins incluídos no projeto.

3208 3. sugerir que os recursos para esse projeto especial venham, sejam das mesmas fontes
3209 que financiaram o projeto em discussão.

3210 4. esclarecer que essa Moção não significa prévia concordância com o projeto, que o
3211 CONAMA ainda não conhece.

3212 5. Solicitar, pela natureza da matéria, urgência no seu encaminhamento.

3213 Eu devo dizer que o representante da Jakko Poury passou, nem telegraficamente, passou
3214 sonicamente sobre essa matéria com um simples quadro, um simples quadrinho, assim, muito
3215 modesto, lá, que não deu para entender nada, o que significa lá a parte de cobertura florestal. E
3216 subscrevo totalmente as palavras do Almirante Ibsen, porque elas são de um rigor de exatidão
3217 muito grande e representam uma grande preocupação, já que se falam em transposição, já que
3218 esse projeto tem uma fundamentação social de extrema relevância e tem, portanto, um
3219 desdobramento econômico. E eu queria terminar dizendo que, nós, como brasileiros, num país
3220 que tem, quantitativamente, água em boa quantidade, mas que é mal distribuída regionalmente,
3221 temos um compromisso ético e de natureza moral de não continuar aceitando que 30% da
3222 população brasileira não tenha água para beber e água para sobreviver e que haja uma sobra de
3223 água em outras regiões. A transposição é um processo, ao meu ver, normal. No nosso caso ele
3224 tem, além de toda a exposição que foi feita, um fundamento ético ao qual eu sou solidário
3225 totalmente.

3226
3227 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3228

3229 Muito obrigado, Dr. Leopoldo. O representante do Governo do Estado da Bahia insiste
3230 em que faça uso da palavra. Eu fiz o desafio de que ele falasse em trinta segundos, que eu quero
3231 ver se isso é cumprível. Acredito que o CONAMA perdoará essa minha curiosidade. Por
3232 gentileza, Dr. Durval Olivieri.

3233

3234

Conselheiro Durval Olivieri (*Representante do Governo do Estado da Bahia*)

3235

3236

Obrigado Presidente e Conselheiros. Eu vejo com muito bons olhos essa primeira vez que o assunto da transposição em discussão é apresentado, ainda que pelo Ministério responsável pela sua obra, ao CONAMA. Esse assunto provoca perplexidade em todo o Brasil e, no nosso Estado, o assunto é discutido com emoção. Não me cabe aqui, no momento, fazer uma aprovação política, mas agradecer a exposição e dizer que, realmente, o assunto deve ser discutido nas esferas políticas e técnicas, como diz a legislação brasileira, e tenho a esperança de que alguma solução proveitosa será alcançada para todo o nosso País, que precisa de alguma solução para os seus problemas.

3244

3245

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3246

3247

Parabéns ao Doutor Durval. O senhor ficou em 43 segundos, que é um recorde. Eu só queria, antes de devolver a palavra ao Doutor Rômulo, lembrar as palavras do Doutor Jair: este disquete que está sendo entregue, com toda aquela apresentação, é uma primeira aproximação. O Doutor Jair está se comprometendo a disponibilizar isso no site do CONAMA e trazer a informação também, não sei se todos têm, de que uma primeira versão do Estudo de Impacto Ambiental foi apresentada pelo Ministério da Integração Nacional ao IBAMA e está sendo analisada, começou os estudos de análise. Doutor Rômulo quer dizer, em 30 segundos também? Por favor, alguma informação? Só para que isso fique, também, patenteado.

3255

3256

Conselheiro Rômulo F. J. Melo (*representante do IBAMA*)

3257

3258

É Rômulo Melo do IBAMA, agora. Só informando que deu entrada, realmente, o Estudo e o Relatório. Nós já formalizamos, hoje, ao Ministério da Integração, a aceitação e estamos tomando as providências normais no processo de licenciamento. Dada a complexidade e a amplitude do processo, esse processo de licenciamento vai, efetivamente, envolver todos os Estados afetados pelo projeto. Então, no processo de licenciamento, os estudos serão enviados aos Estados que participarão e que serão ouvidos no processo de licenciamento. Com certeza. É o que estipula a 6.938.

3265

3266

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3267

3268

Obrigado ao Dr. Rômulo Melo. Agora eu vou pedir ao Dr. Rômulo Macedo, por gentileza.

3269

3270

Conselheiro Rômulo Macedo (*Ministério da Integração Nacional*)

3272

3273

Bom, me parece que a preocupação básica aqui, do Dr. Carneiro, Almirante Câmara e Dr. Leopoldo, é com a questão da revitalização hidro-ambiental do Rio São Francisco, que é uma preocupação muito válida e, por isso mesmo, é que o Ministério da Integração Nacional elaborou, recentemente, um plano de revitalização hidro-ambiental do Rio São Francisco, justamente por solicitação de várias lideranças da Bacia do São Francisco. Distribuimos esse plano para todos os Estados da Bacia e para alguns Órgãos Federais que tem haver com a questão da utilização dos recursos naturais na Bacia do São Francisco. No início do próximo mês, na primeira quinzena do próximo mês, vamos promover um amplo debate com os Estados e com os Órgãos Federais, que tem a ver com a questão do meio ambiente lá na Bacia do São Francisco, para consolidar, para sistematizar os programas lá propostos e, inclusive, já fizemos uma proposta recente ao Ministério do Planejamento para incluir no PPA, Programa Avanço Brasil. Eu queria dizer ao Dr. Leopoldo que, infelizmente, é um projeto muito grande, complexo e não tivemos muito tempo para expor, por isso que ficou, tivemos que passar por cima, assim, rapidamente. Mas estamos à disposição de qualquer organismo público, Estadual, Federal,

3286

3287 Municipal, pessoas e tudo, que estejam interessadas em conhecer o projeto. Nós podemos nos
3288 deslocar para onde quer que seja e, no próprio Ministério, disponibilizar toda a informação para
3289 quem desejar. Bom, agradecer a intervenção do xará, o Rômulo Melo, e a informação sobre o
3290 IBAMA, sobre o início do processo de licenciamento pelo IBAMA, hoje.

3291
3292 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3293

3294 Nós é que queremos agradecer, também, ao Dr. Rômulo Macedo e, também, ao nosso
3295 companheiro, e ao Ministério da Integração Nacional, fazendo um convite para que o senhor
3296 esteja sempre convidado. O Ministério tem assento no Plenário do CONAMA, mas o senhor é
3297 bem vindo em todos os momentos em que esse assunto for discutido. E lembrar a todos de que
3298 nós estamos fazendo apenas uma primeira apresentação, uma primeira aproximação, não estamos
3299 tomando nenhuma deliberação a respeito. Mas, entendemos que nós começamos uma nova fase,
3300 ou retomamos uma fase importante do CONAMA que é a de apresentação de matérias, como foi,
3301 praticamente, todo o dia de hoje. E, nesse sentido, convidamos o senhor a tomar sossegadamente
3302 o seu café aqui. Nós precisamos passar ao ponto 9 da ordem do dia e eu vou pedir ao Dr. Jair
3303 Sarmiento que já inicie com o ponto 9.1, que dispõe sobre os novos limites máximos de emissão
3304 de ruídos por veículos automotores. Por gentileza, é uma questão de ordem levantada pelo
3305 Secretário de Meio Ambiente do Estado Rio Grande do Sul, Dr. Langone.

3306
3307 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)
3308

3309 Boa tarde a todos os Conselheiros. Eu gostaria de levantar uma questão de ordem no
3310 seguinte sentido: embora todos os pontos discutidos até aqui sejam extremamente relevantes, de
3311 fato a nossa pauta de trabalho ainda não iniciou. E são 16:10 horas. Nós temos várias Resoluções
3312 complexas na Ordem do Dia e é necessário que, antes de iniciarmos, de fato, a pauta de trabalho,
3313 que é a de aprovação de Resoluções. E aqui eu quero registrar: entendo que a distribuição de
3314 assuntos na pauta foi mal feita, em função de que esses assuntos, que são assuntos de informe
3315 geral, tomaram 80% do nosso tempo da reunião, com uma pauta importante e densa. Então,
3316 gostaria que, antes de nós iniciarmos a avaliação desses processos, nós pudéssemos dimensionar
3317 quais são as nossas possibilidades, significa dimensionar o teto máximo de duração da reunião e
3318 se, de fato, nós vamos trabalhar com o objetivo de cumprir toda a pauta originalmente prevista,
3319 ou se vamos priorizar alguns desses pontos que estão para fim de avaliação, uma vez que, desses
3320 pontos, restam aí uns cinco ou seis, pelo menos três deles são objetos já de pedidos de vistas e,
3321 portanto, entram pela segunda vez em reunião do nosso Conselho.

3322
3323 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3324

3325 Dr. Langone, em primeiro lugar, queria lembrar que na última reunião nós tivemos uma
3326 interrupção involuntária, por uma questão de falta de energia. Isso, também, dificulta essa
3327 questão da condução e do equilíbrio que o senhor reivindica. E, para que não percamos muito
3328 tempo, informar que a intenção da Mesa é de que, realmente, nós cumpramos toda a pauta.
3329 Agora, nós temos também um outro compromisso, de terminar essa reunião às 17 horas. Talvez a
3330 gente tenha que verificar com os Conselheiros se é possível prolongar por meia hora, quarenta
3331 minutos, se isso não prejudicará, alguns tem vãos marcados. Quem tem vão? Porque, como nós
3332 sabíamos que tinha uma Reunião Extraordinária, imaginamos que a maioria ficaria aqui. Quem é
3333 que tem impossibilidade de prorrogar essa reunião? Dois Conselheiros? Sete. Vamos tentar,
3334 então, andar o mais rápido possível, para que a gente possa cumprir com essa pauta. Sem mais
3335 delongas, Dr. Jair, por gentileza, item 9.1.

3336
3337 **Dr. Jair Sarmiento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
3338

3339 Pois não. Encaminhamento, então, do item 9.1. É uma matéria que já foi levantada na
3340 reunião anterior, foi defendida, e sobre a qual se pediu vista. O Conselheiro que pediu vistas do
3341 processo é o Conselheiro Axel Grael que, inclusive, se dirigiu à Presidência do CONAMA
3342 apresentando as escusas do seu Estado do Rio de Janeiro, em função de questões políticas
3343 vividas pelo Estado, nesse momento, e que impediram a presença dele aqui. Nos pediu que
3344 lêssemos o relato feito pelo Conselheiro em relação a essa matéria. Eu tomo a liberdade, como se
3345 tratam apenas de dois parágrafos, de proceder à leitura desse Ofício dirigido à Secretaria
3346 Executiva do CONAMA, relativamente, portanto, à Proposta de Resolução sobre novos limites
3347 máximos de emissão de ruídos por veículos automotores. Diz o seguinte, aliás consta da pauta
3348 que todos os senhores tem em mãos:

3349 “O presente processo foi objeto de pedido de vistas por parte da representação do Estado
3350 do Rio de Janeiro neste CONAMA, conforme previsão regimental. Considerando que há especial
3351 interesse do Estado na matéria, que executa regularmente as rotinas de inspeção veicular
3352 obrigatórias e possui legislação própria sobre o assunto.

3353 Submetido à equipe técnica da Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente,
3354 FEEMA, seus técnicos emitiram parecer favorável aos termos apresentados na referida proposta,
3355 uma vez que os novos limites apresentados serão mais restritivos e, sendo aprovados pelo
3356 CONAMA, contribuirão sensivelmente para a melhoria da qualidade ambiental, principalmente
3357 nos grandes centros urbanos.

3358 Ao ensejo renovamos protestos e etc...”.

3359 Esse é, portanto, o parecer do Conselheiro Axel Grael relativo a essa matéria. Eu quero
3360 esclarecer o seguinte: houve, infelizmente, um problema em relação a essa Proposta de
3361 Resolução e a Proposta de Resolução seguinte, que diz respeito a método alternativo para
3362 monitoramento de ruído de motocicletas. Acontece o seguinte: afora o pedido de vista do
3363 Conselheiro Axel Grael, o Conselheiro Paulo Ferreira, em nome do Estado de São Paulo, pediu
3364 junto vista, e foi acordado que eles preparariam um relatório conjunto a respeito dessa matéria.
3365 Ocorre que o relatório de São Paulo foi enviado ao Dr. Axel e, por razões que nós
3366 desconhecemos, não teria chegado ou não teria sido contemplado no parecer do Dr. Axel. Nós
3367 procedemos a uma negociação de bastidores, no decorrer da reunião, com o Conselheiro
3368 representante do Estado de São Paulo, com vista a evitar um prejuízo na votação dessa matéria.
3369 Ocorre que a contribuição de São Paulo é muito rica. Ela envolve acréscimos a Resolução, mas
3370 ela tem uma característica, ela não, o parecer de São Paulo não altera em nada o conteúdo básico
3371 das duas Resoluções, tal como elas se apresentam. Então, o acordo alcançado foi o seguinte:
3372 tendo em vista que o volume de matéria apresentada pela CETESB, adicionalmente, é um
3373 volume grande, nós concordamos, Secretaria Executiva do CONAMA e o Governo do Estado de
3374 São Paulo, de que o Grupo de Trabalho que tratou dessa matéria se incumbiria desta contribuição
3375 trazida por São Paulo, e nós trabalharíamos, já na perspectiva da próxima reunião, com uma
3376 Resolução de natureza complementar. Isso tem uma razão de ser e a razão de ser está no
3377 reconhecimento da importância de que essa matéria não apenas seja votada, mas entre em vigor.
3378 A matéria correspondente a essas duas Resoluções que estão sendo analisadas, há conveniência
3379 que elas sejam votadas e entrem em vigor. Inclusive esta aqui, apesar do Dr. Axel e do Dr.
3380 André, representantes do Rio de Janeiro, não poderem estar presentes, esta aqui um técnico da
3381 FEEMA, por gentileza, que eu tenho impressão que corresponde exatamente à análise do Dr.
3382 Axel. Ele aquiesce com a cabeça, no sentido de que esse é, exatamente, o entendimento dos
3383 relatores, Rio de Janeiro e São Paulo. Então, eu pediria o entendimento do Plenário, em nome do
3384 relator, no sentido de um voto favorável a esta Resolução, porque é ela que será votada agora,
3385 depois nós repetiremos o procedimento em relação a Resolução seguinte, no sentido de que ela
3386 seja aprovada *in totum*, e que nós trabalhemos, depois, em uma Proposta de Resolução
3387 complementar, com base na contribuição de São Paulo.

3388

3389 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3390

3391 Muito obrigado, Dr. Jair. O assunto esta, portanto, em discussão. Por gentileza, o
3392 primeiro inscrito, que decline o nome.

3393

3394 **Sr. Silvio Monteiro de Paula, (Governo do Estado do Amazonas)**

3395

3396 Silvio Monteiro de Paula, Governo do Estado do Amazonas. Eu gostaria de dizer que a
3397 Industria de motocicletas, com o objetivo de atender ao mercado Europeu, solicitou essa alteração,
3398 de forma que utilizassem essa metodologia, que não altera os níveis do ruído, mas tem uma nova
3399 metodologia para estabelecer na Resolução do CONAMA. A Proposta dessa alteração foi
3400 elaborada pelo IBAMA e pelo INMETRO e aprovada pela Câmara Técnica, com a presença da
3401 CETESB, existe a assinatura da CETESB na aprovação da Câmara. A FEEMA, do Rio de
3402 Janeiro, que solicitou a vista do processo na ultima reunião, também recomenda que a alteração
3403 seja aprovada pelo CONAMA. Existe um grande esforço de exportação do Governo Federal e,
3404 particularmente, pelo Estado do Amazonas, onde essas indústrias estão instaladas. A indústria de
3405 motocicletas brasileira deixou de atender, esse ano, o mercado Europeu por não atender a essa
3406 simples alteração. Caso o CONAMA protele, mais uma vez, a decisão de alteração, a industria e
3407 o Brasil perderá os contratos de exportação previstos para o próximo ano. Então, eu peço, em
3408 nome do Governo do Estado, que seja feita essa aprovação, a avaliação da proposta do
3409 CONAMA, hoje, para que a gente tenha a resposta o mais rápido possível. Obrigado.

3410

3411 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

3412

3413 Muito obrigado. Só um esclarecimento: o que o nobre Conselheiro chama de alteração
3414 é, justamente, a proposta que esta sendo colocada aqui, que altera a Resolução anterior. Então,
3415 ele esta falando em apoio à proposta que foi apresentada pela Câmara Técnica, para não haver
3416 mal entendido. Por gentileza, o senhor decline o nome e a instituição.

3417

3418 **Paulo Ferreira, (Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo)**

3419

3420 Paulo Ferreira, Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo. Deixa eu
3421 esclarecer, com muita nitidez, o que aconteceu com essa Resolução. Na reunião anterior, o
3422 colega Axel pediu vistas, então tínhamos feito um acordo de que, em quinze dias, São Paulo
3423 encaminharia a sua contribuição. É posição de São Paulo de que as duas Resoluções, não só essa
3424 de motocicletas, como a seguinte de motores, elas representam um extraordinário ganho
3425 ambiental, então, na reunião passada, nós já éramos a favor que ela fosse aprovada. Só que nós,
3426 inclusive na época da Resolução, que o colega falou na participação do CETESB, tinha sido
3427 detectada uma serie de questões que são importantes do ponto de vista formal, por exemplo: fala
3428 em redução de ruídos, mas a pista em que esse ruído vai ser medido não é normalizada; fala em
3429 normas e em parâmetros que são referenciados a normas do Mercado Comum Europeu, que eles
3430 mudam ao momento em que eles quiserem, e que nós, então, ficaremos ultrapassados. Então, a
3431 contribuição da CETESB, na verdade, ela procura sanar essas dificuldades: ela, em nada, ela não
3432 quer que deixe de ser aprovado; ela reconhece que isso é um ganho ambiental; ela entende os
3433 problemas de exportação; ela esta a favor de que isso seja resolvido. Mas, a proposta nossa é no
3434 sentido de que isso seja resolvido com mais rigor técnico, e esse foi o sentido. O atropelo que
3435 ocorreu foi que, como tinha sido combinado, como o Rio de Janeiro havia pedido vista, teríamos
3436 tempo, então, de fornecer essa contribuição adicional. São Paulo fez isso no prazo correto, 15
3437 dias depois da Resolução, do pedido de vistas. E não sei qual foi a razão, eu não recebi. Não só
3438 mandamos a copia por e-mail para o Rio de Janeiro, como mandamos para o Ministério do Meio
3439 Ambiente e para o CONAMA. Não sei o que aconteceu, mas de nenhum dos dois tivemos o
3440 retorno. Então, a nossa contribuição foi fornecida, ela esta com o Dr. Jair, fizemos esse acordo
3441 com ele e sugerimos até mais: que não só isso entrasse em discussão, depois não, que em trinta
3442 dias. Em primeiro lugar, que fosse aprovada a Resolução hoje, e que, em trinta dias, se aquela

3443 contribuição de São Paulo for importante e for relevante, que ela seja implementada em uma
3444 Resolução complementar, conforme tínhamos acertado.

3445

3446 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3447

3448 Bom, entendo eu que o encaminhamento de São Paulo é favorável a aprovação, tanto da
3449 Resolução que consta do artigo 9.1, como do artigo 9.2. Dr. Finotti retirou. Ninguém quer mais
3450 fazer uso da palavra. Por gentileza, representante do Ministério dos Transportes. Desculpe, do
3451 Instituto Brasileiro de Siderurgia.

3452

3453 **Conselheira Maria Cristina Yuan** (*Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia*)

3454

3455 Entendo que o assunto esta em discussão. Como houve pedido de vistas na reunião
3456 anterior, não houve oportunidade de discussão. Eu queria fazer apenas algumas sugestões de
3457 forma: onde diz aqui....

3458

3459 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3460

3461 Nós estamos na pagina 49, confere.

3462

3463 **Conselheira Maria Cristina Yuan** (*Representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia*)

3464

3465 Na pagina 50, desculpe, no início da pagina 50.

3466 Para os veículos nacionais produzidos para o mercado interno e veículos importados, eu
3467 sugeriria: para os veículos produzidos no país, supressão da palavra nacionais e ficaria, para
3468 veículos produzidos no país. E, também, ao final desse mesmo parágrafo, aonde diz: definidos na
3469 tabela anexa, a minha sugestão é que a tabela fosse, realmente, anexa, quer dizer, fosse para o
3470 final da Resolução, porque fala anexa e ela esta inserida no meio dos artigos, então é só uma
3471 sugestão de mudança de forma.

3472

3473 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3474

3475 Perfeitamente. Acredito que é auto explicável a sugestão da Conselheira e, se ninguém
3476 tiver nada em contrario, nós podemos incorporar de imediato, pois me parece que melhora o
3477 esclarecimento da Resolução. Continua em aberto a palavra. Por gentileza, representante do
3478 IBAMA.

3479

3480 **Silvania Medeiros Gonçalves**, (*Coordenadora do Programa Silencio e Poluição Sonora do IBAMA*)

3481

3482 Com relação ao que você acabou de apresentar agora, nós nos referimos aqui a tabela 1,
3483 não a anexa.

3484

3485 Desculpe, Silvania Medeiros Gonçalves, eu sou Coordenadora do Programa Silencio e
3486 Poluição Sonora do IBAMA. Com referencia ao item que a Conselheira se referiu é que estamos
3487 na tabela 1. “Para os veiculos nacionais produzidos para o mercado interno e veículos
3488 importados”, eu estou no artigo 1º, parágrafo 1º, “Para os veículos nacionais produzidos para o
3489 mercado interno e veiculos importados entra em vigor os limites máximos de ruído, com veiculo
3490 em aceleração, definidos na tabela 1 dessa Resolução”. Nós não temos anexo aqui, nós temos
3491 uma tabela.

3491

3492 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3493

3494 O texto esta escrito tabela anexa a esta Resolução. A senhora esta olhando um texto que
3495 não é o que esta sendo discutido. Só existe uma tabela, então, tanto faz ser anexa ou 1, é
3496 indiferente. O Dr. Durval acertou na caçapa, “na tabela constante desta Resolução”. Bem,

3497 resolvido esse impasse, alguém tem mais desejo de fazer uso da palavra? Não havendo nenhum
3498 outro inscrito, eu então passaria a votação, em primeiro lugar, do item 9.1, que diz respeito a:
3499 “dispõe sobre novos limites máximos de emissão de ruídos por veículos automotores”. Eu
3500 gostaria que os Conselheiros que tem direito a voto se munissem dos seus cartões de voto, por
3501 favor, porque nós vamos, conforme solicitado na última reunião, fazer uma contagem dos votos.
3502 Aqueles que estiverem a favor da aprovação da Resolução que, por favor, levantem a mão e
3503 mantenham a mão levantada com o seu cartão, para contagem correta. 30 votos, 32, porque tem
3504 dois que estavam sem cartão. Então, 32 votos a favor. Aqueles que são contrários, por favor,
3505 levantem a mão com o seu cartão e mantenham a mão levantada. Nenhum voto contrario.
3506 Alguma abstenção? Depois da votação, a questão de ordem. No meio da votação não há questão
3507 de ordem. Alguma abstenção? Uma abstenção e 33 votos a favor.

3508 Questão de ordem, por favor. Eu acho que isso já vai colocado de que, conforme foi
3509 apresentado, aprovado nesse sentido, o detalhamento será feito dentro do encaminhamento
3510 proposto. O Dr. Leopoldo levanta uma questão de quorum, certo? Eu não votei, então eu faço o
3511 numero 35 e aqui faz o numero 36, certo? O quorum é de quanto? Então. vamos fazer uma
3512 verificação de quorum, por gentileza, levantada a questão pelo Dr. Leopoldo. Eu vou pedir
3513 diferente. Todos aqueles que tem direito de voto que, por favor, fiquem de pé, é uma questão
3514 grave e eu acho que vale a pena nós fazermos uma contagem. Muito obrigado pela presença do
3515 Presidente da ABEMA que nos dá o quorum. Então, esta validada a votação com a presença do
3516 quorum. Eu vou passar, então, a votação do item 9.2, que diz respeito a Proposta de Resolução
3517 para monitoramento, desculpe, “dispõe sobre métodos alternativos para monitoramento de ruídos
3518 de motocicletas”. Aqueles que estiverem a favor da aprovação, por favor, levantem a mão,
3519 munidos de seus cartões, e mantenham a mão levantada até o final da contagem. 33 votos? Não
3520 pode ser 36 porque nós não votamos. Não deu nenhum voto contrario. Alguma abstenção? 3
3521 abstenções, então esta aprovada. Passamos agora ao item 9.3, que “dispõe sobre a
3522 regulamentação do uso de dispersantes químicos em derrame de óleo no mar”. O Secretario
3523 Langone tem um parecer a respeito do assunto que ele poderia, parece que, nos fazer a leitura.
3524 Por gentileza.

3525

3526 **Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

3527

3528 Nós fizemos uma avaliação técnica a respeito da Resolução. Há um acordo geral sobre a
3529 idéia da possibilidade de aplicação desse produto. E a construção técnica da Resolução esta
3530 bastante adequada, mas nosso parecer final dá conta de uma proposição modificativa, onde, já na
3531 parte da regulamentação, onde se prevê o ritual para a aprovação, para a aplicação dos
3532 dispersantes. É no artigo 3.4.3.1, onde nós propomos uma nova redação que diz o seguinte: “a
3533 utilização de dispersantes químicos devera ser comunicada previamente...”.

3534

3535 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**

3536

3537 Só um segundinho, para que todos possam localizar. Da para ver a pagina, o artigo, uma
3538 referencia? E nós tentamos localizar, Mário...

3539

3540 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

3541

3542 3.4.3.1, pagina 79, embaixo, Comunicação e Relatório sobre Aplicação de Dispersantes.
3543 Confere, Dr. Langone?

3544

3545 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**

3546

3547 Esclarecimento, Dr. Langone. Você vai ler o texto já modificado pelo relator, de acordo
3548 com a sua proposta?

3549

3550 **Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)**

3551

3552

Com a proposta de modificação já.

3553

3554

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

3555

3556

Já acatada, não é isso? Pois veja que é um texto que foi distribuído a todos, em que a sua proposta já esta incorporada. É isso que vai ser lido, não?

3557

3558

3559

Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

3560

3561

Eu não vi o texto que foi distribuído a todos. É que nós fizemos uma retificação. Já é a retificação que esta incorporada?

3562

3563

3564

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

3565

É. A pagina 79, que todos os Conselheiros tem em mãos, ela incorpora.....

3566

3567

3568

Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

3569

3570

Eu não tenho o 79 aqui. É uma retificação nesse nosso..... Fim da Fita

3571

3572

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

3573

3574

Nós só recebemos um, no dia 30 de agosto, que chegou ao CONAMA no dia 6 de setembro. Um ofício seu de numero 546/00. É esse?

3575

3576

3577

Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

3578

3579

Depois foi enviado um outro ofício, de 11 de setembro.

3580

3581

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

3582

3583

Não, esse não foi recebido e seria, também, totalmente extemporâneo. Então, teria que ser apresentado, agora, sobre forma de Emenda de Plenário. Porque o prazo era, na verdade, trinta de agosto e a primeira contribuição deu entrada no dia 6 de setembro, esse do dia 11 não foi recebido. Agora, naturalmente, há tempo hábil, em termos da apresentação agora, só que os Conselheiros vão precisar tomar conhecimento de um texto que eles não tem na mão. Então, vamos esclarecer: o texto que os Conselheiros tem na mão incorpora a modificação proposta pelo Conselheiro Langone.

3584

3585

3586

3587

3588

3589

3590

3591

Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

3592

3593

A modificação é uma palavra.

3594

3595

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

3596

3597

Perfeito. Então, vamos....

3598

3599

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

3600

3601

E é uma única modificação nesse item.

3602

3603

Conselheiro Cláudio Langone (Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul)

3604

3605

Se for necessário fazer o esclarecimento, aí a gente lê de novo.

3606

3607 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3608

3609 Então, vamos lá. Então, é o 3.4.3.1

3610

3611 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)

3612

3613 “A utilização de dispersantes químicos deverá ser comunicada, previamente, ao Órgão
3614 Estadual de Meio Ambiente e ao IBAMA, possibilitando o acompanhamento e monitoramento
3615 do seu uso pelos Órgãos Ambientais”.

3616

3617 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3618

3619 Bom, isso não é uma modificação de uma palavra, o texto é completamente diverso.
3620 Então, talvez, a gente esteja em outro ponto. O 3.4.3.1 que nós temos aqui é “comunicação
3621 formal ao Órgão Estadual do Meio Ambiente, OEMA”.

3622

3623 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)

3624

3625 O relator podia nos ajudar.

3626

3627 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)

3628

3629 A única alteração é a palavra “previamente”.

3630

3631 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3632

3633 O Robson vai nos ajudar, por gentileza, só para que a gente possa organizar. Página,
3634 Robson, por favor.

3635

3636 **Robson José Calixto** (*Assessor da SQA/MMA*)

3637

3638 Boa tarde, Robson José Calisto, Assessor do Ministério do Meio Ambiente, SQA. Na
3639 verdade, o que aconteceu foi o seguinte: o Conselheiro Langone, através de sua Instituição, ele
3640 solicitou essa colaboração, bastante rica, como a questão “previamente”, a partir de um item. O
3641 item seria um item novo, 3.4.3.1, seria: “a utilização de dispersantes químicos deverá se
3642 comunicada formalmente ao órgão, previamente”, dando essa idéia de previa. Acontece que isso
3643 não poderia ser um item, porque seria o título do item e o item teria que ser detalhado. Então, a
3644 idéia, que eu percebi muito bem, seria, que o Conselheiro Langone gostaria, é que antes da
3645 instituição lançar o dispersante, que isso fosse comunicado previamente ao Órgão Ambiental,
3646 para que o Órgão Ambiental fosse e acompanha-se o lançamento. Então, o quê que aconteceu?
3647 Como não era possível fazer um item novo, porque isso teria que ser detalhado, então como é
3648 que ficou a idéia, incorporando a idéia? Então, vocês veriam na página 79, seria assim:
3649 “comunicação formal ao Órgão Estadual de Meio Ambiente e a representação do Instituto
3650 Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais - IBAMA local, conforme estabelecido no
3651 Plano de Contingência local, possibilitando o acompanhamento e monitoramento do seu uso
3652 pelos Órgãos Ambientais”. Aí eu incorporei então a idéia. “Devendo essa comunicação conter,
3653 no mínimo, os seguintes dados, aí teríamos que ajustar o tempo verbal: nome e coordenada
3654 geográfica do local onde ocorreu o derrame de óleo e pretende-se aplicar o dispersante; tipo e
3655 característica do óleo derramado; data e hora de quando foi verificado o derrame de óleo e a
3656 previsão de quando ocorrerá a primeira aplicação de dispersantes, e o nome do dispersante a ser
3657 aplicado. Quer dizer, eu incorporei essa idéia, mas tinha que modificar o texto para dizer, então,
3658 que, antes de ser lançado o dispersante, que isso fosse comunicado, previamente, ao Órgão
3659 Ambiental.

3660

3661 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3662

3663 Mas isso já foi incorporado.

3664

3665 **Robson José Calixto** (*Assessor do SQA/MMA*)

3666

3667 Já esta no texto.

3668

3669 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3670

3671 Dr. Langone, é exatamente isso que era desejado, satisfaz?

3672

3673 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)

3674

3675 Essa construção é adequada. Havia uma proposição original que condicionava a uma
3676 prévia autorização do Órgão Ambiental. Como na discussão aqui surgiu a preocupação de que,
3677 muitas vezes, os órgãos não têm plantão, ou não estão funcionando, e você precisa de mais
3678 agilidade, nós substituímos a figura de autorização por comunicação prévia, que possibilita uma
3679 maior agilidade. Se for num fim de semana, por exemplo, a comunicação pode ser um fax
3680 enviado ao Órgão Ambiental. E possibilita, subentende a possibilidade de acompanhamento pelo
3681 Órgão Ambiental e, obviamente, se houver algum problema, o Órgão Ambiental tem a
3682 prerrogativa de não autorizar. Então, a única modificação significativa, que esta contemplada
3683 pela redação dada pelo Robson, é a que obriga que, antes da aplicação, seja comunicado o Órgão
3684 Ambiental Estadual e o IBAMA local.

3685

3686 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3687

3688 Perfeito, muito obrigado ao Dr. Langone. Parece que o Dr. Robson tem alguma outra
3689 comunicação a fazer. Por gentileza, tenha então a palavra, por favor.

3690

3691 **Robson José Calixto** (*Assessor do SQA/MMA*)

3692

3693 Rapidamente. Na verdade, nós tivemos o pedido de vistas do Conselheiro Langone, mas
3694 também, informalmente, no mesmo dia, foram apresentadas algumas sugestões pela ANAMMA.
3695 Então, como a gente já ia rever a questão pelo Rio Grande do Sul e, também, essa proposição,
3696 ela foi feita antes da Lei 9.966, de 28 de abril, era necessário a gente atualizar o texto, conforme
3697 a base legal nova. Então, eu gostaria que a gente voltasse na página 65, por favor, logo na
3698 introdução, para vocês terem uma idéia rápida. Logo no início, o texto vem falando que o Brasil
3699 ratificou a Convenção OPRC e essa Convenção demanda que o Brasil tenha um Plano Nacional
3700 de Contingência, então, na seqüência, foi colocado que essa mesma obrigatoriedade foi ratificada
3701 pela lei 9.966, e segue, conforme o texto. É só uma atualização aí na introdução. Na página 68,
3702 item 3.1.2.B, é só para a questão de clarificação, aí foi solicitação da ANAMMA, e foi
3703 complementado: “em situações nas quais outras técnicas de resposta, como contenção e
3704 recolhimento do óleo não sejam eficientes”, aí, “em função das características do óleo, do
3705 volume derramado e das condições ambientais”. É só para clarificar. Já na página 69, também
3706 para clarificação, no finalzinho do item 3.2.1 I, 1 em romano, “onde tanto dispersantes químicos
3707 e misturas de óleos possam permanecer concentrados, ou tenham um alto período de residência,
3708 tais como os corpos d’água costeiros semifechados”, como são as questões das baías, lagunas e
3709 estuários. Ao finalzinho, ali no amarelinho, um pouco acima. Foi só introduzido, “tais como
3710 corpos d’água costeiros semifechados”. Porque é onde acontece essa permanência maior, são
3711 nesses corpos d’água semifechados, é só uma complementação. Já no item 3, também para ficar
3712 mais claro, que seriam: “a aplicação não poderia ser feita em áreas discriminadas nos mapas de
3713 sensibilidade como sendo...”, aí só ficou, para ficar mais claro, nos mapas de sensibilidade. Aqui,

3714 mais embaixo, 4, a ANAMMA tinha solicitado que fosse padronizada a unidade de viscosidade,
3715 porque ela encontrou duas unidades diferentes. Mas acontece que isso não pode ser padronizado,
3716 porque nós estamos tratando de duas viscosidades, uma é dinâmica e outra é cinemática. Então,
3717 para ficar mais claro, eu coloquei o nome dinâmica, para não se ter dúvida. Já estou quase
3718 finalizando. Na página 76, por esse problema, então introduziu o nome viscosidade cinemática.
3719 Uma era dinâmica e a outra era cinemática. Na pagina 78, no finalzinho, ele diz que esses dados
3720 podem ser utilizados para modelos matemáticos, eu incorporei a idéia dizendo: “esses dados
3721 poderão ser utilizados em modelos matemáticos, previsão de tendência e deslocamento da
3722 mancha”. Isso foi incorporado. Na página seguinte, também, é uma explicitação de se tentar
3723 abranger, ampliar o conceito de frutos do mar para organismos marinhos. E, por ultimo, voltando
3724 aqui a questão do Dr. Langone, houve uma questão editorial, o que o pessoal esta pedindo é que,
3725 ao invés de dizer comunicação formal, seria comunicação prévia, em vez de ser comunicação
3726 formal, ser uma comunicação prévia. No item 3.4.3 I, comunicação formal previa, seria
3727 comunicação formal prévia. E aqui, na parte de baixo, só para complementar, local onde ocorreu
3728 o derrame de óleo “e que” pretende-se aplicar o dispersante, e acabaria a seqüência. Somente
3729 isso.

3730
3731 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
3732

3733 Eu quero esclarecer que no e-mail dos senhores, no trabalho, esse texto completo está a
3734 disposição, com exceção das duas palavras que foram acrescentadas agora, “prévia” e “e que”.

3735
3736 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3737

3738 Muito obrigado, então é isso, muito obrigado. Dr. Langone, quer fazer uso da palavra
3739 também. Por favor.

3740
3741 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)
3742

3743 Só em termos de complementação. O Dr. Axel enviou, nós recebemos hoje, uma série
3744 de contribuições, as mais importantes estão incorporadas nessas modificações. Inclusive,
3745 Robson, algumas dessas modificações propostas pela ANAMMA são coincidentes com as
3746 propostas pelo Rio de Janeiro. Mas, eu quero fazer o registro de que o Rio de Janeiro nos
3747 mandou algumas contribuições, então o Rio de Janeiro passará ao IBAMA esse documento,
3748 porque ele pode ser aproveitado em algumas questões, independentemente de modificações. E
3749 também quero registrar que esta modificação, esta pequena modificação, requer também uma
3750 alteração do fluxograma que esta descrito na Resolução.

3751
3752 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
3753

3754 Dr. Robson, por gentileza.

3755
3756 **Robson José Calixto** (*Assessor do SQA/MMA*)
3757

3758 Com licença, isso eu também já tinha analisado. Pode voltar o fluxograma no início? Na
3759 verdade, o fluxograma, ele é um fluxograma de tomada de decisão, se vai usar ou não. O
3760 procedimento de comunicação, ele já esta dito lá atrás, então, não precisa entrar porque ele já vai
3761 saber que, independente dessa decisão, se ele tomar, ele vai ter que formalizar. Então, isso aí é só
3762 para ele tomar a decisão, se pode ou não utilizar o dispersante. Porque o procedimento formal, o
3763 quê que ele vai ter que colocar, quando que ele vai dizer e quanto tempo ele vai ter, já esta lá
3764 atrás. Não precisaria modificar isso. Agora, a única coisa do português que o pessoal esta
3765 levantando.....

3766
3767 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

3768

3769

3770

3771

3772

3773

3774

3775

3776

3777

Por favor, questão de forma não é preciso, pode encaminhar depois. Nós já estamos com o tempo muito curto. Essas correções pequenas são muito bem-vindas, mas não creio que precisamos do tempo do Plenário todo. Mas, agradecemos muito, Robson. Dr. Langone, também, como é uma questão formal do fluxograma, se houver qualquer dúvida, nós podemos esclarecer posteriormente. Continua aberta, em discussão, a matéria. Ninguém mais inscrito, então, Dr. Shelley, por gentileza.

Conselheiro Shelley Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)

3778

3779

3780

3781

3782

3783

3784

Fiquei na dúvida. Eu gostaria só, principalmente formal e prévia é importante, porque você precisa de rapidez, quer dizer, você precisa agir rápido. Já está aprovado o dispersante, aí nós vamos ter que pedir autorização para usar e o óleo está lá vazando. Como é que a coisa fica? Então, gostaria de deixar claro, como é que nós vamos usar isso? Qual é a palavra certa para utilizar? Sem querer atrapalhar, apenas uma pergunta, porque eu não entendi bem. Qual a palavra adequada que vai ser usada, se é prévia ou se é formal?

3785

3786

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

3787

3788

3789

3790

O que o Dr. Langone já havia nos informado, inclusive, é que a intenção é a seguinte: se no fim de semana, o órgão não está funcionando, um fax e ele entende que já está formalizada essa questão.

3791

3792

Conselheiro Shelley Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)

3793

3794

3795

3796

3797

A informação é importante, agora a pessoa pode utilizar e informar. A informação ao Órgão Ambiental é fundamental, ao IBAMA, agora o que eu vejo é que, muitas vezes, por causa de uma palavrinha ou outra, o pessoal, está acontecendo o acidente e a pessoa não pode usar por causa de problema de informação.

3798

3799

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

3800

3801

3802

Eu queria que o senhor verificasse que palavrinha que o senhor quer, já que o senhor pediu a palavra. Mas o Dr. Robson poderá nos esclarecer, por gentileza.

3803

3804

Robson José Calixto (Assessor do SQA/MMA)

3805

3806

3807

3808

3809

3810

3811

Na verdade, em nenhum momento diz que tem que ter uma autorização prévia, mas sim a comunicação prévia, formal, entende? A empresa pode usar, mas antes de usar, ela envia uma correspondência, um fax para o Órgão de Meio Ambiente e para o IBAMA, dizendo que vai usar. Se for em um final de semana, por exemplo, o Órgão de Meio Ambiente tem que correr para lá, tem que ter alguém de plantão para ir lá acompanhar. Se for durante a semana é mais fácil. Essa é que é a questão. Porque o dispersante tem que ser usado em 24 horas.

3812

3813

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

3814

3815

3816

3817

3818

3819

3820

3821

Esta satisfeito, Dr. Shelley? A informação prévia, não a autorização prévia. Certo? E que fique claro que isso estará na nossa Ata. A questão continua em discussão. Algum Conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? Não havendo nenhum inscrito, quero colocar a questão em votação. Aqueles Conselheiros que estiverem de acordo, por favor, levantem os seus braços com os seus votos e permaneçam como estão. 30. Aqueles Conselheiros que estejam contrários, por favor, levantem a mão. Aqueles Conselheiros que queiram se abster que, por favor, levantem a mão. Duas abstenções. O Jair está dizendo que ele votou e eu não contei, então 31 a 2. Não? Então, 33 a 2, perfeito. Então esta aprovada essa matéria. Eu não votei, então tem

3822 mais uma presença aqui. Dr. Leopoldo, precisamos aguardar ou podemos dar como aprovada?
3823 Alguém tem alguma oposição ou podemos dar como aprovada? Aprovada, com a concordância
3824 do Dr. Leopoldo. Gostaria que o Plenário não ficasse insatisfeito com essa votação. A matéria foi
3825 votada, nós vamos ter que verificar novamente o quorum. Dr. Miriam Prochnow representante
3826 das Entidades Ambientalistas da Região Sul.

3827

3828 **Conselheira Miriam Prochnow (representante das Entidades Civas da Região Sul)**

3829

3830 Na realidade, é um questionamento com relação ao Regimento mesmo. Se há
3831 necessidade de, a cada votação, haver a conferencia do quorum ou se o quorum é verificado na
3832 abertura da reunião.

3833

3834 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**

3835

3836 Bem, eu gostaria de fazer um esclarecimento formal a respeito, é o seguinte: a
3837 preocupação que o Dr. Leopoldo esta manifestando, reiteradamente, em relação ao quorum, ela é
3838 eticamente fundada. Nós precisamos ter decisões que sejam representativas. A luz do Regimento
3839 Interno que esta em vigor, o quorum é verificado no início da sessão, a partir daí, isso tem sido a
3840 historia do CONAMA, tem se votado com quoruns diferentes, até porque as pessoas se afastam
3841 da sala por diferentes razoes, já ocorreu “n” casos aqui. Agora, é verdade que, no novo
3842 Regimento Interno, que foi apenas proposto por este Plenário, mas ainda não foi sancionado e,
3843 portanto, não está em vigor, isso será então uma norma a ser obedecida de maneira religiosa,
3844 daqui para frente. A norma que diz que as deliberações só podem ocorrer com a presença da
3845 metade mais um dos Conselheiros, a cada votação. Portanto, a norma atual em vigor do
3846 Regimento Interno faculta que a verificação de quorum seja feita da forma, inclusive, menos do
3847 que foi feito até agora, porque nós já fizemos, no decorrer da sessão, uma verificação. Como
3848 disse a Conselheira, talvez não fosse muito próprio também, a todo instante, fazer essa
3849 verificação. Mas, o Regimento Interno atual dá perfeita cobertura a votação que foi feita até
3850 agora.

3851

3852 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

3853

3854 Eu então entendo que as duas manifestações de irregularidade que foram colocadas, Dr.
3855 Jair as contestou. Em todo caso, a questão continua em debate. Alguém gostaria de falar sobre
3856 esse assunto? Ou acata a posição manifesta pelo Dr. Jair? Então esta acatada a posição do Dr.
3857 Jair, aqui pelo nosso decano, representante da Fundação Brasileira de Conservação da Natureza,
3858 se ninguém tiver nada em contrário.

3859

3860 **Não Identificado**

3861

3862 Por que não foi aprovado ainda o Regimento Interno?

3863

3864 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

3865

3866 O novo Regimento Interno não foi aprovado? Ele foi aprovado na penúltima reunião do
3867 CONAMA e está submetido ao Ministro que deve submete-lo ao Presidente da Republica,
3868 depende de uma série de modificações que foram feitas dentro do processo que se chama
3869 “Repensando o CONAMA”. Ninguém mais querendo fazer uso da palavra, nós vamos dar
3870 continuidade, então, passando ao item 9.4. que “dispõe sobre a proibição de substancias que
3871 destroem a camada de ozônio”. Dr. Jair, por gentileza.

3872

3873 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**

3874

3875 Eu pediria ao Dr. Fernando Vasconcellos, que é o relator. Dr. Fernando Vasconcellos,
3876 da Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. O Coordenador do grupo é
3877 o Dr. Drault Ernani, que solicitou, justamente, que o Dr. Fernando fizesse a defesa do projeto.
3878 Trata-se de um Grupo de Trabalho da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Aliás, enquanto o
3879 Dr Drault se prepara, eu queria esclarecer que aquela questão a que nós nos referimos antes,
3880 relativa a ruído, não voltará para o Grupo de Trabalho, voltará para a Câmara Técnica de
3881 Controle Ambiental apreciar.

3882

3883 **Conselheiro Drault Ernani, (Assessor do Ministério do Desenvolvimento)**

3884

3885 Boa tarde. Meu nome é Drault Ernani, sou Assessor do Ministério do Desenvolvimento
3886 e, hoje, o Dr Jair falou que eu estou sendo nomeado como Conselheiro suplente do Ministério.
3887 Então, é com grande alegria que estou aqui representando o Ministério e é mais um desafio para
3888 que eu possa vencer esse obstáculo. Eu gostaria de contar com a colaboração dos Conselheiros
3889 que já estão há muito tempo nesse CONAMA. Eu, como Coordenador do grupo da Câmara de
3890 ozônio, eu fui pego de surpresa para coordenar esse grupo porque, com a reestruturação do
3891 Ministério, algumas pessoas se ausentaram dessa coordenação. Eu tive uma ajuda do Dr.
3892 Fernando Vasconcellos, do Ministério do Meio Ambiente, que foi o relator desse grupo e ajudou
3893 de uma forma expressiva, e eu queria passar a palavra para ele, uma vez que ele já vinha
3894 coordenando esse grupo de uma forma indireta, através do Ministério do Meio Ambiente.
3895 Obrigado.

3896

3897 **Dr. Fernando Vasconcellos, (Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos)**

3898

3899 Obrigado, Conselheiro. O que nos trás aqui é uma proposta de atualização de uma
3900 Resolução editada em 95, por esse Conselho, e nós temos alguns objetivos com essa atualização.
3901 Antes da gente colocar e passar para leitura da Mesa, eu queria retratar que, essa versão, hoje
3902 aqui apreciada por todos os senhores, é resultado de um consenso, consenso estabelecido entre o
3903 governo, setor produtivo, representado esse setor produtivo por nove associações de classe, o
3904 Governo, os sete Ministérios, além do próprio Ministério do Meio Ambiente, mais outros seis,
3905 Ministério do Meio Ambiente como Coordenador do Comitê Interministerial Pró-proteção da
3906 Camada de Ozônio. Então, com a colaboração efetiva de mais seis Ministérios, a gente tem agora
3907 uma proposta de consenso, isso é muito importante. Esse consenso foi estabelecido durante cinco
3908 reuniões do Grupo de Trabalho e mais outras duas reuniões da própria Câmara Técnica. O
3909 assunto, eu acredito que tenha sido discutido em sua exaustão, e a busca da perfeição foi uma
3910 questão que ficou presente em todos os debates. Com essa modificação que se apresenta, eu
3911 queria retratar para os senhores que nós vamos flexibilizar o prazo que nós temos hoje, no Brasil,
3912 apresentado pela Resolução de 1995, que proíbe, já a partir de janeiro de 2001, a importação dos
3913 Clorofluórcarbono, os CFCs. Verificamos no nosso sistema de monitoramento, no Ministério do
3914 Meio Ambiente, que o mercado não adotou um planejamento correto para que essa medida fosse
3915 incorporada e isso acarretaria num caos, de alguma maneira, bastante interessante, ou
3916 desinteressante, melhor dizendo. Por exemplo, sistemas de refrigeração de auditórios, centros
3917 comerciais, bancos de sangue de hospitais, qualquer sistema de refrigeração poderia se implicar
3918 com a falta do produto. Então, começamos um diálogo com os diversos segmentos
3919 consumidores, no sentido de dizer: com essa flexibilização, esse é o termo correto, nós estamos
3920 permitindo, com responsabilidade, e mediante um sistema decrescente de cotas, ano a ano, que
3921 possamos importar CFCs, mas sinalizando, já a partir de 2001, com o primeiro decréscimo de
3922 15% no consumo nacional, Não estamos falando isso de uma maneira despreparada, estamos
3923 pedindo que haja planejamento. Essa Resolução é uma Resolução que pede planejamento para a
3924 conversão industrial, para uma adequação tecnológica, para que o Brasil permita sustentar um
3925 compromisso assumido com a sociedade brasileira e com a sociedade internacional, dizendo que
3926 vamos eliminar essa substância que destrói a camada de ozônio. Uma delas, um foco da
3927 Resolução, os CFCs. Existem outras medidas que, aqui dentro, incorporam melhorias ao sistema

3928 de cadastro e monitoramento do IBAMA, melhorias que permitem o setor usuário, pequenos
3929 usuários que fazem reparos e manutenção de equipamentos. Então, tem várias medidas que
3930 foram aqui colocadas e atualizadas e, agora, se encontram, então, a disposição dos senhores para
3931 apreciação desse Conselho.

3932
3933 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**
3934

3935 Dr. Fernando Vasconcellos, naturalmente, vai continuar a disposição para algum
3936 esclarecimento, pode ficar a vontade. Pediria ao Dr. Shelley Carneiro, porque esse Grupo foi
3937 criado no âmbito da Câmara Técnica de Controle Ambiental, que é presidida pelo Dr. Shelley
3938 Carneiro. Ele certamente vai poder, inclusive, se referir ao nível de consenso alcançado em todo
3939 o processo de discussão e não apenas no Grupo de Trabalho, mas na Câmara Técnica que,
3940 juntamente com a Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, aprovaram o texto final.

3941
3942 **Conselheiro Shelley Carneiro (Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental)**
3943

3944 Obrigado, Dr. Jair. Eu gostaria só de explicar, aproveitar a oportunidade, a Câmara
3945 Técnica esta com nove trabalhos, nove grandes projetos sendo discutidos. Esse é um deles. Hoje
3946 nós estamos com uns dois ou três aí, trazendo ele depois de uma longa discussão, de longo
3947 tempo, com todos os stakeholders, as pessoas interessadas no projeto, diretamente, participando.
3948 Esse projeto do ozônio, especificamente, ele já vinha sendo há mais tempo discutido pelo
3949 IBAMA, separado da Câmara Técnica. Então, foi pedido que ele fosse introduzido na Câmara
3950 Técnica e, quando ele veio, a Câmara Técnica, algumas empresas tipo a ABINEE, Associação
3951 Brasileira de Eletroeletrônica, que tem uma utilização muito grande do ozônio, que tinha
3952 interesse, pediram algumas modificações e pediram que o projeto fosse revisto. Nós abrimos um
3953 Grupo de Trabalho e o Ministério de Indústria e Comércio, que foi indicado, nós sempre
3954 pegamos um Coordenador de cada projeto, que uns dos membros da Câmara Técnica, e que
3955 coordena esse Grupo de Trabalho. Nesse caso, nós temos uma seqüência lógica que foi entregue
3956 ao Ministério de Indústria e Comércio, que esta coordenando. Mas o IBAMA já vinha com uma
3957 série de informações que serviram de suporte ao representante do Ministério. Então, eu gostaria
3958 de dizer que, após isso, eu ouvi algumas pessoas, inclusive o IBAMA, inclusive o setor
3959 industrial, que é o grande utilizador de ozônio. E, depois das modificações, das discussões em
3960 cinco reuniões, que foram bastante positivas, o elogio inclusive de todo o setor industrial. A
3961 ABINEE me telefonou falando que foi uma discussão em alto nível, que foi uma discussão
3962 bastante interessante para todos os setores envolvidos. Então, após isso, eles chegaram a uma
3963 conclusão e foram feitas algumas modificações no texto que tinha sido apresentado a Câmara
3964 Técnica. Na última reunião, essas modificações e todo o texto foram avaliados pela Câmara
3965 Técnica, então, com detalhes, em todo o seu conjunto, pequenas modificações, pequenas
3966 discussões, mas, praticamente, o texto foi aprovado conforme o Grupo de Trabalho tinha exposto.
3967 E é um trabalho que tinha pouco a se modificar, porque é um trabalho profundamente elaborado
3968 e discutido ao longo de muito e muito tempo, com participação de quase todos os órgãos
3969 interessados diretamente pelo assunto. Era só isso, obrigado.

3970
3971 **Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)**
3972

3973 Mario, por favor. Eu só queria, antes de passar a palavra ao Dr. Finotti, aproveitar o que
3974 o Dr. Shelley disse. Queria lembrar aos senhores o seguinte: essa é uma responsabilidade nossa,
3975 coletiva. Em determinado momento, eu acho que da reunião anterior, o Dr. Langone usou a
3976 expressão “ditadura das Câmaras Técnicas”, é que nós Fim da Fita.....medidas que
3977 foram largamente discutidas. Essa Proposta de Resolução, como as demais, foram objeto de
3978 participação intensa de representantes de Órgãos Estaduais, Federais, Municipais, Empresários.
3979 Empresários altamente ativos, inclusive, foi por força da participação empresarial que ficou
3980 retido esse Projeto de Resolução que já deveria ter dado entrada na reunião anterior. Mas eu

3981 queria lembrar aos senhores, acho que é de grande importância isso, o número de Grupos de
3982 Trabalhos que estão em andamento no CONAMA. Esses que estão assinalados em verde estão
3983 sendo extintos, porque a Proposta de Resolução sobre Ozônio e Postos de Combustíveis está na
3984 Pauta hoje, mas os demais Grupos de Trabalho: Petrobrás foi objeto aqui de um amplo relatório;
3985 Transgênicos; Amianto; Embalagens, e é fundamental que os segmentos que os senhores
3986 representam no Conselho estejam atentos a isso e se façam representar, participem de maneira
3987 ativa, para que nós cheguemos ao Plenário, tal como funciona o Congresso Nacional. Quer dizer,
3988 a votação, muitas vezes, ninguém entende no Congresso que seja um ato de poucos minutos. Por
3989 que? Porque a decisão já foi tomada através de um longo processo de negociações em Comissões
3990 e através de negociações de Lideranças. Estão aqui alguns ilustres Assessores Parlamentares que
3991 podem nos confirmar isso, como o Dr. Ronaldo Alexandre, o Dr. Célio França e outros
3992 Assessores que habitualmente lidam com estas questões no Congresso Nacional.

3993 Os colegas da ABEMA e do Ministério da Saúde que estão preocupados com a questão
3994 de saúde pública e saneamento. Inclusive, nós concordávamos, Dr. Almir, que não há
3995 necessidade de esperar o novo Regimento Interno para fazer com que muitas questões relevantes
3996 para o Saneamento no País, Dr. Maciel. Essas duas semanas atrás, o Ministro Serra se dirigiu ao
3997 Ministro Sarney pedindo, justamente, a constituição desse 13º Grupo de Trabalho, que é o
3998 impacto ambiental, é uma revisão da Resolução básica do País relativa a avaliação de impacto
3999 ambiental, a 001/86, no sentido de incorporar questões de saúde pública. Então, esses Grupos de
4000 Trabalho que estão assinalados, a partir do item 10, são Grupos de Trabalho que vão começar
4001 agora. É fundamental que todos tenham isso presente, para que nós tenhamos uma maior
4002 qualidade do processo de produção e, posteriormente, de decisão. A mesma coisa vale para essa
4003 questão do uso do solo no entorno de reservatórios. É uma questão decidida pela Câmara
4004 Técnica temporária que trata, ainda, da atualização do Código Florestal, o dispositivo que ela
4005 introduziu. É uma questão de grande repercussão para o País: como disciplinar o uso do solo no
4006 entorno dos reservatórios, num País onde o uso da energia hidrelétrica tem a amplitude que tem
4007 no Brasil. Então, quer dizer, estas questões estão sendo lançadas no CONAMA. Os senhores são
4008 testemunhas de que esse trabalho, como o do ozônio, que está agora em vias de ser votado, é um
4009 trabalho que está sendo rodado a mais de um ano no Conselho. Nós estamos apenas num dos
4010 atos finais e acho que era muito importante dar uma feição visual a isso que o Conselheiro
4011 Shelley se referiu.

4012
4013 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4014

4015 Dr. Finotti, depois Dr. Shelley, por gentileza. O conselheiro pediu uma questão de
4016 ordem. Ele gostaria de fazer uso da palavra antes? Não? Dr. Finotti, por gentileza.

4017
4018 **Conselheiro Paulo Finotti**, (*representante das Entidades Ambientais da Região Sudeste*).
4019

4020 Senhor presidente, senhores Conselheiros, eu acompanhei, como observador da Câmara
4021 Técnica de Controle Ambiental, o início deste projeto e alguns passos dele. Entre o início e a
4022 versão final que nós estamos analisando agora, houve um enriquecimento notável, inclusive com
4023 toda a preocupação levantada pelo nosso companheiro Fernando e, além disso, a própria Câmara
4024 Técnica de Assuntos Jurídicos houve por bem, também acompanhar toda a redação do projeto e
4025 não apresentou nenhuma observação a ser desenvolvida naquele momento. Então, eu estou
4026 participando ser totalmente favorável à aprovação da forma em que esta. Obrigado.

4027
4028 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4029

4030 Obrigado, Conselheiro Finotti. Por gentileza, Conselheiro Shelley. Não? Então, alguém
4031 mais gostaria de fazer uso da palavra? Não havendo nenhum inscrito... Por gentileza,
4032 Conselheiro, declinando nome e instituição.

4033

4034 **Dra. Sandra Alvarenga (IBAMA)**

4035

4036

4037 Meu nome é Sandra Alvarenga, eu sou do IBAMA e trabalho na coordenação,
4038 exatamente, do setor que trabalha com as substancias controladas pelo Protocolo de Montreal e a
4039 minha duvida é a seguinte: realmente, como já foi dito, esse texto já foi exaustivamente discutido
4040 e aprovado, mas ficou uma duvida agora, que eu só tive acesso hoje à ultima versão da
4041 Resolução. Uma duvida a uma palavra do item III, do Art. 3º, que fala sobre as importações
4042 máximas de CFC-11, sendo que, nem no Caput, nem nos demais incisos, falam sobre o que seja.
4043 Máximo em relação ao que? Eu queria um pedido de esclarecimento em relação a esse máximo
4044 porque, no inciso 1º, fala sobre o CFC-12 e, no inciso 3º, fala sobre o CFC-11, que é outra
4045 substancia. Então, não existe, em nenhum momento, referencia ao que seja o máximo. Máximo
4046 em relação ao quê? Qual o referencial? Era só um pedido de esclarecimento.

4046

4047 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

4048

4049 O Caput do artigo fala em CFC-11 e CFC-12 e, portanto, é plausível que os itens
4050 mencionem os dois. A senhora tem, se o Caput do artigo menciona os dois, é mais do que
4051 razoável que os itens possam mencionar um e outro.

4052

4053 **Dra. Sandra Alvarenga (IBAMA)**

4054

4055 Não, certo. Mas, sobre as importações máximas, esse escalonamento aqui, feito no
4056 inciso 1º, é para o CFC-12 e não para o CFC-11, que é outra substancia.

4057

4058 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

4059

4060 Fernando, por gentileza.

4061

4062 **Dr. Fernando (Secretaria de Qualidade Ambiental – MMA)**

4063

4064 Não tem nenhum problema em relação à palavra máxima. Talvez seja isso a ansiedade
4065 que o Grupo Técnico tem em ver as cotas de importação de CFC sendo reduzidas, para que a
4066 gente, realmente, possa se livrar dessa substancia. Se a gente pode ter uma proposta de consenso
4067 aqui, a retirada dessa palavra máxima, ela de maneira nenhuma implica no resultado final desse
4068 inciso 3º, que poderia seguir. As importações de CFC-11, se são máximas ou não, a anuência
4069 disso, ela é controlada, enfim, ela tem um topo, ela tem um limite. Se for uma proposta para
4070 consenso, acho que a gente poderia retirar essa palavra máxima do texto.

4071

4072 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

4073

4074 Perfeito, está retirado. Por gentileza, se o representante.... Eu pensei que a senhora fosse
4075 Conselheira, por isso lhe concedi a palavra. Caso o representante do IBAMA lhe conceda a
4076 palavra, eu consulto ao Dr. Rômulo aqui, a senhora terá uso da palavra novamente.

4077

4078 **Conselheiro Rômulo F. J. Melo (representante do IBAMA)**

4079

4080 Uma pequena observação, Secretário.

4081

4082 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)**

4083

4084 Concedida a palavra pelo Conselheiro representante do IBAMA, a senhora tem a
4085 palavra. Por favor.

4086

4087 **Dra. Sandra Alvarenga, (IBAMA)**

4088

4089

Muito obrigada. É muito rápido. É só uma pequena observação, que é uma coisa que já esta sendo providenciada, mas eu queria chamar atenção sobre o anexo a essa Resolução. Ele, sugeria que falta no topo desse anexo, ele cita, no art. 1º, anexo 1 da Resolução

4091

4092

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4093

4094

Que pagina a senhora esta, por gentileza?

4095

4096

Dra. Sandra Alvarenga, (IBAMA)

4097

4098

O anexo é a ultima folha, não consta o nome do anexo e, no art. 1º, ele se refere ao Anexo 1 da Resolução, então ele teria que constar, no topo, o nome do anexo: Anexo 1 da Resolução, e quanto a

4101

4102

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4103

4104

A senhora disse que tinha uma observação, agora a senhora esta na segunda observação. Esta é a ultima?

4105

4106

Dra. Sandra Alvarenga, (IBAMA)

4107

4108

Não, eu estava vendo se essa ai já estava corrigida em termos das substâncias, porque a minha versão está errada....

4110

4111

4112

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4113

4114

Essas questões, senhora, se existe um “o” ou “a”, acho que não há necessidade....

4115

4116

Dra. Sandra Alvarenga, (IBAMA)

4109

4117

Não, esta certo. As demais observações eram sobre o grupo e a substancia que estava invertido o nome, mas parece que já está corrigido. Muito obrigado.

4118

4119

4120

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4121

4122

4123

Eu gostaria de fazer um esclarecimento curto. Só tem direito a palavra neste Plenário, os Conselheiros. Aqueles que não são Conselheiros e queiram fazer uso da palavra, precisam pedir autorização a um Conselheiro. No caso, aos membros do IBAMA que estão aqui, eu pediria que, sempre, antes de pedir a palavra, se dirigissem ao representante do IBAMA, para que nós não ficássemos nos atendo as dificuldades de interpretar, todas as vezes, o Regimento.

4124

4125

4126

Bem, a palavra continua em aberto, por gentileza, aos Conselheiros. Tirou a palavra máxima, é a sugestão que foi feita, certo. Se alguém tiver algo em contrario, é “um” ou “a” ou “a” ou “um”, são questões de redação, menores, que não há necessidade da gente, certo.

4127

4128

4129

Não havendo mais nenhum inscrito, então eu vou colocar a questão em votação. Por gentileza, os Conselheiros que estão a favor, fiquem com a mão levantada com seus cartões, para que se possa exercer a contagem. 28 votos a favor. Aqueles que são contrários, por gentileza, levantem a mão. A Dra. Lucila é contraria? Então, nenhum contrario. Aqueles que querem se abster, por favor, levantem a mão. 2 abstenções.

4130

4131

4132

Bem, continuando, então, passamos para o item seguinte que é o item 9.5, que diz respeito a prevenção e controle da poluição em postos de derivados de petróleo e de outros combustíveis. Em discussão. Dr. Shelley , por gentileza.

4133

4134

4135

4136

4137

4138

4139

4140

Conselheiro Shelley Carneiro (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

4141

4142

4143

4144

4145

4146

4147

4148

4149

4150

4151

4152

4153

4154

4155

4156

4157

4158

4159

4160

4161

4162

4163

4164

4165

4166

4167

4168

4169

4170

4171

4172

4173

4174

4175

4176

4177

4178

4179

4180

4181

4182

4183

4184

4185

4186

4187

4188

4189

4190

4191

4192

4193

4194

4195

4196

Eu gostaria de pedir o retorno desses documentos à Câmara Técnica e eu vou explicar porque. O documento já esta bem elaborado, bem discutido, mas apareceram 2 itens que modificam substancialmente a base de alguns artigos que estão ai e que são introduções muito importantes para a gente aprimorar um pouco esse documento. Eu garanto aos senhores que ele será colocado na próxima reunião, com essas modificações. Essas modificações, infelizmente, foram colocadas para nós logo depois da aprovação da Câmara e são contribuições bastante interessantes. Eu gostaria de pedir, então, ao Coordenador do Grupo, se ele estiver de acordo, Dr. Finotti, que coloque, mas que ele, na realidade, retorne isso ao Grupo de Trabalho dele, façam as modificações, e nós retornaremos nesse ponto na próxima reunião, com as modificações necessárias.

Dr. Jair Sarmento da Silva (*Diretor do CONAMA*)

No caso, o autor retira de Pauta.

Conselheiro Shelley Carneiro (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

Eu gostaria de retirar de Pauta.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

Regimentalmente, o autor pode retirar de pauta, retirada essa que está acatada pela Mesa. Mas, o pedido que o Conselheiro Finotti fizesse uma exposição à Mesa.

Conselheiro Shelley Carneiro (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)

Eu podia pedir vistas, mas eu acho que bobagem. Regimentalmente, eu tenho condição de retirar de pauta, como Presidente da Câmara.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

Retirada de Pauta acatada pela Mesa, já esta concedida. Ao mesmo tempo, Conselheiro Finotti tem o direito de uso da palavra.

Conselheiro Paulo Finotti, (*representante da Entidades Ambientalistas da Região Sudeste*).

Obrigado. Como autor da proposta inicial e, posteriormente, como Coordenador do Grupo, que eu acredito que não foi extinto, meu caro Jair, eu estou favorável à posição da retirada de Pauta, na medida em que as propostas que foram sugeridas, inclusive ontem, nós tivemos alguns contatos com um dos segmentos, são extremamente pertinentes e salutares, o mais importante é isso, e vão enriquecer muito mais o trabalho. Então, eu estou de acordo com a retirada de Pauta e, de forma ética, nós vamos dar prosseguimento ao nosso trabalho sobre isso.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

Desculpe, já esta retirada de pauta. Nós estamos muito atrasados no prazo.

Inaudível

Conselheiro Francisco Rodrigues Soares, (*representante das Entidades Civis da Região Nordeste*)

Foi retirado de pauta, eu gostaria que a emenda que foi apresentada.....

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4197

4198

4199

4200

4201

4202

4203

4204

4205

4206

4207

4208

4209

4210

4211

4212

4213

4214

4215

4216

4217

4218

4219

4220

4221

4222

4223

4224

4225

4226

4227

4228

4229

4230

4231

4232

4233

4234

4235

4236

4237

4238

4239

4240

4241

4242

4243

4244

4245

4246

4247

4248

4249

4250

Conselheiro, em primeiro lugar, eu não lhe dei a palavra. Por gentileza, por favor. Esclarecimento apenas: só pode falar aqui quando o Presidente dá a palavra, então, um favor. Esta emenda que o senhor quer propor, podemos até ouvi-lo, se for o caso, mas ela deve ser encaminhada para onde a questão será discutida, que é na Câmara Técnica.

Conselheiro Francisco Rodrigues Soares, (representante das Entidades Cíveis da Região Nordeste)

Era só isso que ia pedir. Como conselheiro, eu gostaria de pedir que constasse da Ata que o Conselheiro que apresentou a emenda solicita, já que foi retirada de pauta, solicita que seja levada ao Grupo de Trabalho e a Câmara Técnica de Controle Ambiental, até porque não foi considerada pela Câmara Técnica de Controle Ambiental. Como conselheiro, eu uso do direito de solicitar que conste da Ata e usar das minhas prerrogativas, porque são importantes, da mesma forma que os dois itens apresentados pelo representante da Câmara Técnica de Controle Ambiental. Então, eu ratifico que as nossas propostas são importantes também.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

Dr. Francisco, conste da Ata, porque o seu nome não foi mencionado, reivindica que sua solicitação seja considerada na Câmara Técnica.

Não, Dr. Finotti. Infelizmente, nós não vamos ter condições. O assunto está retirado de pauta e é soberana a Câmara Técnica para deliberar a respeito....

Inaudível

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

Sim, o senhor está afirmando que não foi considerado, mas essa discussão não interessa ao Plenário do CONAMA. Então, o Dr. Finotti está informando que foi considerada e a Câmara Técnica deve deliberar sobre essa questão.

Agradecendo a contribuição dos dois nobres Conselheiros, eu passo, então, ao item 9.6, e eu acredito que os dois assuntos, 9.6 e 9.7, dizem respeito. Não, são separados. 9.6, dispõe sobre a solicitação, que sejam enviados o projeto e os estudos de avaliação de impacto ambiental da Transposição das Águas do Rio São Francisco, para conhecimento e análise do Conselho. Dr. Jair, brevemente, por favor.

Dr. Jair Sarmento da Silva (Diretor do CONAMA)

Esse tema, conforme é do conhecimento dos senhores, já foi apresentado e só não foi votado, na reunião ordinária anterior, pelo problema que nós tivemos de falta de luz, conseqüentemente, é bastante conhecido. Eu mencionei aqui, inclusive, que ele é um caso muito especial de Moção porque ela já está em vias de ser atendida antes de ter sido aprovada, a questão toda dos documentos que já nos foram passados. Agora, é verdade que os estudos mais aprofundados, conforme prometeu o Dr. Rômulo Macedo, serão enviados nos próximos dias ao CONAMA. Então, eu não vejo nenhum problema para que essa Moção seja votada da forma como se encontra.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente)

Assunto em discussão. Dr^a. Miriam Prochnow, representante das Entidades Ambientais da Região Sul, por favor, tenha a palavra.

Conselheira Miriam Prochnow (representante das Entidades Cíveis da Região Sul)

4251 Levando em consideração a complexidade desse assunto e, também, dos próprios
4252 documentos, a gente pode ver aqui pela apresentação de hoje que, de fato, existem muitas
4253 questões que implicam neste projeto, seria muito interessante que se criasse um Grupo de
4254 Trabalho para analisar melhor os documentos, o relatório de impacto ambiental, e que esse
4255 Grupo de Trabalho apresentasse o seu entendimento ao CONAMA, também.

4256
4257 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4258

4259 Nós podemos registrar, Dr^a. Miriam, agradecendo a sua contribuição, mas isso
4260 precisaria vir formalmente como uma proposta. No momento, o que esta em discussão é esta
4261 Resolução que esta aqui colocada. Então, se na próxima reunião, o assunto deve ter esse
4262 desdobramento ainda, se quiser encaminhar, ou antes disso, como Proposta de Resolução, será
4263 discutido. Esta bem assim? Perfeito.

4264 Continua em discussão o assunto. Não havendo nenhum outro inscrito, colocaria em
4265 votação. Por gentileza, os Conselheiros que estão de acordo com esta proposta de Moção,
4266 levantem o braço e fiquem com ele levantado, por favor. 18. Os Conselheiros que estão
4267 contrários, por favor, levantem a mão. 3 votos contrários. Os conselheiros que se abstiveram, por
4268 favor, levantem a mão. Uma abstenção.

4269 Ultimo item de votação é o item 9.7, que diz respeito, dispõe sobre solicitação no
4270 sentido de que os pedido de licença e autorizações formulados ao IBAMA sejam
4271 disponibilizados nas paginas do Instituto na Internet. Dr. Jair, por gentileza.

4272
4273 **Dr. Jair Sarmento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)
4274

4275 Bom, trata-se de uma Moção conhecida dos senhores Conselheiros desde a ultima
4276 reunião, também. Ela deixou de ser votada na 58^o Reunião Ordinária. É uma questão que deve
4277 ser discutida e, então, levada a votação.

4278
4279 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4280

4281 Em discussão. Dra Miriam.

4282
4283 **Conselheira Miriam Prochnow** (*representante das Entidades Civis da Região Sul*)
4284

4285 Eu só gostaria de passar a palavra para o Sr. Renato Cunha que, na época, era ainda
4286 Conselheiro e ele esta melhor informado sobre esse assunto.

4287
4288 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4289

4290 Solicitação concedida, Dr. Renato.

4291
4292 **Dr. Renato Cunha - GAMBA**
4293

4294 Bom, obrigado. Essa é uma Moção que a gente propôs desde a Reunião passada e que
4295 tem haver, então, com as autorizações e licenças ambientais. Inclusive, não esta citada a palavra
4296 ambiental que, depois, já conversei com o Rômulo sobre isso, que as licenças ambientais,
4297 autorizações ambientais e de desmatamento, sejam disponibilizadas aos interessados, todos,
4298 através das *home pages* do IBAMA. No caso, a nossa proposta original de Moção esta sendo
4299 essa. Isso ai é importante porque da mais visibilidade, para a sociedade, dessas Resoluções que
4300 estão sendo aprovadas nas varias instancias. Nós, inclusive, lá na Bahia, estamos propondo ao
4301 Estado da Bahia, na pagina do CRA, que seja feita essa mesma providencia. Não sei se o
4302 Rômulo, depois, gostaria de comentar que ele tem uma emenda a essa proposta, que a gente
4303 também concorda. Acho que ele falaria com mais propriedade, inclusive, a própria emenda que
4304 ele esta propondo.

4305

4306

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4307

4308

Em primeira vista, nós temos, agradecendo ao nobre companheiro, nós temos uma aprovação prévia de um não Conselheiro, mas esta concedida a palavra ao Dr. Rômulo, por favor.

4310

4311

Conselheiro Rômulo F. J. Melo (*representante do IBAMA*)

4312

4313

4314

Gente, eu tenho duas observações aqui: primeira, é especificar, efetivamente, o tipo de licença que estava sendo solicitada e o tipo de autorização, porque, no IBAMA, licença pode ser desde uma entrada a um Parque ou uma licença para fazer filmagem numa Unidade de Conservação ou uma licença a um empreendimento ambiental, a um grande empreendimento, que normalmente o IBAMA não trabalha com pequenos. A mesma coisa se aplica para questões de autorizações, precisa especificar. Então, o Conselheiro aqui explicou de que tipo de autorização ele estava falando e essas sugestões aí a gente pode incorporar sem problema. A outra é que, levando em consideração toda a 6.938, todos os princípios da gestão ambiental, essa Moção não deveria ser feita ao IBAMA, somente, essa Moção deveria ser incorporada a todos os órgãos de licenciamento ambiental, mesmo porque a 6.938 já prevê uma obrigatoriedade, para todos os órgãos que licenciam, que disponibilizem todas as informações ambientais a sociedade. Então, a minha sugestão é que isso se estenda a todos os órgãos do licenciamento, com essas adequações, os licenciamentos ambientais e as autorizações de desmatamento.

4320

4321

4322

4323

4324

4325

4326

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4328

4329

Por favor, mais um instante. O senhor poderia sugerir o texto, por favor.

4330

4331

Conselheiro Rômulo F. J. Melo (*representante do IBAMA*)

4332

4333

4334

É simples, a Moção seria aos órgãos de licenciamento ou aos órgãos de licenciamento do SISNAMA, licenciamento ambiental do SISNAMA, e as licenças ali, poderiam ser licenças ambientais e autorizações de desmatamento. Mesmo licenças ambientais ainda fica vago, mas é o que a gente pode fazer agora. Se alguém tiver uma sugestão melhor.

4335

4336

4337

4338

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4339

4340

4341

Perfeito. Nós temos que votar sobre um texto específico. Eu gostaria que o senhor redigisse isso e passasse a Secretaria, por gentileza, para que a gente não perca essa sua idéia. O assunto continua em discussão. Não havendo nenhum inscrito para discussão, passo então à votação. Por favor, quem estiver de acordo, por favor, levante a mão e permaneça com a mão levantada, munidos de seus cartões de voto. 26 votos. Quem esta contrario, por favor, levante a mão. Abstenções, por favor, levante a mão. Nenhuma abstenção.

4342

4343

4344

4345

4346

O nosso amigo Rômulo vai entregar ainda, proximamente, já esse texto a Secretaria.

4347

4348

Dr. Jair Sarmiento da Silva (*Diretor do CONAMA*)

4349

4350

Eu só gostaria de dizer o seguinte: para votar, a gente tem que dar o texto ao Plenário.

4351

4352

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4353

4354

O texto foi dado, já está votado, já esta aprovado, e a Presidência espera receber o texto finalizado pelo representante do IBAMA, como foi apresentado. Por favor, o senhor deseja?

4355

4356

4357 Bem, agora estamos no novo item que é a palavra livre. Por gentileza, Conselheiro
4358 Finotti. Todos estão já colocados aqui. Só anotar todo mundo, para não esquecer. Finotti, depois
4359 Miguel, depois Lucila e depois Francisco. Pois não.....

4360
4361 **Inaudível**

4362
4363 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4364

4365 Três minutos, conforme solicitado, três minutos, por causa do adiantado da hora. Por
4366 favor.

4367
4368 **Conselheiro Paulo Finotti**, (*representante das Entidades Ambientistas da Região Sudeste*).
4369

4370 Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer ao grupo de apoio deste CONAMA,
4371 particularmente na presença do Mário, que tem ficado até tarde aí, agora ele tem 3 ou 4
4372 computadores na mesa dele e trabalha com todos ao mesmo tempo, tá certo e isso é importante.

4373 Bom, senhor Presidente, senhores Conselheiros, eu tenho alguns tópicos rápidos, a
4374 pedido do representante do Estado do Espírito Santo, e o primeiro deles é com relação a esses
4375 problemas que estão ocorrendo na Colômbia, que nós temos, inclusive, uma intervenção velada
4376 dos Estados Unidos, para erradicarem uma série de vegetais, que nós todos conhecemos, que
4377 produzem a Coca, etc. Só que a erradicação desses vegetais envolve a utilização de glicofosfato e
4378 envolve, também, a utilização de um fungo chamado “Fuzarem Oxporum”. Essas duas
4379 substâncias, eu não sei, realmente, mas eu fico muito preocupado se elas são hidrossolúveis ou
4380 hidrotransportáveis, principalmente o fungo, na medida em que eles não destroem apenas a Coca
4381 e, chegando na Amazônia Brasileira, eles poderão causar sérios problemas, não apenas no setor
4382 da própria floresta amazônica, como também em todas as vegetações que são utilizadas para
4383 consumo humano. Então, eu quero externar esta minha primeira preocupação aqui e gostaria que
4384 todos os nossos companheiros ficassem atentos, particularmente aqueles ligados ao setor de
4385 exterior, a diplomacia, etc., para levantarem esses problemas, na medida em que são realmente
4386 preocupantes.

4387 A seguir, eu gostaria de levantar um outro problema muito sério: tive notícias que o teor
4388 de benzeno permitido na gasolina passou, neste País, de 1% para 3%, inclusive ferindo todos os
4389 princípios técnicos internacionais, e nós todos, eu não vou entrar em detalhes, sabemos que o
4390 benzeno é um agente nocivo em todos os sentidos. Solicitei, hoje, ao representante da Agência
4391 Nacional de Petróleo que estava aqui presente, informações, e ele me passou a informação que
4392 estaria em meu *e-mail* algum trabalho a respeito. Caso haja, tenha havido esta modificação, eu
4393 terei uma posição extremamente severa contra este aumento, na medida em que, mais uma vez,
4394 eu repito, todos os países do mundo estão abolindo, de tudo quanto é forma, o benzeno, inclusive
4395 através até de filtros moleculares.

4396 E, para finalizar, senhor Presidente, eu quero externar uma preocupação com relação ao
4397 nosso orçamento deste Conselho, uma vez que eu já tentei, de diversas formas, que o CONAMA
4398 tivesse o seu orçamento próprio. Ele não tendo orçamento próprio, muitas vezes, fica a mercê
4399 daquilo que o Ministério lhe fornece. Então, hoje, nós temos uma situação econômica
4400 satisfatória, mas uma situação financeira, às vezes, que causa sérios problemas para continuidade
4401 dos nossos trabalhos. É só isso. Muito obrigado. Espero ser a minha última intervenção de hoje e
4402 espero não estar mentindo, senhor Presidente.

4403
4404 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4405

4406 Nós sempre esperamos também a mesma coisa, meu nobre conselheiro. Muito obrigado,
4407 e eu passo a palavra ao Dr. Miguel, por gentileza, representante das Entidades Ambientistas da
4408 Região Norte.

4409
4410 **Conselheiro Miguel Scarcelo** (*representante das Entidades Ambientistas da Região Norte*)

4411

4412

4413 Miguel Scarcelo, representante das Entidades Ambientistas da Região Norte. Eu quero
4414 fazer duas colocações. Primeiro, duas cobranças: Sei das dificuldades que a Secretaria Executiva
4415 do CONAMA tem. No ultimo relatório de trabalho que eu fiz sobre o CONAMA, deixei claro
4416 que nós temos que dar um voto de confiança para a Secretaria, mas eu vi que a Secretaria
4417 adiantou um pedido, que eu já tinha feito há um mês e meio, e não providenciou o
4418 encaminhamento para mim, porque eu não tenho nem idéia em qual Câmara Técnica ou Grupo
4419 de Trabalho a Região Norte esta envolvida, por eu ter assumido na ultima reunião. Então, eu vi
4420 que o senhor expôs ali a relação de assuntos na Câmara Técnica de Controle Ambiental. Há um
4421 mês e meio pedi isso e eu quero reivindicar que o senhor, por favor, providencie isso, Dr.
4422 Sarmento, me envie isso, porque eu acho que deixo de me envolver com uma série de assuntos
4423 pertinentes à Região, por conta de conhecimentos mínimos de Câmaras Técnicas que as ONGs
4424 Ambientistas da Região Norte tem que se envolver. Isso eu acho que é um gasto de tempo e de
4425 recursos.

4425

4426

4427

4428

4429

4430

4431

4432

4433

4434

4435

4436

4437

4438

4439

4440

4441

4442

4443

4444

4445

4446

4447

4448

4449

4450

4451

4452

4453

4454

4455

4456

4457

4458

4459

4460

4461

4462

4463

A outra é deixar claro, eu acho que tem que se deixar claro aqui. Qual é o Regimento Interno que a gente esta usando hoje? Se é o que foi aprovado ou o que está em vigor hoje, até agora? Porque é uma coisa meio confusa. Eu me lembro que o Regimento que esta em vigor hoje, ainda, as Moções e Pedidos de Urgência, que eu me lembre, eram votados hoje mesmo. Agora, sei que no Regimento que foi aprovado isso mudou: você encaminha hoje, para ser votado aqui na próxima reunião. Mas o que esta em vigor hoje é o regimento antigo. Então, eu não estou entendendo esse processo. É bom que se deixe isso bem claro, qual o que nós estamos usando hoje E eu sugiro que, na próxima reunião, seja convidado aqui para expor, como foi feito agora com o Programa do PPA, o Ministério dos Transportes, para falar pelo programa Avança Brasil sobre a construção das estradas na Amazônia. Quais estão sendo propostas para serem construídas na Amazônia? E sugiro que seja chamado até o Instituto Sócio Ambiental, que fez uma analisa muito interessante sobre o PPA, o Avança Brasil, com criticas muito interessantes ao Projeto, para que a gente pudesse ter uma analise mais precisa..... Fim da Fita.....uma segmentação da Floresta Amazônica, uma estrada que vai cortar, vai sair de Rondônia e vai até Boa Vista. Então, isso é uma coisa bastante séria e eu acho que nós temos que ter um conhecimento mais detalhado sobre isso. A outra, é que convide também a Secretaria da Amazônia, para esclarecer um pouco mais sobre o contrato da Bioamazonia com a Enovart. Isto esta em processo, eu acho que tem que se dar oportunidade para a Secretaria da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente desse esclarecimento público de como é que foi isso e como isso esta acontecendo, até agora. E, por ultimo, eu tenho recebido muitas reclamações das ONGs ambientalistas da Região Norte, o ultimo foi de Rondônia, de que o IBAMA não tem tido possibilidade de fazer as fiscalizações nas Unidades de Conservação. Eu sei disso, trabalho com o IBAMA em Rio Branco, no Acre, no Parque Nacional da Serra do Divisor, e eu sei que só tem o Chefe do Parque para tomar conta de 800 mil hectares. Então, eu gostaria que o IBAMA trouxesse a publico de como é que anda o processo de reestruturação administrativa do IBAMA. Aonde isso esta acontecendo e quando isso vai acabar. Porque a gente sabe que, eu estava aqui há três anos atrás, fui numa reunião com o Ministro anterior e ele disse que o processo de reestruturação ia acontecer. Fiquei sabendo que foi gasto 1 milhão de dólares para fazer uma consultoria para que isso fosse feito e isso, até agora, não aconteceu. Então, enquanto isso não acontece, as agressões ambientais continuam e o IBAMA continua esvaziado e deficiente e não consegue fazer o seu papel. Então, eu acho que a gente tem que estar a par disso tudo e saber quando é que o IBAMA vai estar reestruturado e com condições de fazer o seu papel.

Dr. José Pedro de Oliveira Costa (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

Obrigado, Dr. Miguel. Apenas uma das questões, por gentileza, Dr. Jair, com relação ao Regimento, porque as outras eu tenho a impressão que são auto-explicativas.

Dr. Jair Sarmento da Silva (*Diretor do CONAMA*)

4464

4465

4466 Dr. Miguel, eu gostaria, eu acho que um direito dos Conselheiros nós respondermos a
4467 todos os Conselheiros e vamos responder ao senhor de maneira mais detalhada. Naturalmente,
4468 nós ficamos muito contentes com o seu retorno ao Conselho e queríamos lhe lembrar que na
4469 *Internet*, de maneira permanente, figuram pelo menos 90 reuniões realizadas pelo Conselho, no
4470 ano de 1999, e as quase 100 reuniões que serão realizadas durante este ano, com nome detalhado
4471 de cada um dos Grupos de Trabalho, cujo detalhamento maior nós vamos lhe enviar, mas estão
4472 todos já disponíveis na *Internet*. Acho que isso serve como uma indicação, não apenas do que foi
4473 realizado ao longo desses dois anos, mas do que vai ser realizado até o final do ano. Então acho
4474 que já seria um bom ponto de referência.

4474

4475 Quanto ao Regimento Interno, é mais simples. Eu tive oportunidade, no momento mais
4476 claro dessa reunião, de dizer que, sem duvida, o regimento que esta em vigor é o de 94.

4476

4477 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4478

4479 Por gentileza, temos vários inscritos ainda. Dr^a. Lúcilá Viana, representante do
4480 Ministério da Educação, lembrando, por favor, que nós temos sempre 3 minutos.

4481

4482 **Conselheira Lúcilá Pinsard Vianna** (*representante Ministério de Educação*)

4483

4484 Não, é 5 minutos. É o seguinte: eu sou Presidente da Câmara Técnica de Educação
4485 Ambiental e eu estou querendo reiterar um pedido da gente, já de bastante tempo, da gente ser
4486 incluído na Pauta e ter uma reunião, incluindo nesse calendário que foi entregue para a gente
4487 hoje, e ter uma reunião da Câmara Técnica de Educação Ambiental. A gente tem uma serie de
4488 assuntos para discutir, tem reivindicações dos Estado, de Pernambuco, por exemplo, para ter uma
4489 reunião; da Bahia, também. Então, eu estou solicitando aqui, em publico, para que a gente faça
4490 essa reunião, ainda esse ano. Obrigado.

4491

4492 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4493

4494 Muito obrigado, Conselheira Lucila, inclusive pela... Não precisa de resposta. A
4495 Presidência está chamando o Conselheiro Francisco Soares para fazer uso da palavra,
4496 representando as Entidades Ambientalistas da Região Nordeste.

4497

4498 **Conselheiro Francisco Rodrigues Soares**, (*representante das Entidades Civis da Região Nordeste*)

4499

4500 Sou Francisco Soares, representante das Organizações Não Governamentais do
4501 Nordeste. Inicialmente, eu gostaria de externar nosso protesto pela retirada da pauta da Moção
4502 que trata das providencias e procedimentos sobre as irregularidades do Licenciamento Ambiental
4503 da segunda ponte do estuário do Rio Potengí, localizado no Município de Natal, no Estado do
4504 Rio Grande do Norte, que abrange vários municípios. Foi licenciado pelo Órgão Ambiental do
4505 Município e foi apresentada uma farta documentação na Reunião Ordinária passada, um dossiê
4506 com documentos que, eu não sei porque razão, foi encaminhado a Câmara Técnica de Controle
4507 Ambiental, uma vez que a própria Secretaria ou o próprio CONAMA, Plenário, teria poderes de
4508 ter encaminhado, não sei a razão pelas quais..., e isso esta sendo razão de revolta, lá no Rio
4509 Grande do Norte, por parte das Não Governamentais, e que o CONAMA tem que enfrentar de
4510 frente os problemas e não tem que empurrar com a barriga. Outra questão que é interessante, é
4511 com relação ao que vem ocorrendo com o esvaziamento desse Conselho e esta externado que a
4512 presença do Ministro, como Presidente desse Conselho, é muito importante, que é o momento de
4513 ouvir o Brasil todo nas questões. Então, a não presença do Ministro também esta favorecendo
4514 para o esvaziamento desse Conselho, sem desconsiderar a presença dos ilustres representantes
4515 que estão presidindo a Mesa, uma vez que ele, como autoridade máxima do País, eu acho que
4516 esse Conselho deveria ser bem mais prestigiado. Que outros assuntos ficassem no segundo plano

4517 e que esse Conselho seja prestigiado. Gostaria de fizesse parte da Ata e que o Ministro, da
4518 próxima vez, prestigiasse esse Conselho, para que ele ouvisse pessoalmente a revolta e o protesto
4519 da sociedade do Brasil nesse colegiado.

4520 A outra, lamentar que a ANA - Agência Nacional de Água esteja sendo composta de
4521 forma que estão excluindo os setores representativos da área ambiental e de recursos hídricos do
4522 País. Lamentar que a questão política não venha sobrepor, também, as questões de interesse da
4523 preservação da água. Então, deixar constar da Ata que a ANA, como Agência Nacional da Água,
4524 importante para a formalização e implementação dos Comitês de Bacias Hidrográficas, seja
4525 realmente composta por pessoas identificadas com a luta dos recursos hídricos no País. Muito
4526 obrigado.

4527

4528 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4529

4530 Nós é que agradecemos, prezado Conselheiro Francisco Soares, e chamo de imediato a
4531 Conselheira Miriam Prochnow, por favor, para que faça uso da palavra.

4532

4533 **Conselheira Miriam Prochnow** (*representante das Entidades Cíveis da Região Sul*)

4534

4535 A intervenção vai ser rápida, para um assunto que esta demorando muito, na realidade.
4536 Eu havia me manifestado hoje, aqui, inclusive entreguei um pedido de regime de urgência,
4537 achando que as matérias seriam apreciadas hoje. Mas, de fato, com relação à criação do Parque
4538 da Serra da Bodoquena, eu gostaria, de novo, de fazer um pedido: nós estamos, talvez, prestes a
4539 ter esse Parque criado e seria muito importante uma manifestação do CONAMA favorável a
4540 criação do Parque. Um apelo.

4541

4542 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4543

4544 Só um esclarecimento, o CONAMA já se manifestou a favor dessa criação. O que a
4545 senhora pode, talvez, já houve no caso passado, dada a emergência que a senhora esta colocando,
4546 é pedir que seja feita uma solicitação de que o Ministro leve ao Presidente da República um
4547 desejo do CONAMA, não é uma Moção e nem é nenhuma Resolução. Isso depende, obviamente,
4548 de concordância dos Conselheiros. Se a nobre Conselheira estiver de acordo com esse
4549 procedimento, submeteria agora, já que é um assunto já deliberado. Se os conselheiros estiverem
4550 de acordo que seja feita uma manifestação do CONAMA, que não é uma Moção e nem é
4551 nenhuma Resolução, que seja levada ao Presidente da República pelo Ministro.

4552

4553 **Conselheira Miriam Prochnow** (*representante das Entidades Cíveis da Região Sul*)

4554

4555 Com certeza. Temos uma data importante na próxima semana, que é o dia 21 de
4556 setembro.

4557

4558 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4559

4560 Como é uma aclamação, eu nem submeteria a votação. Os conselheiros que estariam de
4561 acordo, através de uma manifestação cordata de cabeça ou palmas. Então, esta aprovada uma
4562 aclamação do Conselho no sentido de que o Ministro leve e eu me ocupo em levar essa
4563 informação diretamente ao Ministro.

4564

4565 Seguindo a ordem de inscrição, eu tenho aqui o pedido de inscrição do Dr. Langone,
4566 que não se encontra aqui no Plenário. Desculpe, ele estava fora do lugar em que se sentou. Mas,
4567 eu queria dizer que ele me pediu que eu anunciasse que foi lançado o Código Estadual do Meio
4568 Ambiente do Rio Grande do Sul, que é muito bem vindo e que ele já distribuiu a todos que estão
4569 ai, e passo a palavra para ele. Aqueles que quiserem mais, esta, segundo soube, à disposição na
4570 entrada. Langone, por favor.

4571 **Conselheiro Cláudio Langone** (*Representante do Governo do Estado do Rio Grande do Sul*)

4572

4573

4574 Aproveitando, então. Esse Código tramitou durante 9 anos na Assembléia Legislativa
4575 do Rio Grande do Sul, sofreu 70 emendas de atualização e foi aprovado, por unanimidade, na
4576 Assembléia Legislativa do Estado. Poucas matérias têm sido aprovadas por unanimidade na
4577 Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, é bom ressaltar. Mas me inscrevi para fazer uma
4578 proposta em nome da ABEMA. A ABEMA se reuniu hoje e nós estamos solicitando, vamos
4579 formalizar, nós estamos solicitando que seja realizada uma Reunião Extraordinária do
4580 CONAMA para discutir a Política Nacional de Recursos Hídricos, tendo em vista a importante
4581 alteração institucional que esta sendo feita com a aprovação e futura nomeação da Direção da
4582 Agência Nacional de Águas. Sabemos que esse assunto está sendo tratado no âmbito do
4583 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, mas pelas interfaces óbvias com a questão ambiental,
4584 nós entendemos que esse Conselho, também, deve receber esclarecimentos sobre o tema.
4585 Portanto, nós sugeriríamos a presença da Secretaria e da futura direção da Agência Nacional de
4586 Águas, de maneira que nós pudéssemos, também, participar desse importante momento e, por
4587 isso, nós acreditamos também, pelo ritmo como as coisas têm se desenvolvido, que essa reunião
4588 deveria ser realizada num breve período de tempo. Nós estamos formalizando, então, a nossa
4589 proposição.

4589

4590 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4591

4592 Muito obrigado, Dr.Langone. Próximo inscrito, por gentileza, é o Dr. Almir Bressan,
4593 Secretário do Meio Ambiente do Estado do Espírito Santo e da ABEMA.

4594

4595 **Dr. Almir Bressan Júnior** (*Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Espírito Santo*)

4596

4597 Queria informar aqui, também, que hoje foi eleito o Vice-presidente Nacional da
4598 ABEMA, o Langone, que é o Secretário de Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, hoje no
4599 almoço, na reunião que tivemos. E, também, eu gostaria de reforçar a colocação da necessidade
4600 de discussão da Política de Recursos Hídricos aqui neste colegiado. Nós temos uma necessidade
4601 muito grande de não fragmentar a Política Nacional de Meio Ambiente, a especialização da
4602 Política Nacional do Meio Ambiente, dos Órgãos, sejam eles da área de recursos hídricos, sejam
4603 da área florestal, não afasta a necessidade de uma integração cada vez maior e, por isso, nós
4604 vemos a importância de que se realize, nesse momento, ainda que algumas coisas ainda estejam
4605 nebulosas com relação ao papel da Agência Nacional das Águas e a relação que a Agência terá
4606 com os órgãos Estaduais de Meio Ambiente, com as Agências de Bacia, porque tem alguns
4607 assuntos que não estão bem esclarecidos. A nossa Lei de Recursos Hídricos é uma Lei que prima
4608 pela gestão participativa dos Comitês de Bacia, das Agências de Bacias, e tem alguns temas que
4609 não estão bem esclarecidos. Invoco, também, até a participação do Dr. Jair Sarmento,
4610 Coordenador do CONAMA, que é uma das pessoas que tem melhor conhecimento da área de
4611 recursos hídricos, pelo trabalho que desenvolveu, na época, auxiliando os debates da ABEMA,
4612 dos Órgãos Estaduais, desde quando a primeira Lei de Recursos Hídricos foi apresentada em
4613 1991, e pela sua formação e conhecedor da Política de Recursos Hídricos da França.

4614

4615 Gostaria de colocar um outro assunto - Sarkis, por favor - que considero de maior
4616 relevância. Uma pena que esta no final da reunião e tem muito pouca gente. Nós aprovamos,
4617 agora, a regulamentação do clorofluórcarbono, das substâncias que agredem a camada de ozônio.
4618 Entretanto, o esgoto continua a céu aberto correndo nas nossas portas e nós não demos, ainda, o
4619 tratamento adequado na questão do saneamento no Brasil. Os Órgãos Ambientais, há muitos
4620 anos, dizem que tais praias estão poluídas, que tais rios estão poluídos, trechos estão poluídos, e
4621 ainda não se teve nenhum processo em que haja uma Política Integrada do Saneamento e do
4622 Meio Ambiente. Essa foi uma proposta que nós fizemos ao Conselho Nacional do Meio
4623 Ambiente, na última reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente no ano de 1999, e foi
4624 aprovada a criação de uma Câmara Técnica para Integração das Políticas de Saneamento e Meio

4624 Ambiente. É uma das questões colocada na nossa carta, a “Carta de Belo Horizonte”, dos
4625 principais problemas ambientais do País, e todos os Órgãos Ambientais colocaram isso como
4626 uma prioridade nacional. Contaminação das águas por esgotos sanitários é um passivo ambiental
4627 muito grande e é um dos maiores problemas que nós temos da contaminação dos nossos
4628 mananciais....

4629
4630 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4631

4632 Dr. Almir, o senhor que pediu que eu limitasse a palavra a três minutos e o senhor já
4633 esta falando a mais de seis.

4634
4635 **Dr. Almir Bressan Júnior** (*Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do Espírito Santo*)
4636

4637 Eu aproveitei porque fiquei até o final aqui. A reunião já era para ter sido encerrada às 5
4638 horas. E gostaria de colocar mais uma ultima questão que é a seguinte: pedir, encarecidamente,
4639 ao Conselho Nacional do Meio Ambiente - Dr. Jair Sarmiento, por favor - que não marque mais
4640 reunião de dois dias. Por favor, os dirigentes de Órgãos Estaduais tem uma serie de demandas
4641 em seus Estados. Não é uma questão que seja simples. Há muita dificuldade de deslocamento, de
4642 se manter por dois dias aqui em Brasília. Há um interesse muito grande de todos os Estados em
4643 participar, mas há uma dificuldade muito grande de se viabilizar isso por dois dias consecutivos.
4644 Então, eu faço também uma menção a colocação que a Conselheira Cristina Yuan fez durante a
4645 Reunião do CONAMA de hoje. Então, eram só essas as considerações. Muito obrigado.

4646
4647 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4648

4649 Nós é que agradecemos. Muito obrigado. Por gentileza, o Conselheiro Shelley, próximo
4650 inscrito.

4651
4652 **Conselheiro Shelley Carneiro** (*Presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental*)
4653

4654 Eu vou ser rápido. Falaram que eu falei demais hoje. Eu vou ser rápido, mas eu não
4655 gostaria de ir embora sem falar uma coisa. Eu gostaria de dizer o seguinte: amanhã eu vou ficar
4656 passeando em Brasília. Desmarcaram minha vida toda em Belo Horizonte para ficar aqui,
4657 amanhã, para uma reunião. Eu não tenho vô para Belo Horizonte, a não ser às 6 horas. Vou
4658 ficar passeando em Brasília, amanhã, por uma falta de respeito às pessoas que são comunicadas
4659 de uma reunião, para vir a Brasília, e depois a reunião é desmarcada. Eu gostaria de transmitir,
4660 também, a minha satisfação pelo companheiro Finotti, que é uma pessoa dedicada, uma pessoa
4661 que se dedicou tremendamente a Câmara Técnica, é nosso Companheiro, e está aqui lutando pela
4662 Câmara Técnica de Mata Atlântica, há muito e muito tempo, e foi avisado na hora que a reunião,
4663 sem a discussão e sem ouvi-lo, a reunião foi desmarcada. Então, isso é tremendamente chato. As
4664 pessoas precisam ser mais respeitadas, simplesmente, quando se marca um compromisso, e eu
4665 sou muito ali nos meus compromissos. As pessoas precisam dizer que a nossa vida não é em
4666 Brasília. A vida da maioria das pessoas que estão aqui está fora de Brasília e, para nós virmos
4667 aqui, nós temos que desmarcar um mundo de coisas do nosso local, desmarcar, passar para outro
4668 dia. Muitas vezes, deixar nossos negócios em aberto para a gente poder estar aqui, porque é um
4669 compromisso nosso com o Governo de estar aqui vendo os problemas ambientais, e o CONAMA
4670 faz parte da nossa representação, da nossa vida, nesse momento que nós estamos aqui. E eu
4671 gostaria de pedir, encarecidamente, que nós aprendêssemos no Brasil a ter respeito pela pessoas
4672 que vem aqui, que os horários fossem devidamente obedecidos e que, o que for marcado, fosse
4673 cumprido a ferro e fogo, para que as pessoas não passem pelo que eu vou passar amanhã, que é
4674 ficar em Brasília sem fazer nada. Obrigado.

4675
4676 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)
4677

4678 Obrigado, Dr. Shelley. Eu tinha deixado para o final, mas já que o assunto veio à tona,
4679 eu gostaria de fazer um apelo pessoal, que eu acredito que seja de todos os membros do
4680 Conselho, para que Dr. Finotti reconsidere o seu desejo de deixar a Presidência da Câmara
4681 Técnica da Mata Atlântica. A sua condução tem sido muito importante e eu gostaria que o senhor
4682 pudesse fazer a gentileza de reconsiderar essa questão. Eu vou continuar a palavra de ordem,
4683 passando a palavra ao próximo inscrito que é o Dr. Geraldo Magela, do Estado do Rio Grande do
4684 Norte.

4685

4686 **Conselheiro Geraldo Magela Cabral de Souza** (*representante do Governo do Estado do Rio Grande do Norte*)

4687

4688 Geraldo Magela, Estado do Rio Grande do Norte. Prometo também ser muito rápido.
4689 Apenas porque o assunto foi tratado aqui e envolveu o nome do Estado, esclarecer rapidamente.
4690 Não sei qual foi o motivo que tirou de Pauta a questão da Moção do Rio Potengi, mas, só para
4691 esclarecer, trata-se de uma ponte que inicia dentro do Município de Natal, termina dentro do
4692 Município de Natal. O que está se questionando é que o licenciamento deveria ter sido feito pelo
4693 Estado, O Estado aceita que o licenciamento tenha sido feito pelo Município. O Município tem
4694 estrutura, tem Órgão, tem Lei, tem Conselho funcionando. Faz parte da nossa filosofia a
4695 descentralização. Nós estamos fazendo isso já com o Município há muito tempo. Antes mesmo
4696 da 237, nós já fazíamos a descentralização, o Município já licenciava, já tinha estrutura. Depois
4697 da 237, nós continuamos com o processo e nós não vimos por que motivo puxamos para o
4698 Estado, uma vez que o Município se achou competente para fazer o licenciamento. A questão é
4699 só essa: é que algumas Organizações Não Governamentais querem que o Estado licencie, uma
4700 vez que a ponte já foi licenciada pelo Município, que inicia e termina dentro do Município de
4701 Natal. E é até um voto de confiança para o próprio Órgão Municipal.

4702

4703 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4704

4705 Muito obrigado, Dr. Geraldo. Por gentileza, ultimo inscrito, Dr. Miguel. Não? Ninguém
4706 mais se inscreve para a palavra livre? Eu vou pedir ao Dr. Jair que ele faça um resumo das
4707 respostas que ele quiser dar aos assuntos que foram tratados aqui.

4708

4709 **Dr. Jair Sarmiento da Silva** (*Diretor do CONAMA*)

4710

4711 Não, eu acho que a única questão que seria relevante trazer agora, nesse final, é um
4712 esclarecimento complementar àquele feito, com muita propriedade, do Conselheiro representante
4713 do Estado do Rio Grande do Norte, no sentido de que a Moção do ilustre Conselheiro Francisco
4714 Soares, cuja trajetória na área ambiental é respeitada por todos nós, a Moção do Conselheiro
4715 Francisco Soares, infelizmente, não foi acatada, numa primeira etapa, nem pela Câmara Técnica
4716 de Controle Ambiental, nem pela Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos, o que não exclui a
4717 possibilidade de que ela seja trazida a Plenário na próxima Reunião Ordinária. Infelizmente, nós
4718 somos obrigados a nos ater àquilo que diz o Regimento. O Regimento prevê que as Câmaras
4719 Técnicas se pronunciem antes do andamento de qualquer matéria no âmbito do Conselho. Esse
4720 era o esclarecimento que eu queria fazer.

4721

4722 **Dr. José Pedro de Oliveira Costa** (*Secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente*)

4723

4724 Bem, feita então esta ultima consideração, eu gostaria de agradecer a todos. Então,
4725 muito obrigado a todos pela gentileza, pela permanência, e até a próxima reunião.